



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE -NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL -PPGEDAM



MAYANY SOARES SALGADO

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL: UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES DO PAE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA
ILHA TABATINGA PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
ABAETETUBA-PA.**

**BELÉM-PA
2014**

MAYANY SOARES SALGADO

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL :UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES DO PAE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA
ILHA TABATINGA PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
ABAETETUBA-PA**

Dissertação de mestrado apresentado como requisito final para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes e co-orientação do Prof^o Dr. Otávio do Canto.

BELÉM-PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Salgado, Mayany Soares, 1988-
Modo de vida ribeirinho e conhecimento
tradicional :uma análise das ações do pae nossa
senhora do livramento na ilha tabatinga para
fins de desenvolvimento local abaetetuba-pa. /
Mayany Soares Salgado. - 2014.

Orientadora: Sérgio Cardoso Moraes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Exatas e
Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciências
e Meio Ambiente, Belém, 2014.

1. Tipos de assentamento
agrário-Projetos-Pará. 2. Vida ribeirinha-Ilha
de Tabatinga-Abaetetuba-Pará. 3.
Comunidade-Desenvolvimento. 4. Conhecimento
tradicional associado. 5. Pesca artesanal. I.
Título.

CDD 22. ed. 307.14098115

MAYANY SOARES SALGADO

**MODO DE VIDA RIBEIRINHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL :UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES DO PAE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA
ILHA TABATINGA PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
ABAETETUBA-PA**

Dissertação de mestrado apresentado como requisito final para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes e co-orientação do Prof^oDr. Otávio do Canto.

Defendido e aprovado em: __/__/__

Conceito:_____

Banca examinadora:

Professor Sérgio Cardoso de Moraes – orientador
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará- UFPA

Professor Gilberto de Miranda Rocha – examinador interno
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Pará - UFPA

Professor Cristian Nunes- examinador externo
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Pará - UFPA

*Primeiramente à Deus;
Aos meus pais Maria Antonia e Pedro Paulo;
Aos meus sobrinhos: João Pedro e Paula Nair;
Ao meu noivo: Eugênio;
A minha irmã Mayara*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me proporcionado esperança, garra, força, atitude e paciência para a realização deste trabalho e ter me mostrado que não há nada que seja impossível diante da presença dele.

Aos meus pais por terem plantado dentro de mim a semente de justiça social e de lutar em prol dos excluídos.

Aos meus sobrinhos João e Paula, por terem me proporcionado muito alegria com cada gesto de carinho.

Ao meu noivo Eugênio, pela compreensão de minha ausência nas horas necessárias para a dedicação deste trabalho.

Ao meu orientador Sérgio Cardoso de Moraes pela orientação que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao meu Co-orientador Otávio do Canto que sempre contribui com minha vida acadêmica com suas obras, mesmo antes de saber que um dia teria a oportunidade de compartilhar dessa experiência.

Às minhas amigas Telma, Cláudia, por terem sido minhas companheiras, sempre tentando me ajudar para que eu conseguisse cumprir meus compromissos.

À minha coordenadora Hiléia pelo apoio e compreensão.

Aos professores do PPGEDAM, pela contribuição e conhecimento à realização deste trabalho.

Aos meus eternos amigos Marlon, Flávio, Denis, Joelson, Cássio, que mesmo longe sei que torcem muito para o meu sucesso e eu também torço pelo sucesso de vocês.

Aos moradores da ilha Tabatinga, em especial, ao seu Domingos, por dispor de seu imenso conhecimento, ao qual não seria possível a realização do presente trabalho.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito deste trabalho.

Todos estamos inseridos no turbilhão mundial da modernidade, uns engajam-se no 'establishment', outros criticam-no, uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social.

OLIVEIRA, de arioaldo Umbelino

RESUMO:

A pesquisa teve como objetivo investigar a influência das ações efetivadas através do Projeto de Assentamento Agroextrativista no desenvolvimento local da ilha Tabatinga, localizada no município de Abaetetuba-PA. Para análise destas ações foram utilizados indicadores que possibilitaram verificar o nível de desenvolvimento local na comunidade a partir da implantação deste tipo de projeto. Ressaltou-se como elemento de análise os conhecimentos tradicionais presente na ilha Tabatinga, vinculado à pesca artesanal. Foi feita a caracterização do Projeto de Assentamento Agroextrativista, bem como a realização de uma análise da realidade da ilha Tabatinga, no que diz respeito ao modo de vida ribeirinho e por fim a realização da análise dos indicadores de desenvolvimento local a partir da implantação do PAE. No que diz respeito à metodologia o estudo teve um direcionamento qualitativo e quantitativo além de se ter utilizado a técnica de entrevista semiestruturada e da pesquisa participante. Os sujeitos da pesquisa foram os membros da ASPANLI (Associação PAE Nossa Senhora do Livramento), além dos assentados/pescadores, atuantes na realidade investigada. Os dados qualitativos foram analisados através da técnica de análise do discurso. Utilizando o método de análise temática, e, para que esses encaminhamentos fossem possíveis, fez-se necessário, primeiramente, a transcrição integral das entrevistas realizadas em campo e, por fim, os agrupamentos de dados de acordo com as categorias. Nesse cerne, os dados levantados com base nas análises de materiais coletados constataram que as ações relativas às atividades do PAE têm influenciado, parcialmente, no desenvolvimento local da ilha Tabatinga. A partir das análises conclusivas, apresentamos algumas sugestões que visam contribuir com a organização social dos moradores, sugerindo, dentre outras coisas, a criação de uma cooperativa de pescadores.

PALAVRAS-CHAVE: PAE Nossa Senhora do Livramento, desenvolvimento local, modo de vida ribeirinho, conhecimento tradicional.

ABSTRACT

The research aimed to investigate the influence of the shares effected through Agroextractivist Settlement in the local development of the island Tabatinga, in the municipality of Abaetetuba-PA. For analysis of these indicators actions that enabled check the level of local development in the community from the implementation of this type of design were used. It was emphasized as part of this analysis the traditional knowledge on the island Tabatinga linked to artisanal fishing. Characterization of Agroextractivist Settlement was made, as well as conducting an analysis of the reality of the island Tabatinga, with regard to the mode of riverside life and finally performing the analysis of indicators of local development from the SAP implementation . Regarding the methodology the study was a qualitative and quantitative guidance beyond have used the technique of semi-structured interviews and participatory research. The subjects were members of ASPANLI (PAE Association Our Lady of Deliverance), besides the settlers / active fishermen actually investigated. Qualitative data were analyzed using the technique of discourse analysis using the method of thematic analysis, and that these referrals were possible it was necessary to first complete transcription of field interviews, groupings of data according to categories. Finally the analysis of the results where we found that the actions by implementing the actions of the PAE have partially influenced the local development of the island Tabatinga were made. From the final analysis we present some suggestions aiming to contribute to the social organization of residents suggesting the creation of a cooperative of fishermen.

KEYWORDS: PAE Our Lady of Deliverance, local development moderiversidelif, traditional knowledge

LISTA DE SIGLAS

APP: Área de Proteção Permanente

ASPANLI: Associação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora do Livramento

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Agropecuária

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPAM: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ITR: Instituto Territorial Rural

MORIVA: Movimento dos Ribeirinhos as Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.

NUMA: Núcleo de Meio Ambiente

PAE: Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador

PDA: Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNAE: Programa Nacional de alimentação Escolar

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária.

SEMA: Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SPU: Secretaria de Patrimônio da União

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa de localização do município de Abaetetuba

FIGURA 02: Relação de ilhas inicialmente contempladas pelo PAE

FIGURA 03: Tabela com o número de pessoas assentadas no período de 1995 a 2007

FIGURA 04: Placa do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento

FIGURA 05: Sede da ASPANLI

FIGURA 06: Reunião da assembléia geral da ASPANLI

FIGURA 07: Furo do boto, localizado na ilha tabatinga

FIGURA 08: Percentual referente a renda obtida mensalmente

FIGURA 09: Percentual referente a renda obtida mensalmente

FIGURA 10: Percentual referente a participação em organização social

FIGURA 11: Entrevista realizada com o atual vice-presidente da ASPANLI

FIGURA 12: Percentual referente a atividade geradora de renda

FIGURA 13: Percentual referente aos familiares envolvidos na pesca

FIGURA 14: Percentual referente ao grau de instrução

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.2	METODOLOGIA	23
2	CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: PAZ, PRODUÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL	29
2.1	CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO	33
2.2	UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PAE	35
2.2.1	Etapas para formalização de projetos de assentamento agroextrativista através do INCRA	37
2.3	A PRESENÇA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NO DIRECIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PAE	42
3	APARATO CONCEITUAL DA PESQUISA	47
3.1	DISCUSSÃO ACERCA DE DESENVOLVIMENTO	47
3.2	MODO DE VIDA RIBEIRINHO	50
3.2.1	Caracterização do modo de vida ribeirinho na ilha tabatinga tendo a pesca como principal ponto de análise	52
3.2.2	O conhecimento tradicional como variante pertencente ao modo de vida ribeirinho	58
3.3	LOCAL E GLOBAL PRINCIPAIS ASPECTOS	63
3.3.1	A influência do local e global na realidade do modo de vida ribeirinho	68
3.4	TERRITÓRIO	74
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	83
4.1	APARATO GERAL DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	83
4.1.1	Renda	83
4.1.2	Organização social	87
4.1.3	Produção	88
4.1.4	Educação	88
4.1.5	Relação com as esferas municipal, estadual e federal	89
5	A RELAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA COM A CARACTERIZAÇÃO ATUAL DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO.	89
5.1	RENDA A PARTIR DO PAE	89
5.1.1	A renda em relação ao modo de vida ribeirinho	92
5.2	ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE	93
5.2.1	A relação entre a organização social e os princípios de governança com as esferas municipal, estadual e federal	96
5.3	PRODUÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE	99
5.3.1	A produção em relação ao modo de vida ribeirinho	100
5.4	EDUCAÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE	103
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
7	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa, a partir de indicadores, possibilidades para o desenvolvimento local na ilha Tabatinga- Abaetetuba-PA, tendo como ponto de partida a análise da realidade ribeirinha beneficiada pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento. Esse ponto de partida está relacionado a implantação e territorialização das ações vinculadas ao projeto, bem como da recepção desses ideais desenvolvimentistas no território ribeirinho contemplado pelo presente projeto. Adotamos o modo de vida ribeirinho/conhecimento tradicional como categorias fundamentais para o desencadeamento da análise desse desenvolvimento local.

Essa modalidade de Projeto de Assentamento é uma tentativa, por parte do estado, em criar possibilidades de minimizar alguns históricos problemas sociais da região Amazônica, mais direcionado a realidade das ilhas que por muitos anos estiveram em um patamar de esquecimento em relação à efetivação das políticas públicas voltadas à potencialização do desenvolvimento da região. Na realidade ribeirinha, essas ações estatais precisam ser tratadas de maneira cautelosa, em virtude de qualquer atuação visando a tentativa de desenvolver projetos voltados à essa realidade, necessita de uma análise criteriosa, sobretudo da compreensão na maneira como se manifestam as relações sócio-espaciais específicas a cada realidade amazônica.

“Dentro dessa discussão a respeito das ações estatais no espaço ribeirinho é válido destacar a importância atribuída à regularização fundiária, pois também é considerado um fator essencial de análise, em virtude de historicamente a região das” ilhas” da região Amazônica ter sido visada com pouca importância em relação a regularização do uso do solo desses terrenos de marinha, e esse, é um dos pontos principais da focos dos PAE’s no estado do Pará.

A discussão relacionada ao desenvolvimento existente na atual realidade é fruto de intensos processos de modificação que a região Amazônica tem passado, sobretudo, no que diz respeito das modificações relacionadas ao uso do solo da região, essas ações intensificaram a degradação do meio ambiente.

Queríamos apenas lembrar que a abertura da fronteira Norte, grosso modo, as terras firmes da Amazônia, ao capital industrial e financeiro teve seu apoio na implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre durante o governo de Kubitschek, como decorrência da instalação no país de um grande parque industrial automobilístico. Entretanto é durante os governos militares, de 1964 em diante, que é sistematizada essa expansão, dentro da política de aliança burguesa-militar que reúne interesses na época convergentes em torno das

preocupações modernizadoras anti-socializantes. Os lemas mobilizadores poderiam ser identificados como “Segurança Nacional e Desenvolvimento” e “Desenvolvimento e Capitalismo Avançado”. (HÉBETTE, 2004, p. 61).

Esse processo teve início durante o governo de Juscelino Kubitschek a partir do investimento financeiro relacionado a indústria automobilística, bem como na abertura das rodovias que passavam a conectar a região com o restante do país, o projeto político de Kubitschek estava relacionado ao estímulo da opção viária terrestre em detrimento da fluvial. No entanto foi na década de 1960, onde o governo militar iniciou um processo árduo de povoamento, por conseguinte, houve a sistematização desse processo de expansão, objetivando assegurar o domínio sobre o imenso território amazônico, até então pouco habitado.

Nesse sentido, o governo militar criou estratégias que garantisse esse domínio, nesse caso, através da criação de projetos responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Amazônia. Esses projetos desenvolveram economicamente a região, no entanto também causaram sérios problemas que foram sendo observados ao longo dos anos, como por exemplo, o estímulo do povoamento da região fez com que esse processo ocorresse de forma rápida e desordenada, ocasionando em um aumento exagerado da devastação da floresta amazônica.

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional e internacional, isto é se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terra, mata, minério), isto é sem a formação e um mercado de força de trabalho. (HÉBETTE, 2004, p. 62)

Corroborando com o autor, essa valorização dos recursos naturais está relacionada com o objetivo de explorar esses recursos, visando a maximização do lucro, ou seja, atendendo os interesses do grande capital e todo esse interesse no lucro, possibilitou a inserção da região no Projeto de Integração Nacional

Diante dessa breve explanação é possível identificar que o problema sócio ambiental da região está intrinsecamente relacionado com esse modo de desenvolvimento pensado e formulado para região de “fora para dentro” de “cima para baixo” e que pouco houve a preocupação em buscar a população local para participar do processo de desenvolvimento econômico daquele momento e ao longo do tempo observou-se que essa metodologia trouxe

dificuldades, visto que a região apresenta um potencial amplo e que dentro da própria região é necessário haver cautela em relação as diversas formas de manifestação da vida, ou melhor diversos modos de vida que as comunidades Amazônicas exercem no território amazônico.

É nessa perspectiva, que existe a necessidade de eleger e/ou criar outras formas de desenvolvimento capaz de se aproximar de maneira coerente frente a essa realidade diversa e específica da região. Diante disso, há uma necessidade em utilizar propor estratégias de ações compatíveis com uma concepção de desenvolvimento de cunho local, tendo em vista ser entendido como o que melhore adéqua a discussão relacionada a essa diversidade identificada na realidade Amazônica.

Essa discussão relacionada a valorização do local pertence a uma perspectiva relacionada a realidade cotidiana desenvolvida a partir das relações locais estabelecidas em cada pequena escala, tendo sido o foco da pesquisa, em virtude da contribuição que cada local tem a oferecer a partir das peculiaridades existente em cada lugar, no entanto sem perder de vista a inter-relação com a totalidade, pois compreende-se que essa pequena porção se relaciona e interage com o todo, e, com isso, não estando isolado da escala global.

A proposta do Projeto de Assentamento Agroextrativista faz parte de um amplo plano do governo federal que no ano de 2003 a partir da formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, se tornou realidade de maneira efetiva a partir dessa necessidade de pensar nas possibilidades de desenvolvimento territorial/local no país, pois esse plano parte de preceitos relacionados a valorização da realidade local bem como de questões culturais.

Então o PAE pode ser considerado como uma modalidade de assentamento que parte de uma estrutura que tenda a fortificar as relações socioeconômicas nesse local, a partir de uma série de metodologias que incorporem uma determinada comunidade com as políticas voltadas nacionalmente para o espaço rural.

É dentro desse contexto que está inserida a presente pesquisa, relacionada à discussão referente a possibilidade de desenvolvimento local na ilha tabatinga, utilizando a proposta do PAE a partir da análise dos avanços e dificuldades existentes na ilha com a implantação do Projeto no ano de 2004, analisando esses pontos nesse espaço de tempo de 10 anos. Diante dessa análise, objetivar-se-á propor possibilidades de ações a partir de uma perspectiva local com intuito de fortalecer os ideais do Projeto e principalmente beneficiando a população atuante nesse espaço que está ligado diretamente as atuações do PAE.

A questão central da pesquisa está baseada no seguinte: O conhecimento tradicional (pesca) alicerçado ao modo de vida ribeirinho pode ser elemento estruturante para promoção

do desenvolvimento local no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE Nossa Senhora do Livramento) da ilha Tabatinga?

É importante salientar que a realização da presente pesquisa partiu da vontade em estudar a vertente de desenvolvimento local em comunidades ribeirinhas, associando a isso a valorização do modo de vida ribeirinho atrelado ao conhecimento tradicional como requisito primordial para a produção e reprodução de possibilidades de desenvolvimento local neste espaço, nesse caso onde ocorreu a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento. É necessário salientar que este Projeto dispõe de um aparato bastante interessante, no que diz respeito a proposta de desenvolvimento a partir de um viés local, tendo apresentado no Plano de Desenvolvimento do Assentamento opções direcionadas a essa valorização.

No que diz respeito à escolha do tema, bem como do local para realização da pesquisa, o município de Abaetetuba é próximo da capital do estado e apresenta várias opções de traslado, além de apresentar uma rica realidade espacial que pode propiciar várias possibilidades de pesquisa. Além disso, a ilha Tabatinga foi escolhida pelo seguinte motivo: essa realidade ribeirinha já havia sido estudada em outros momentos através da efetivação das atividades de Projetos de Extensão realizados pela pesquisadora, possibilitando assim adquirir um maior envolvimento com a realidade da pesquisa, também foi a primeira ilha contemplada pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista na região das ilhas desse município, a proximidade geográfica da porção continental também foi fator que contribuiu por essa escolha.

A discussão acerca da temática de desenvolvimento local atualmente pode ser considerada uma das mais influentes no que diz respeito às variadas concepções de desenvolvimento existentes em literaturas de autores de diversas áreas. Essa questão tem sido foco de intensos debates científicos e de um modo geral, relacionado ao desenvolvimento a partir do viés de valorização do local, sobretudo a respeito da possibilidade de potencializar as discussões relacionadas a particularidades e especificidades presentes num determinado lugar.

Essa postura é fruto da maneira como foi efetivada a construção do espaço Amazônico e, é responsável pela atual caracterização da organização específica do espaço amazônico que segundo Machado (1999) as especificidades apresentadas na urbanização do território da Amazônia Brasileira, chamada de fronteira de povoamento, são decorrentes principalmente, da forte mobilidade da população em busca das oportunidades de trabalho, bem como do interesse do Estado em incentivar o deslocamento de pessoas para Amazônia com intuito de

minimizar conflitos referentes a questões fundiárias, ou seja, através desse incentivo veio, também, diverso modo de vida, modo de produções e culturas que não necessariamente faziam parte da realidade amazônica e posteriormente desencadeou na atual diversidade de configuração sócio espacial.

Nesse sentido, a (re) construção desse espaço foi estabelecida de fora para dentro dessa realidade tão específica, objetivando o desenvolvimento tão e somente econômico e conseqüentemente tendo mínima importância os possíveis futuros impactos socioambientais. Esse processo possibilitou a entrada de características externas pertencente a outras realidades externas a Amazônia, influenciando na (re) configuração das especificidades locais sejam elas, culturais, sociais.

Os problemas advindos juntamente com essa maneira como foi organizada a configuração do espaço amazônico fruto desse pensamento progressista, desencadeará na busca por modelos de desenvolvimento que possibilite novas estratégias visando a possibilidades de utilização dos recursos naturais pelas gerações futuras.

É nesse contexto que a discussão acerca da sustentabilidade ambiental tem êxito, resultando, atualmente na discussão sobre desenvolvimento local, sendo a forma que mais se aproxima da realidade amazônica, por partir de uma perspectiva mais relacionada à escala do lugar, perante dinâmicas territoriais e relações específicas com o meio ambiente, (ABRAMOVAY, 1999) capaz de valorizar a identidade regional de um determinado povo, a partir da criação de políticas públicas capazes de incentivar a descentralização de ações que visem o desenvolvimento local.

Por isso, atualmente as políticas propostas pelo estado estão recebendo um novo direcionamento, com o intuito de fortalecer a ideia de desenvolvimento local, a partir da tentativa de criação de estratégias visando fortalecer ações locais através da implantação de programas sociais objetivando promover e incentivar o exercício da autonomia da população local. Ribas (2003) esclarece de maneira satisfatória essa mudança de pensamento:

“(...) muitos programas governamentais financiados ou orientados organismos internacionais (bancos, agências de desenvolvimento e fundações) já exigem ou recomendam o estabelecimento de ações locais com enfoque no planejamento participativo comunitário. Pode-se citar, por exemplo, o programa Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o Programa de erradicação ao trabalho infantil – PETI (RIBAS, M.M.P. 2003; p.2).

No entanto, é necessário ressaltar que existe uma contradição nessa perspectiva, no que tange as novas atribuições propostas pelo estado Ribas (2003), afirma que o Brasil, ainda não conseguiu superar dificuldades sociais consideradas básicas, mesmo que atualmente os Planos e Programas voltados para a população desfavorecida estejam em alta, através dessa estratégia de valorização local e de mudança de direcionamentos executadas a partir da elaboração de programas que visam amparar as camadas desfavorecidas como demonstrado acima.

Outra questão importante que deve ser enfatizada é a importância da consolidação da organização local eficiente, no sentido de valorizar a territorialidade específica, de modo a possibilitar e potencializar a autonomia da comunidade. Segundo Caporal (2001) é a partir da organização local que se torna possível a alteração do ambiente institucional:

“A organização local, a ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, a pressão para que aumente seu acesso ao crédito os investimentos públicos em infra-estrutura e serviços (e, sobretudo os investimentos em educação e formação, estes fatores conjugados têm poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para que ele deixe de ser assimilado automaticamente ao atraso e ao abandono. É neste sentido que o capital social substitui, em parte, o capital físico: ele é a base a partir da qual os agricultores adquirem as prerrogativas necessárias a sua participação no processo de desenvolvimento. (CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. 2001, P.18)

Diante disso, é necessário compreender que a partir da organização local inicia-se o processo de construção social, que pode ser identificada durante a realização da mobilização social, que uma comunidade, por exemplo, é capaz de realizar, esse processo possibilita a consolidação de um capital social eficaz, participativo, autônomo, e esse capital pode ser considerado como mais importante no processo de construção de ações locais consistentes capazes de planejar as estratégias locais que atendam as reais necessidades da escala do lugar. O referido processo está caracterizado a seguir:

“Esse processo de construção social, sempre que possível deve vir das bases, ou seja, ser protagonizado pelos atores locais, buscando reverter uma determinada situação de estagnação de um território para entrar em um processo de desenvolvimento (...)” ...“O desenvolvimento local parte de uma concepção de melhoria de qualidade de vida das populações de determinadas regiões. Essa melhoria pode partir da busca de alternativas protagonizadas pela própria comunidade, que superem a estagnação da localidade, utilizando-se elementos locais e seguindo a dinâmica do local.

(LINDENER, M. 2007, p.26-27).

É de fundamental importância remeter a busca por uma melhor qualidade de vida que enfatize a realidade da comunidade, atribuir autonomia para que a mesma seja protagonista de toda e qualquer atuação voltada para sua realidade. Essa valorização pode ser entendida a partir do conjunto de técnicas e costumes que foi construído e passado socialmente, desenvolvidos por grupos humanos heterogêneos (LA BLACHE, 1954).

Enfatizando a relação entre a população e o meio físico, nesse caso o conjunto de técnicas e costumes pode ser considerado como principal viés para o desenvolvimento que será garantido a participação dos atores locais e da construção de ações que vise valorizar as peculiaridades locais. (RODRIGUES 2006). Daí, o valor estratégico das comunidades cuja experiência e relação com o meio ambiente têm servido de exemplo no que diz respeito às formas de relação que existem entre os grupos, e a ocupação do solo.

Então, pode-se considerar que os equívocos relacionados a essa forma de apresentação das políticas de Estado, no que tange aos procedimentos de ocupação e reprodução do espaço amazônico geográfico, criou a possibilidade da criação de alternativas que objetivam a minimização dos impactos, atualmente, existentes na região. Diante disso, considera-se que essa perspectiva de desenvolvimento local é a que mais se aproxima a essa problemática.

[...] é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas social. Na verdade não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática [...] o desenvolvimento, portanto é um processo de transformação global. (PEREIRA, p. 19, 1983).

Nesse sentido é possível estabelecer uma relação com a história de desenvolvimento e com a realidade dos atuais tipos de planejamento elaboradas por instituições governamentais, sejam elas federais, estaduais e municipais, que aderem o desenvolvimento local como essencial. Por isso, necessitam que haja o comprometimento para que as ações direcionadas ao desenvolvimento, estejam de acordo com a perspectiva que é necessária para existir ações de maneira integradora, contemplando a todos os segmentos de desenvolvimento.

[...] Há uma diferença entre os significados de desenvolvimento local e desenvolvimento no local, mesmo que com a participação da comunidade, diria até que se trata de conceitos contrários (não-contraditórios): desenvolvimento no local quaisquer agente externo se dirige a comunidade para promover a melhorias de suas condições e qualidades de vida,

'metabolizando' comunitariamente as participações efetivamente contributivas de qualquer agente externo. No primeiro caso os agentes externos são os promotores de desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando. No segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os externos são os que se envolvem participando [...] (ÁVILA, 2000, p.72-75).

Por conta disso, observou - se que muitas tentativas de desenvolvimento, de cunho local, tendo em vista suas estratégias, atendem pontualmente aos requisitos dessa concepção, em virtude da comunidade, ainda, ter um processo de construção de autonomia pouco significativo para agenciar o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, na realidade o desenvolvimento local acaba se tornando em desenvolvimento no local, como afirma o autor, resulta no não envolvimento das características da comunidade para a promoção do desenvolvimento, deixando de lado a importância em a comunidade assumir o agenciamento de seu próprio desenvolvimento e assim colocando os agentes externos como participantes, mas na verdade é comum existir a atribuição de maior importância aos agentes de fora do processo deixando em segundo plano o real interesse da comunidade.

[...] O 'núcleo conceitual' do desenvolvimento local, consiste no efetivo desabrochamento – A partir do rompimento de amarras que apreendam as pessoas no seu status quo de vida – das capacidades, competências, e habilidades de uma 'comunidade definida portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura de solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação de seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se apresente mais consentâneos) e gerenciar (avaliar, tomar decisões, diagnosticar, agir, controlar, etc) o aproveitamento dos potenciais próprios -cabedais de potenciais peculiares à localidade-, assim com a metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda a ordem de natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, P.68-69, 2000)

1) a participação de cada cidadão é essencial; 2) esta participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptivas seus membros; 3) a variedade de interesses e necessidades de cada sociedade, ou de cada comunidade, exige uma variedade de organizações; e 4) uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político-administrativo-econômico (IOSCHPE, 1997, p.131).

Essas concepções asseguram de que o local é o espaço que mais contribui com sua própria sustentabilidade, pois são eles próprios que apresentam suas determinantes da forma como irá desencadear o processo através da identificação dos potenciais da própria comunidade tendo em vista a valorização da vocação local que apresenta fortes características relacionados ao espaço vivido (LEFEBVRE, 2000), possibilitando ser identificada através da participação de todos os agentes envolvidos nessa escala que sofrerão direta ou indiretamente o processo.

Frente a tal situação, os aspectos apontados pelo autor acima são as ferramentas necessárias para o direcionamento das ações de desenvolvimento de maneira satisfatória em se tratando qualquer tipo de projeto voltado para o local, tendo em vista que a mobilização social, bem como a organização social relacionada a governança são fundamentais no que diz respeito a valorização da coletividade para a implementação de qualquer ação de intervenção no local.

Nessas condições, se observa que quanto mais as questões relacionadas ao desenvolvimento em uma perspectiva local são estudadas os aspectos relacionados a essa escala demonstram possuir maior importância no que tange a participação social, pois é a partir da inserção dessa essencial participação que possibilita a aproximação das questões específicas que deixam de ser contempladas pelo poder público, e essa atuação dependerá da maneira que as organizações sociais atuam em prol de seus ideais, intervindo e se articulando com diversos setores a partir do nível de articulação existente com os mesmos, sempre estando de acordo com suas necessidades.

O envolvimento de diferentes participações sociais com seus recursos e capacidades específicas é um ponto central para a sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento ao nível local, e o passo inicial para sua expressão. ’

“O desenvolvimento com sustentabilidade requer necessariamente a reversibilidade da degradação ambiental do capital natural. Isso requer também a implementação de políticas de planejamento do desenvolvimento que garanta o equilíbrio do fluxo de consumo e do estoque de capital natural com vistas ao equilíbrio termodinâmico do planeta.”
(IOSCHPE, 1997, p.132)

O referido autor apresenta a possibilidade de se planejar estando de acordo com o equilíbrio ambiental, econômico, político. Essa afirmação possibilita a interpretação a partir dos dilemas existentes no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável que minimize os impactos ambientais e coloca o planejamento como principal elemento a ser utilizado para

organizar e antever ações voltadas para determinadas realidades. Em relação a essa questão é possível identificarmos no seguinte trecho:

Planejamento – processo de determinar objetivos e metas organizacionais e como reutilizá-los [...] o planejamento envolve (1) escolher um destino, (2) avaliar os caminhos alternativos e (3) decidir sobre o rumo específico para alcançar o destino escolhido. O planejamento é um elemento extremamente importante [...]. O custo de um erro resultante do velho método de tomada de decisão ‘empurrando com a barriga’ é alto demais na economia complexa (MONTANA apud IOSCHPE, 1997, p. 101-102).

O planejamento proposto pelo autor é justamente o que mais se adéqua a necessidade de se planejar a partir da realidade local e talvez seja essa necessidade que ainda está precisando ser suprida, aplicar esses preceitos de planejamento através da participação social, ou melhor, inserir a comunidade no planejamento a partir da participação social e assim proporcionar autonomia no que diz respeito a governança de organizações sociais, é considerado como um dos grandes desafios dessa perspectiva de desenvolvimento.

Em outras palavras são vários elementos que devem ser observados e analisados para que a partir disso seja possível assim criar novas estratégias intervencionistas e uma delas pode ser o incentivo do associativismo/empreendedorismo. Esses dois elementos são considerados interessantes, sobretudo, no item relacionado à valorização do aspecto econômico no que diz respeito ao desenvolvimento, tendo em vista que para o desenvolvimento local a vertente relacionada a renda também é essencial em virtude desse melhoramento está relacionado com a capacidade de organização financeira coletiva de uma comunidade para obtenção de lucro também coletivo.

Para avançar em processos de desenvolvimento local não basta a proposição de políticas compensatórias e defensivas. O que implica em um esforço articulado de atores estatais e privados dispostos a levar adiante projetos coletivos de desenvolvimento integral que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes em conflito. A lógica do desenvolvimento local necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e proposta socioeconômica para capitalizar as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população. (MARCIGLIA apud BAVA org. , 1996, p. 75).

É nesse aspecto que a presente discussão acerca de desenvolvimento local relacionado com a realidade de implementação de políticas públicas voltadas para esse desenvolvimento toma direcionamentos pautados na proposta de ir além de políticas compensatórias e defensivas, visando proporcionar incentivos na articulação dos atores locais juntamente com

os estatais e privados que estejam compromissados em discutir propostas que potencialize as ações nessa escala local.

Isso se tornará possível, através do fortalecimento dos “ditos” atores locais que necessitam criar suas próprias estratégias a nível organizacional para assim se alcançar o reconhecimento além da escala local se articulando com os demais atores responsáveis na execução dos projetos que beneficiarão os interesses do local, sempre buscando romper as barreiras de isolamento.

Diante disso, a escolha da ilha Tabatinga se deu devido à possibilidade de utilizar os instrumentos de desenvolvimento local, criados a partir da implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE Nossa Senhora do Livramento). Essa possibilidade visa à criação de estratégias que propiciem avanços no que diz respeito à proposta de desenvolvimento local. Partindo da potencialidade existente na mesma relacionada ao modo de vida ribeirinho bem como ao conhecimento tradicional na vertente relacionada à pesca artesanal.

Essa perspectiva relacionada à possibilidade de desenvolvimento local se caracteriza devido à apreensão da preservação de valores e costumes identificados na realidade. Segundo Diegues (2004), esses valores e costumes estão relacionados entre os vários aspectos que fazem parte do particularismo que o povo desenvolve a atividade pesqueira os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reverte e se sobressai em muitas culturas ribeirinhas a relação estabelecida entre o homem e a natureza, é válido ressaltar que esses aspectos simbólicos variam muito, são rituais que encontram significados nas tradições, nos saberes e na manutenção de crenças que servem para conciliar o homem a natureza.

Tais características podem ser identificadas na ilha tabatinga a partir das crenças existentes no que diz respeito à natureza e mais precisamente ao rio, esse elemento da natureza apreendido com muito respeito e alguns cuidados que, de acordo com os ribeirinhos, devem ser respeitado e preservado, pois, é considerado por “eles” como razão à vida.

Diante do exposto, a pesquisa apresenta como objetivo geral: Analisar as possibilidades de desenvolvimento local a partir do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento, tendo como elemento de análise os conhecimentos tradicionais presente na ilha Tabatinga vinculado a pesca artesanal, bem como dispõe dos seguintes objetivos específicos: Caracterizar o Projeto de Assentamento Agroextrativista; Analisar a realidade de Tabatinga, no que diz respeito ao modo de vida ribeirinho, bem como ao

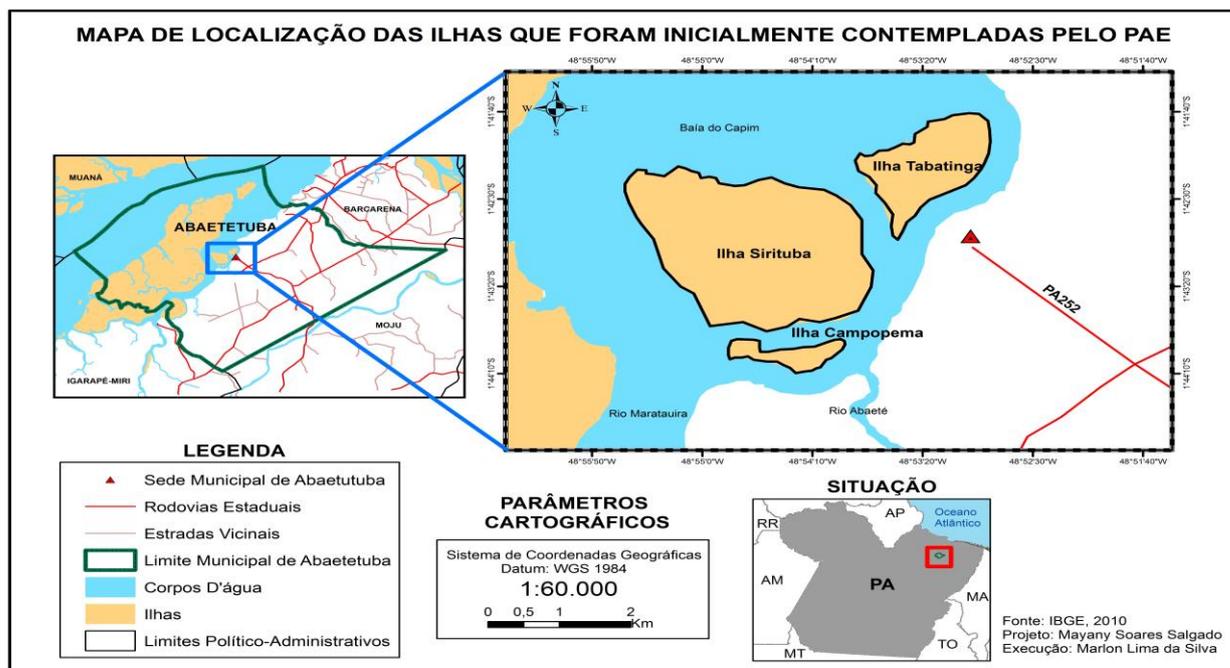
conhecimento tradicional relacionado com a variável pesca artesanal; Realizar a análise dos indicadores de desenvolvimento local a partir da implementação do PAE.

Parte-se da hipótese que o modo de vida ribeirinho alicerçado ao conhecimento tradicional relacionado a vertente da pesca artesanal são elementos primordiais ao desencadeamento de ações voltadas para o desenvolvimento local, pois a partir da análise dessas duas variáveis é possível identificar a presença das singularidades e especificidades responsáveis pela configuração socioespacial daquela realidade. Isso será possível através da consolidação dos aspectos apresentados no Plano de Desenvolvimento do Assentamento do PAE Nossa Senhora do Livramento.

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa foi direcionada para um grupo de pessoas residentes na ilha Tabatinga localizada no município de Abaetetuba-PA, que foram contempladas pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento. Para efeito de pesquisa foi realizado o levantamento das ilhas que foram contempladas pelo PAE e dentre todas, foi escolhida a presente ilha, por ter sido, a primeira, a ser beneficiada e por ser a mais próxima da porção terrestre do município.

FIGURA 02: Relação de ilhas inicialmente contempladas pelo PAE



Fonte: Laboratório de Cartografia do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA)

Com isso, a ilha Tabatinga foi escolhida em virtude de, a nosso ver, ter maior quantidade de elementos constituinte para se analisar as ações do Projeto, além disso, apresenta maior facilidade de acesso. Utilizou-se como procedimento metodológico o trabalho de campo, pois os dados empíricos são de fundamental importância no que tange o direcionamento da pesquisa, sobretudo a compreensão da maneira que se manifesta a relação do ator social com o meio a partir da oportunidade de estar inserido numa “rede complexa de sentidos” que se constroem através do estabelecimento de um diálogo com a realidade a ser pesquisada (SPINK, 2001apud GÓES, 2001).

Diante disso, o desenvolvimento do trabalho está relacionado com esse momento de vivência e apreensão do cotidiano da realidade ribeirinha, procedimento esse visto como de fundamental importância para a valorização da temática, presente na discussão da presente pesquisa, é através desse procedimento que será possível observar e compreender o desenvolvimento das atividades vinculadas aos conhecimentos tradicionais, bem como o modo de vida ribeirinho presente na ilha que foram observados e analisados durante a realização da pesquisa, bem como na análise dos dados.

O trabalho de campo foi realizado no período de Setembro de 2013, a, Outubro de 2013. Nesse período foi possível estabelecer alguns vínculos necessários para a inserção no campo de pesquisa, citada anteriormente, através da participação de algumas atividades realizadas na ilha como, por exemplo: Reuniões da colônia de pescadores, participação de atividades culturais, festividades religiosas (festividade de Nossa Senhora do Livramento que é a padroeira da ilha), no desenvolvimento de todas as atividades envolvendo a maneira que os atores sociais estabelecem relações com o meio (pesca, coleta de frutas e vegetais da floresta, organização social, relações sociais).

Através da realização da observação da vida cotidiana, bem como na realização das atividades voltadas para o desenvolvimento de palestras e oficinas referente a temas propostos pelos membros da comunidade. Vale ressaltar que já existe de minha parte um conhecimento prévio da comunidade por já ter desenvolvido atividades acadêmicas de extensão, essa aproximação pessoal possibilitou o desenvolvimento dos procedimentos referente ao trabalho de campo com fluidez.

No presente trabalho primou-se pela atribuição de uma pesquisa qualitativa objetivando a melhor visualização do contexto, bem como promover a integração empática com o objeto de estudo que influenciou na melhor compreensão dos fenômenos estabelecidos no campo (NEVES, 1996), ou seja, os dados não são obtidos por si próprios, mas, através,

desse tipo de pesquisa, passam a ter significado para o pesquisador, pois as análises passam a deter um caráter subjetivo e reflexivo por parte do mesmo e assim possibilitando um resultado final satisfatório.

Nesse sentido, como já exposto, a presente pesquisa tem como ponto de partida uma abordagem qualitativa, visando a melhor apreensão das práticas desenvolvidas na ilha relacionada com o modo de vida específico da presente realidade, objetivando desta maneira obterem informações mais precisas referentes aos fenômenos mais complexos e específicos existentes.

Fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. [...] Os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (HAGUETTE, 2005, p. 63).

Além disso, foi utilizada a técnica de pesquisa análise do conteúdo, com o objetivo de analisar as entrevistas. Segundo Caregnato e Mutti (2006), na análise de conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista, busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. Nesse sentido, essa técnica, utiliza palavras e frases. A categoria trabalhada na presente pesquisa é a análise por categoria temática, que compreende como uma técnica que categoriza as informações obtidas nas entrevistas são divididas de acordo com os temas em comuns, ou seja, cada informação obtida, foi agrupada com outras semelhantes à mesma.

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e na prática a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.683).

Para que seja possível classificar os elementos da entrevista, conforme o autor propõe, foi necessário ouvir as entrevistas gravadas na íntegra, para posteriormente dividir os resultados obtidos em categorias temáticas, e essa metodologia foi aplicada objetivando a facilidade da compreensão dos resultados e em seguida realizou-se de fato a análise do discurso, concluindo com a análise relacionando com a teoria.

Diante disso, o presente trabalho procurou utilizar da presente técnica para realização a análise das entrevistas realizadas no campo da pesquisa, sendo essenciais para a interpretação cabível com a realidade.

Utilizou-se, também, dados quantitativos, obtidos através da aplicação de questionários no campo pesquisa, essa modalidade de dados possibilitou a contagem simples de dados que por ventura tenha sido imperceptível na pesquisa qualitativa, e que posteriormente foi possível testar e rever as generalizações existentes na realidade da ilha, ou seja, foi a partir das atribuições desses dados que foi possível obter os resultados mais objetivos da pesquisa.

O tipo de pesquisa utilizada é a Pesquisa Participante, pois objetiva a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos, por isso o povo e a comunidade estão no controle da pesquisa (BRANDÃO, 1982), nesse caso o foco é o grupo de pessoas que faz parte do PAE Nossa Senhora do Livramento e que foram beneficiados de alguma forma pelo projeto.

Nesse sentido a pesquisa visa transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos conforme visa o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, por isso destaca-se que nesse tipo de pesquisa o povo e a comunidade estão no controle da pesquisa de acordo com os interesses que beneficiem o grupo interessado, ou seja, a pesquisa deve fluir de acordo com as necessidades apontadas por eles e o pesquisador participa do processo da maneira secundária, não sendo o sujeito principal ele acompanha com maior proximidade do processo.

A presente pesquisa também poderá ser um instrumento para conscientização, mobilização e organização social, visando a melhoria das carências eleitas pelos próprios atores sociais envolvidos que não foram totalmente supridas pelas ações efetivadas através dos fundamentos do PAE, esse procedimento sempre visando alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador. (BRANDÃO, C.R. BORGES, M. C. p. 55, 2007)

Nesse sentido, acredita-se que durante a realização do trabalho, houve essa interação entre pesquisador e pesquisado, mas por um viés igualitário em que ambos possuem importância no delineamento da pesquisa, tendo em vista que ninguém melhor do que os próprios sujeitos participantes da realidade para mostrar a “real” dinâmica socioespacial presente no campo da pesquisa e com isso, possibilitando a disponibilização dos dados mais próximos da realidade, principal insumo de interesse ao pesquisador, quando este, visa realizar suas análises, através do conhecimento científico.

No que tange aos outros instrumentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, destaca-se a pesquisa bibliográfica, a realização de registros escritos, gravados, fotográficos, análise documental do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, a aplicação de questionários, a observação em campo que através deste foi possível identificar algumas informações que podem estar ocultas tanto nos dados quantitativos quanto nos qualitativos.

É na observação comportamental das pessoas envolvidas que foi possível identificarmos alguns elementos importantes para análise de ações nas quais os indivíduos não possuem consciência, mas que orientam o seu comportamento na contribuição da dinâmica territorial da ilha (LAKATOS, 1996:76). Outro elemento destacado é a elaboração de um mapa referente à localização, uso do solo, do campo da pesquisa, este possibilitou uma apreensão espacial com um nível mais elevado de detalhamento.

O tipo de entrevista utilizada na pesquisa foi a semiestruturada, pois, propicia uma cobertura mais aprofundada a respeito das dificuldades enfrentadas pelos moradores na ilha, a aceitação do projeto, os pontos positivos e negativos, atualmente, existentes na ilha, após a implantação do projeto, as expectativas existentes a partir do que já foi executado, as possibilidades de ações futuras voltadas sobre a possibilidade de desenvolvimento local existente nesse PAE.

Esse tipo de entrevista é a mais adequada para a obtenção de informações que não foram viáveis. Somente, com a aplicação de questionários, pois algumas informações necessárias para o êxito da pesquisa são alcançadas mais facilmente a partir de estratégias de relações estabelecidas de maneira que possibilite um entrosamento entre o pesquisador e o pesquisado, por isso esse tipo de relação é fundamental para a coleta aprofundada de informações aprofundadas sobre o tema e essenciais para se alcançar os objetivos propostos e isso pode ser estabelecido através da utilização desse tipo de entrevista.

No que tange aos dados quantitativos, foram aplicados 70 questionários, no qual foi destinado para cada Unidade familiar, ou seja, as informações obtidas foram referentes a 70

famílias (domicílios) que foram entrevistados. As informações coletadas objetivaram traçar um perfil socioeconômico da ilha referente às necessidades intervencionista de ações voltadas para a valorização local de acordo com as expectativas existentes no cenário da pesquisa.

As questões partiram a assuntos referentes à atividade econômica que cada família realiza para sobreviver, a quantidade de pessoas que moram na residência, a renda obtida mensalmente, quantidade de pessoas que recebem benefícios do governo (bolsa escola, família), as formas de organização e mobilização social, a relação estabelecida através do poder público, (seja municipal/estadual/federal) a importância atribuída à realização de atividades cotidianas voltadas para a pesca artesanal (camarão e peixe) tanto para a complementação da renda, quanto para satisfazer necessidades subjetivas relacionadas com a manutenção da realização dessas práticas, a quantidade de pescado capturado mensalmente, o destino final dessa produção. Essas questões foram utilizadas visando a escolha dos indicadores de desenvolvimento local necessários para realização das análises referente a realidade de estudo.

As entrevistas foram realizadas com: 1) os membros da diretoria da Associação da ilha, 2) alguns moradores da ilha que desenvolvem a pesca artesanal 3) Membros do INCRA, responsáveis pela implantação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no estado do Pará. No caso dos primeiros, serão utilizadas perguntas referentes às expectativas da melhoria das condições de vida, os critérios utilizados para o recebimento do benefício, os benefícios já disponibilizados para os moradores, as dificuldades enfrentadas para o encaminhamento das atividades na ilha, a forma de participação dos moradores da ilha na formulação das estratégias para o desenvolvimento das atividades.

No segundo caso as perguntas foram direcionadas para as expectativas que foram criadas a partir da implantação do Projeto e se a política atendeu as demandas da ilha e em seguida reuniremos com os membros da Associação objetivando discutir uma eventual proposta de intervenção nessa realidade através da discussão juntamente com a comunidade acerca das potencialidades observadas na ilha analisada e com isso cumprir com a proposta do presente Programa de Pós-graduação.

Já no terceiro as perguntas serão direcionadas as informações específicas a essa modalidade de assentamento, as expectativas do órgão, além das necessidades ainda existentes para a intensificação das ações voltadas para o desenvolvimento local dessas ilhas contempladas pelo Projeto desde quando iniciou a execução dessa modalidade de assentamento.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, o primeiro compreendeu-se esta Introdução, contendo informações referentes à justificativa, objetivos, questão norteadora, a hipótese, bem como a caracterização da área de estudo. Além disso, também se tratou a respeito dos caminhos percorridos pela pesquisa através da metodologia. Já no segundo capítulo, foi caracterizado o contexto de elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, as características do PAE, as etapas burocráticas do PAE, a presença da organização social. Já no terceiro capítulo foi tratado o aparato conceitual teórico da pesquisa utilizando o conceito de desenvolvimento local, modo de vida ribeirinho, conhecimento tradicional, território. No quarto capítulo, foram realizadas as discussões dos resultados da pesquisa. Por fim as considerações finais acerca do desencadeamento da pesquisa.

2 CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: PAZ, PRODUÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

No presente capítulo será apresentado de maneira geral o Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento, no que diz respeito experiência do projeto de um modo geral na ilha, as políticas que foram destinadas para os moradores, além disso, também apresentar-se-á às expectativas dos mesmos e as principais reivindicações propostas por eles identificando como está atualmente configurado o Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento.

O contexto da elaboração do II PNRA parte dos preceitos de paz, produção e qualidade de vida, analisar os mesmos é possível identificar que essa tríade é eleita como fundamental para o rural brasileiro, através da configuração territorial desse rural, por exemplo, a paz demonstra a necessidade de minimizar os conflitos fundiários existentes no campo, a produção parte do pressuposto da tendência do camponês em incorporar uma relação mercantil e a qualidade de vida é o mais relevante a ser alcançado, podendo ser identificado como o patamar mais elevado da promoção do desenvolvimento rural.

A nova definição atribuída ao produtor familiar é essa dualidade de funcionalidade que o mesmo possui, a partir da coexistência produtiva, ora por um modelo, vinculado às formas de produção capitalistas, bem como à presença de uma resistência por parte de camponeses que não aderiram plenamente esse modelo, nesse sentido podemos destacar a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária que ocorreu no ano de 2003, como a

manifestação mais importante no que tange ao desenvolvimento dessa tendência, numa escala nacional, foi apresentado durante a Conferência da terra.

Entende-se que é uma proposta inédita pelo fato de ter sido elaborado por uma equipe de especialistas interdisciplinar, bem como propôs atingir algumas metas não apresentadas no I PNRA proposto no ano de 1985, por isso deve ser apresentado o devido reconhecimento de um avanço significativo na discussão do rural brasileiro.

O Plano previa para o ano de 2006, alcançar a meta de 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias com acesso a terra por meio do crédito fundiário e 500 mil teriam suas terras regularizadas. Outra meta a ser alcançada é 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalhos gerados. Prevendo também, outras ações como, por exemplo, o melhoramento da produção, geração de renda, além do acesso a direitos fundamentais, como saúde, energia, educação e saneamento, assistência técnica, acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas.

FIGURA 03: Tabela com o número de pessoas assentadas no período de 1995 a 2007

Número de famílias assentadas e gastos no período de 1995 a 2007					
Assentamentos 1995 - 2007					
ANO	Famílias assentadas	Gastos com obtenção (R\$)	Total de famílias assentadas por período	Média famílias assentadas por ano	Média anual do período
1995	30.716	2.149.449.582			
1996	41.717	1.236.908.756			
1997	66.837	1.939.626.283	238.010	59.503	
1998	98.740	1.548.156.235			65.548
1999	99.201	938.091.299			1995/2007
2000	69.929	406.224.856	286.370	71.593	
2001	73.754	331.501.430			
2002	43.486	379.641.299			
2003	30.000	400.000.000			
2004	115.000	1.461.664.845	400.000	100.000	2003/2006
2005	115.000	1.461.664.845			
2006	140.000	1.827.081.056	520.000	130.000	2004/2007
2007	150.000	1.973.247.540			

Integração produtiva e desenvolvimento territorial sustentável

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária

Na tabela acima é possível destacar a presença dos dados atribuídos à evolução e o aumento do número de famílias assentadas, bem como os gastos atribuídos ao governo no período compreendido entre 1995 a 2007, é possível identificar que houve um aumento significativo do número de assentamentos e um decréscimo de gastos para a formação desses assentamentos.

Essas ações relacionadas à criação de assentamentos e da implementação de políticas públicas possuem um objetivo a ser alcançado, nesse caso um elemento primordial é a integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial com Projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e as especificidades de cada bioma brasileiro.

Outro elemento que o plano prioriza é a diversidade dos segmentos sociais no meio rural através da implementação de políticas que visam valorizar a cultura, tradição de cada grupo social do rural brasileiro, reconhecendo a importância da implementação da Reforma agrária para que o desenvolvimento sustentável, pois segundo o plano, será através dessa política que a geração de trabalho, renda e produção de alimentos no meio rural será potencializada.

Por isso que o Zoneamento Ecológico e Econômico é visto no Plano como uma ferramenta eficaz no que tange o reordenamento do espaço territorial do país, pois a partir desse processo será possível então potencializar e dinamizar as economias locais e regionais e consequentemente, a geração de emprego e renda a ocupação soberana e equilibrada do território, garante à segurança alimentar, a preservação das tradições culturais e o meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional.

O PNRA prevê variados instrumentos que deverão ser utilizados de forma integrada e complementar, de acordo com as características de cada região e dos diversos públicos. São instrumentos de redistribuição de terras, regularização de posses e reordenamento agrário de fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma agrária e aos agricultores familiares, propondo um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na Reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar e com isso exaltando a ação compartilhada do Estado e da sociedade civil, sendo capaz de desconcentrar a terra, alterar a estrutura fundiária brasileira.

Esse é um dos pontos mais importantes evidenciados no Plano e o mais difícil de ser alcançado, visto que mesmo com a presença de significativo avanço nas metas, ainda é difícil identificar essa modificação na estrutura agrária brasileira.

Além disso, discute os impactos gerados pela concentração fundiária existente no campo e do processo de mecanização do campo como fator que intensifica a precarização da agricultura familiar, pois esse processo tende em “expulsar” o camponês de seu habitat, e conseqüentemente, o êxodo rural, se manifesta com maior intensidade. Então, a geração de renda é um ponto que apresenta destaque e, por isso, o documento apresenta alguns meios para a obtenção de renda que são: a disponibilização de crédito agrícola, assistência técnica: apoio à comercialização e agregação de valor, construção de infraestrutura produtiva, econômica e social (água, saneamento básico, energia, via de escoamento de produção).

Outra política muito valorizada é a regularização fundiária como elemento de fundamental importância, pois a partir da promoção do cadastro das terras no território brasileiro é que, de acordo com o plano, poderá ser possível superar algumas dificuldades encontradas nos territórios rurais que possam impedir e dificultar ações do PNRA. O obstáculo de acesso ao crédito, políticas de fomento e comercialização, instabilidade quanto ao seguimento pacífico de posse: ausência de indenização quando a área é objeto de desalojamento por obra ou afetação pública e por isso a necessidade de se construir um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNRI) resultará um mapa fundiário do país com o intuito de facilitar a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

O órgão público que terá a incumbência de verificar a regularização desses imóveis é o INCRA através da regularização de pequenas posses, arrecadação e incorporação de terras devolutas ao patrimônio público, para destiná-las para o assentamento de trabalhadores rurais, bem como promover ações anulatórias sobre ocupação de terras com registros irregulares.

Para tanto, será necessário alcançar as seguintes metas: **1-** Cadastro geo-referenciado de 2,2 milhões de imóveis rurais em 4 anos, 4,8 milhões em 8 anos; **2 -** – Elaboração de mapa fundiário e do cadastro de Terras do Brasil em 8 anos; **3-** Regularização de 500 mil posses de “boa pé” até 100 ha em 4 anos e 1 milhão em 8 anos; **4** – Arrecadação de terras devolutas, em conjunto com os estados, e sua destinação para o assentamento de 45 mil famílias em 4 anos e 105 mil em 8 anos; **5** – Constituição de uma base de dados qualificados para cobrança de Imposto Territorial Rural (ITR).

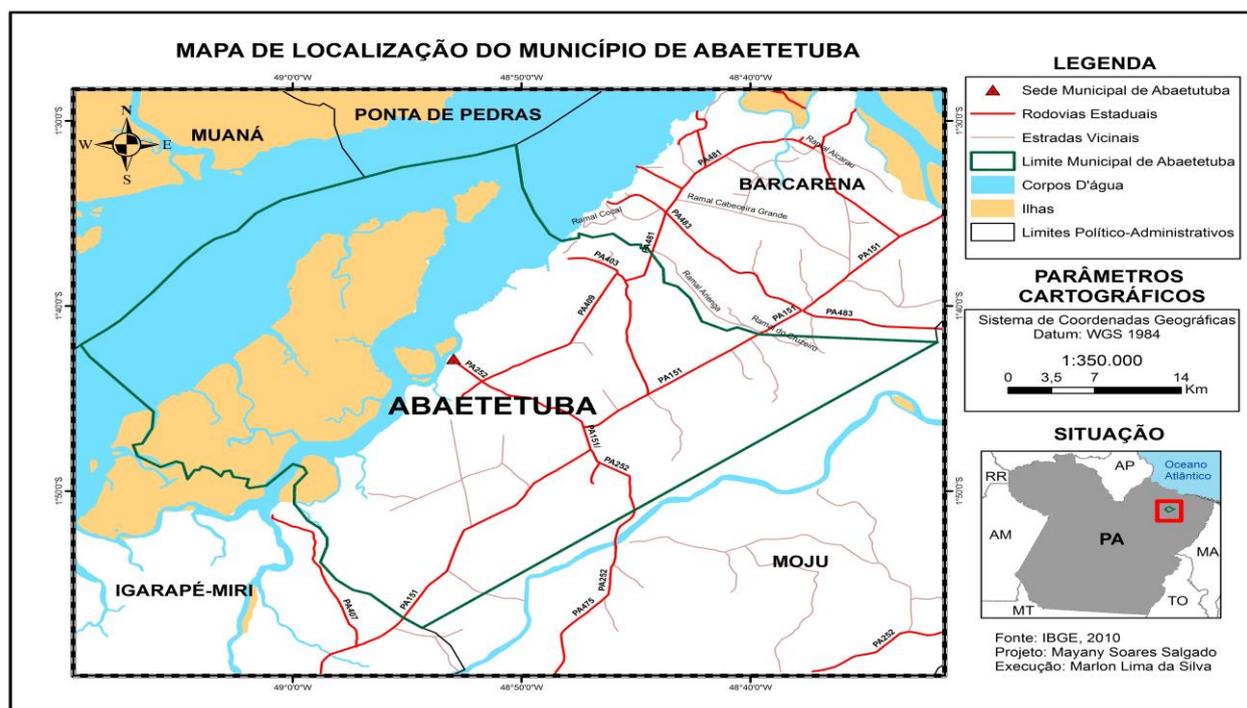
Todas as proposições feitas no Plano demonstra a influência da discussão de modernização agrícola e da tendência de uma nova ruralidade proposta inicialmente, pelos clássicos apresentados nesse trabalho, ou seja, nesse sentido, entende-se que essas políticas apresentadas através do Plano, bem como suas respectivas propostas são uma extensão e a

materialização da contradição existente no rural, além de demonstrar a tendência multifuncional atribuída ao camponês. (inserir uma breve explicação dos clássicos).

2.1 CARACTERIZAÇÕES ESPACIAIS DO MUNICÍPIO

O município de Abaetetuba, mais conhecido como Abaeté, está localizado na (Região de Integração do Baixo Tocantins, tendo como coordenadas extremo sul : 01° 43' 24" extremo oeste: 48°52'54", apresenta 62 km de distância da Capital (rodo-fluvial – via Arapari e Cafezal) e 110 km (rodoviário – via Alça Viária), além disso, possui uma área de 1.610,743 km², apresentando os seguintes limites territoriais: Ao Norte – Rio Pará e Município de Barcarena, A Leste – Município de Moju, Ao Sul – Municípios de Igarapé- Miri e Moju, A Oeste – Municípios de Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú e Muaná no Estado do Pará. É um dos municípios de maior importância no que tange a produção do açaí. Nesse sentido, perde apenas para o maior produtor do Estado que é o município de Igarapé-Miri.

FIGURA 01: Mapa de localização do município de Abaetetuba



Fonte: Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), 2014

A origem do nome do município denominado de Abaetetuba advém de uma origem indígena de origem tupi, de acordo com Lira (1998) Abaeté, provém do toponímio indígena de origem tupi e significa terra de muitos homens ilustres. É um município que possui uma área territorial de 1.090 Km², além de possuir sua origem histórica datada do final do século

XVIII, e mais precisamente em 1750, quando segundo a tradição o Governador da Província do Pará, houve a doação de uma porção territorial ao cidadão português Francisco de Azevedo Monteiro, era uma sesmaria (porção de terra que possui um vínculo hereditário que é repassado de pai para filho na tentativa de manter a posse da mesma) localizada à margem do rio Tocantins, essa sesmaria possuía uma vasta extensão territorial que posteriormente dará origem ao município.

Segundo Lira (1998) foi a partir do desmembramento das áreas dos municípios de Belém e Igarapé-mirim, em 1880 foi elevada a categoria de vila e em 1895 se tornou município através da Lei Estadual de nº 334, de 06 de julho de 1895. Uma característica importante a ser destacada é que na década de 1960 o município manifestou elevada expressão no que diz respeito ao cultivo da cana-de-açúcar, essa marca tem relação com a larga utilização dessa matéria-prima na produção da famosa cachaça de Abaeté.

Atualmente, uma das atividades que tem uma expressiva importância se destaca por ser o município que possui tradição na produção de brinquedos de miriti e no período da festividade de Nossa Senhora de Nazaré (considerada padroeira dos paraenses) que ocorre na Capital do Estado. Esses artefatos possuem maior expressão durante essa manifestação religiosa cultural que ocorre no segundo domingo do mês de Outubro. São brinquedos que representam a cultura paraense, bastante relacionada com a realidade ribeirinha da Amazônia.

As famílias se dedicam à coleta de açaí, do buriti e também da pesca artesanal. Os produtos sazonais, especialmente o açaí e o buriti, e os demais recursos naturais, assim como o ambiente de um modo geral, são influenciados pelo regime das marés, que se mostram determinantes e incidentes em diversos aspectos da vida dos habitantes locais, diminuindo o ritmo de sua economia.

O período da safra do açaí (*Euterpe oleracea*, mart) que vai de Julho a Novembro, é o período em que há melhores condições de reprodução social das famílias camponesas. A economia local sofre um grande incremento e a renda das famílias se altera positivamente, mas é no período do inverno, sobretudo, que os problemas socioeconômicos da população ribeirinha se agravam. A fase mais dura da reprodução social do campesinato ribeirinho ocorre entre março e junho, época em que as famílias sofrem mais intensamente a escassez alimentar, pois a safra do buriti termina e a reprodução do açaí não está madura para ser colhida, e ainda, coincidem, com uma baixa oferta de caças, peixes e crustáceos.

Dentro dos limites territoriais municipais existentes em Abaetetuba-Pá é válido destacar a existência de aproximadamente 72 ilhas e dentre elas a Ilha Tabatinga, a qual será o

foco para realização da presente pesquisa. Esta por sua vez possui localização privilegiada pelo fato de está mais próxima da porção terrestre do município e por esse motivo geralmente é a primeira a receber os benefícios. Esta porção insular possui 150 unidades familiares distribuídas ao longo de sua extensão. Totalizando (521 de habitantes), distribuídos na comunidade Nossa Senhora do Livramento, em frente ao Rio Jarumã, na comunidade Santa Terezinha do Menino Jesus, no “furo do boto” localizado no “furo da ilha” e na comunidade São Paulo, Costa Tabatinga que está localizado na porção de trás da ilha.

2.2 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PAE

No ano de 2004 o Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento foi a primeira experiência acerca da Política de Governo denominada de Projeto de Assentamento Agroextrativista na região das ilhas de Abaetetuba, a presente política faz parte da discussão acerca do II Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado no governo do Presidente Lula no ano de 2003. Esse plano, como já destacado anteriormente, prevê a ampliação de assentamentos no país e conseqüentemente a ampliação de dados estatísticos relacionados à reforma agrária.

Diante disso, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Órgão Federal responsável em promover a Reforma Agrária do País. É a instituição responsável em criar e legalizar essa modalidade de assentamento tão específica e diferenciada das demais.

Essa especificidade existente na presente modalidade de assentamento está relacionada a vários aspectos não comuns aos modelos convencionais de assentamento, no caso da ilha Tabatin

ga foi estabelecido em uma Área de Preservação Permanente (APP) que são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, biodiversidade, solo, bem como assegurar o bem estar das populações humanas que nela residem. Essas áreas são protegidas pela Lei nº 4.771/65 alteradas pela Lei Federal nº 7.803/89). É válido ressaltar que qualquer intervenção em APP's deve ser autorizada pelo DEPRN (Departamento Estadual de Preservação dos Recursos Naturais), caso contrário poderá ser caracterizado como crime ambiental conforme dispõem a Lei Federal nº 9.605/98.

De acordo com o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) começa por ressaltar que “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País,

exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem”.

Nesse sentido, o PAE Nossa Senhora do Livramento é considerado por definição uma área de Preservação Permanente integral, por ser constituída, essencialmente de várzea, ou seja, 100% APP, esse tipo de área é indicado para preservação da flora e fauna, no entanto atividades consideradas extrativistas são permitidas. Entendem-se as práticas cotidianas que sempre foram realizadas na ilha como a coleta de frutas e sementes, seja o açaí, buriti, andiroba, copaíba, etc, o desenvolvimento das práticas de pesca, seja de camarão e peixe, essas atividades mencionadas são consideradas como extrativistas por isso são permitidas.

Então, um fator a ser destacado, a fim de considerar a especificidade dessa proposta de assentamento, é a necessidade de desenvolver atividades essencialmente extrativistas visando seguir os critérios legais para utilizar os recursos naturais de maneira não exploratória nem tão pouco degradante, não sendo permitido o desenvolvimento de qualquer outro tipo de atividade que não obedeça aos critérios determinados pela Lei Federal.

A atuação do INCRA nas áreas de várzea e de ilhas, para possibilitar a execução da proposta de PAE, foi possível através de um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) órgão responsável pelas terras de patrimônio da União e como o Projeto é destinado para as áreas em que esse órgão dispõe de jurisdição o mesmo transferiu ao INCRA o domínio de responsabilidade da concessão de uso gratuito.

O trabalho de criação de assentamentos agroextrativistas é executado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o Pro-Várzea/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), as colônias de pescadores, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios envolvidos.

O INCRA estabeleceu alguns critérios para implantação desse tipo de assentamento, é que essa modalidade de assentamento pode ser implementado, essencialmente, em áreas insulares, que possuam características ribeirinhas, ou seja, as áreas consideradas APP's integrais, e que levem em consideração as características da população tradicional da região.

Desde o início deste ano, o INCRA Belém, criou 73 projetos de assentamento agroextrativistas em municípios sob sua jurisdição, em benefício de 11.222 famílias ribeirinhas. Ao todo, são 172.544 hectares de terras de várzea e ilhas regularizadas e destinadas à Reforma Agrária.

2.2.1 Etapas para formalização de projetos de assentamento agroextrativista através do INCRA

A implantação do Projeto Agroextrativista obedece algumas etapas que devem ser seguidas. Inicialmente a comunidade junto com o Sindicato deve protocolar uma solicitação para implantação do Projeto, é válido ressaltar que é essencial a existência desse interesse por parte da comunidade que esteja reivindicando a implantação e execução do Projeto, em seguida é analisada a solicitação e sendo favorável a avaliação do departamento responsável pela implantação de PAE no Estado do Pará será emitida uma ordem de serviço para que o técnico se desloque até o imóvel com intuito de realizar uma avaliação a respeito da realidade.

Se o imóvel é realmente caracterizado como ribeirinho, essa análise é efetivada através da realização de um levantamento pelos técnicos do INCRA referente as informações da ilha a respeito da realidade cotidiana relacionada as atividades desenvolvidas para obtenção de renda, cultura, aspectos naturais e legais. E o produto desse contato do técnico do INCRA com a comunidade é a confecção de um relatório técnico, além de um relatório ambiental simplificado.

Posteriormente para iniciar ao processo do licenciamento ambiental objetivando a implantação do Projeto é necessário da cópia do documento que transfere da SPU ao INCRA o domínio da concessão de uso gratuito e o relatório ambiental simplificado produzido pelo técnico do INCRA, em seguida é comunicado a FUNASA a implantação da política de estado para ser possível adquirir informações a respeito da existência de alguma endemia na ilha.

O próximo passo refere-se ao tipo de Licença Ambiental, nesse caso o órgão responsável pela avaliação da licença ambiental é a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), estabelecida para esse tipo de Projeto que é a Licença de Instalação e Operação, sendo dispensada, para esse tipo de assentamento destinado para populações tradicionais a Licença Prévia.

A partir da Licença Ambiental, ter sido alcançada é criado um processo administrativo da criação do Projeto Agroextrativista com a inclusão de informações dos relatórios (técnico e ambiental simplificado); Planta do imóvel; Memorial descritivo; Mapa de uso do solo; Mapa de localização; Resposta da SPU em relação ao domínio. Após esse procedimento encaminha-se para o setor de cartografia para avaliação a respeito da existência de sobreposição de imóveis, é encaminhado para o setor de meio ambiente, posteriormente é direcionado para o setor de Divisão de Desenvolvimento que é responsável pelo crédito de instalação do recurso

do INCRA, para estar ciente do aporte de recurso necessário para a implantação do Projeto e com isso ocorrer o planejamento para utilização do recurso.

Encaminha-se para a Procuradoria Federal especializada analisar o conteúdo do processo a respeito das informações contidas no processo; Nesse momento o processo é direcionado para o Conselho de decisões regional composto pelos Chefes das divisões para avaliação do Projeto e para assim ocorrer avaliação final e consequentemente o parecer favorável para a deliberação; Se aprovado a partir de então é criado uma portaria de criação do Projeto para ser publicada no Diário Oficial da União e, por conseguinte o Projeto pode ser considerado como criado.

Figura 04: Placa do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora.

A implantação do projeto obedeceu uma série de etapas burocráticas, como exposto acima, e em 02/04/2004, o Ministério do estado de Planejamento Orçamento e Gestão, através da Portaria n° 61, autoriza o INCRA a implantar Projetos Agroextrativista – PAE e em 08/06/2004, é assinado o Contrato de Cessão de Uso Gratuito da ilha Jarumã entre a União e o INCRA, vale ressaltar que essa denominação atribuída a ilha foi criada a partir da intervenção do INCRA, no entanto os moradores identificam a ilha como Tabatinga, nesse sentido a denominação utilizada pelo Instituto é Jarumã, todavia preferimos utilizar a denominação convencional atribuída pelos ribeirinhos.

No dia 27/04/2004, através da portaria nº 28 foi de fato criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento e com isso passou a fazer parte do SIPRA (Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária).

Quando um Projeto Agroextrativista é divulgado no Diário Oficial, passa a fazer parte de um banco de dados referente às informações de Reforma Agrária do país denominado de SIPRA que nada mais é do que um sistema de controle do Governo Federal importante para informações referentes aos dados de políticas de Reforma Agrária já executada, por isso todo e qualquer tipo de assentamento promovido pelo INCRA é contabilizado nesse sistema, já que como foi enfatizado no II PNRA existem algumas metas a serem alcançadas pelo Governo Federal e esses números podem ser encontrados nesse Sistema.

No ano da divulgação da portaria também foi atribuída aos assentados a concessão de uso gratuito das terras, através da intervenção da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), essa concessão não é definitiva, possui duração de 10 anos tendo que ser renovada durante igual período, então não é possível atribuir a titulação fundiária definitiva para os assentados do Projeto, pelo fato da ilha ser caracterizada de terrenos de marinha.

De acordo com o Art. 13, do Código das Águas no Decreto de Nº 24.643/34 os terrenos de marinha, são os terrenos que possuem influência pelas águas do mar e de rios navegáveis vão até 33 metros para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega a “preamar médio”, então, a presente ilha pesquisada é contemplada por essa característica.

É válido afirmar que a regularização fundiária é um fator que possibilita a disponibilização de maior segurança no que tange a utilização das terras, seja para garantir o direito de morar, bem como no incentivo do melhoramento da produção de produtos agroflorestais, visto que toda e qualquer benefício direcionada a questão agrária terá uma possibilidade maior de obter sucesso se a terra estiver regularizada, diante disso as ações locais serão mais consistentes.

Atualmente existem algumas controvérsias em relação à criação desse tipo de assentamento, principalmente pelo fato de ter sido cogitado que na verdade essa metodologia de assentamento seria uma espécie de “Reforma Agrária forçada” expressão essa muito utilizada pelos assentados do PAE Nossa Senhora do Livramento e também de outros PAE’s localizados na vasta região das ilhas do município de Abaetetuba-Pa.

Essa questão mostra a debilidade dessa política, pois, demonstra que existe um interesse por parte do governo em criar uma estatística capaz de apontar através da incorporação do maior número de pessoas, que já moravam nas ilhas previamente a

implantação do PAE, no banco de dados relacionado ao Programa de Reforma Agrária e assim caracterizá-los como se fossem pessoas que não possuísem nenhum tipo de terra e por isso necessitavam usufruir desse bem igualmente aos indivíduos que fazem parte de movimento que lutam para adquirir um pedaço de terra.

No entanto, ressalta-se que esses recentes assentados estava há muitos anos atrás, utilizando da terra em caráter de posse, onde o patrimônio fundiário era repassado de pai para filho, paralelamente manifestando suas relações socioespaciais de acordo com o modo de vida construído e (re) construído por eles próprios, por isso não aceitam que sejam caracterizados como assentados de Reforma Agrária, pois os preceitos para a realização desse processo é distribuir terras para pessoas que não possuem esse bem, por isso muito foi utilizada a expressão que esse projeto prevê assentar quem já estava assentado e de certa maneira manter o “comodismo” do governo.

É necessário observar que o município de Abaetetuba possui uma tradição em relação a atuação dos missionários “xaverianos” e mais precisamente atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base, ala da igreja católica que possui vinculação a questões sociais e políticas, por isso pode-se considerar que esse tipo de postura adotada pelos ribeirinhos desse PAE está relacionada com uma tradição de esclarecimento político/social existente no município.

Mas, dever-se-á deixar claro que durante a realização da presente pesquisa esse ponto será identificado, porém a discussão a respeito de política pública, bem como da avaliação existente entorno do PAE não será o ponto principal a ser analisado, aparecerá no sentido de esclarecimentos, apontaremos justamente possíveis maneiras de aproveitamento dessa atuação já estabelecida pelo estado de maneira que os atores envolvidos no processo sejam protagonistas do processo através da incorporação de ações, intimamente, relacionada à realidade muito bem conhecida por eles.

O PAE Nossa Senhora do Livramento foi então implantado no ano de 2004 e após a realização da regularização fundiária os assentados desse PAE receberam o benefício do fomento no valor de R\$ 3.200,00, destinado para aquisição de materiais de pesca dentre eles a rede de pesca, bem como o benefício da moradia no valor de R\$ 5.000,00 que deveria ser destinado para a compra dos materiais, bem como o custo da mão de obra, ressalta-se que esse valor destinado para cada família que reside na ilha não era necessário repor para o INCRA.

Para receber o mesmo foi realizado um levantamento por parte dos membros da Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento (APANSLI) obedecendo alguns critérios, dentre eles a família beneficiada não poderia

possuir nenhum vínculo trabalhista em esferas públicas (municipal, estadual ou federal) e tenham que estar associados na pessoa jurídica criada para garantir a efetivação de um vínculo necessário para cumprir as exigências propostas pelo INCRA.

Esse critério é de fundamental importância, pois se entende que desde início da implantação do Projeto há uma tentativa de criar estratégias de autogestão local através dessa exigência de relação com a Associação para futuros projetos que poderão ser desenvolvidos na comunidade, no sentido da associação ser utilizada por todos beneficiados pelo projeto, ou seja, que todas as atividades de intervenções no local sejam estabelecidas por esta instituição e que ela funcione além de servir tão somente para representar a comunidade, mas sim sirva como um meio para a concretização de futuros projetos idealizada por eles próprios.

Diante disso, essa ação pode ser identificada como a de maior importância para os moradores da ilha, pois a partir desse momento os moradores da ilha já poderiam receber benefícios através da pessoa jurídica APANSLI. Então a partir da efetivação desse processo é que pode ser identificado que o PAE estava sendo implantado na ilha, nesse caso estava faltando apenas a escolha do nome desse Projeto.

É necessário deixar claro, que a escolha da denominação que foi atribuída a esse assentamento foi estabelecida a partir de uma reunião com os membros da diretoria e da comunidade e foi decidido que a denominação Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento seria a mais cabível para o Assentamento pelo fato de ser o nome da padroeira da ilha. Deve-se elucidar que a ilha Tabatinga, também, possui três comunidades que são: Nossa Senhora do Livramento, Furo do boto e São Paulo, não quer dizer que somente a comunidade Nossa Senhora do Livramento foi contemplada, mas sim todas as outras comunidades existentes na ilha como um todo.

Atualmente, outras ilhas da região de Abaetetuba, também, foram contempladas com o projeto e tiveram que se adequar as condições impostas, anteriormente citadas, e com isso, também seguiram todas as etapas constitucionais e institucionais que a ilha tabatinga enfrentou, no total inicialmente três ilhas foram contempladas (sirituba, tabatinga e campompema), com o Projeto de Assentamento Agroextrativista, deve-se destacar que essas ilhas possuem uma localização estratégica, pois estabelecem uma relação mais próxima da cidade, por estarem, geograficamente, mais próximas da sede de Abaetetuba. Atualmente o Projeto de assentamento encontra-se em expansão e por isso, outras ilhas no município de Abaetetuba já estão passando pelo mesmo processo que a ilha Tabatinga passou.

2.3 A PRESENÇA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NO DIRECIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PAE

Nesse sentido, apresentar-se-á o propósito da criação das organizações sociais como um espaço intermediário entre o Estado e mercado, que também contribui para o fortalecimento das instituições democráticas, para maior eficiência e a melhor qualidade na realização dos serviços de que a sociedade, geralmente em uma escala local, necessita.

Essas necessidades que serão o ponto principal na constituição dos princípios da constituição de toda e qualquer associação seja lá qual for o objetivo principal da mesma. É importante ressaltar que o objetivo deverá estar relacionado com a real situação das pessoas envolvidas na realidade, ou seja, o fator de interesses internos deverá prevalecer a qualquer outra externalidade que possa modificar os caminhos a serem percorridos pelos associados.

O Artigo 53, do Código Civil Brasileiro, diz que: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.” (BRASIL, 2002). Esta é a primeira forma de pessoa jurídica definida pelo referido código.

É válido destacar que as associações apresentam características próprias. Elas possuem patrimônio, mas não dividem os resultados entre os sócios. Estas, “podem receber contribuições para fins educacionais, culturais, esportivos, religiosos, morais e recreativos” (FRANÇAEI al., op.cit.p.23).

Não perde a categoria de associação mesmo que realize negócios para manter ou aumentar seu patrimônio, sem contudo, proporcionar ganhos aos associados, por exemplo, associação esportiva que vende aos seus membros uniformes, alimentos, bolas, raquetes, etc. Embora isso traga, como consequência, lucro para entidade. A sociedade civil, por sua vez é a que visa fins econômicos ou lucrativo, que deve ser repartido entre os sócios, sendo alcançado pelo exercício de profissões ou dedicadas a profissões regulamentadas. (DINIZ, 1993,p. 120).

Logo, os objetivos de cada associação variam de acordo com a realidade da entidade. Para existir de fato a associação necessita seguir uma organização burocrática como, por exemplo, a criação de um estatuto que nada mais é do que uma espécie de regulamento legal que deve ser seguido na íntegra pelos membros, nesse documento estará registrado o tempo de duração dos mandatos, os cargos existentes que geralmente são (Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro, Suplemente), a função de cada um, os procedimentos decisórios, dentre outras informações; deve existir uma ata da eleição contendo dia, hora, lugar em que ocorreu a decisão eleitoral. Todos esses documentos deverão ser registrados em cartório.

A Associação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora do Livramento foi criada no ano de 2004, quando, foi informado aos moradores que os mesmos, seriam beneficiados pelo projeto. A necessidade de existir uma instituição que legitimasse a representação legal do PAE, e para que essa função seja consumada era necessário que a documentação da Associação estivesse em dias, devidamente legalizada, tendo as seguintes documentações padronizadas: ata de eleição, estatuto contendo o regulamento da mesma, esses documentos devem estar devidamente reconhecidos em cartório.

FIGURA 05: Sede da ASPANLI



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora

A primeira constituição da diretoria foi eleita no ano de 2004, e, possui hoje aproximadamente 500 associados. Todos são moradores da ilha Tabatinga, pescadores artesanais, e atualmente são associados na ASPANLI. Isso denota a representatividade que a referida associação possui na comunidade.

Quando algum membro da diretoria necessita se ausentar do cargo, ou desiste do cargo, promovendo a vacância do mesmo é necessário que imediatamente haja a substituição do titular do cargo para seu suplente. O mandato do presidente é de dois anos, podendo o mesmo, ser reeleito, uma vez consecutiva.

A cada dois meses a diretoria da associação convoca os associados para prestação de contas referente aos gastos ocorridos principalmente a taxa paga pelos associados, essa taxa é no valor de R\$ 2,00 e segundo a diretoria é direcionada para as despesas dos membros da diretoria que necessitam se encaminhar para o INCRA para resolver as pendências, bem como acompanhar os processos referentes ao PAE.

Esse recurso, então, é destinado para alimentação, passagem de ônibus e etc. De acordo com o atual vice-presidente, Sr. Domingos, existe impasses referentes a esse pagamento que mesmo sendo um valor considerado baixo e simbólico, ainda assim, existe uma “certa” dificuldade de arrecadar esse valor, pois nem todos conseguem contribuir com frequência.

FIGURA 06: Reunião da Assembleia Geral da ASPANLI



FONTE: Trabalho de campo realizado pela autora

Na foto acima, está ocorrendo uma Assembleia Geral que teve como pauta a prestação de contas, bem como a apresentação das ações que estão sendo desenvolvidas no PAE, para que todos tenham clareza, e estejam informados dessas ações pertinentes ao projeto.

Outro fato processo presente na Associação é a eleição, que também começa pela convocação de uma assembleia geral, semelhante a foto acima, e divulgada com sessenta dias de antecedência da eleição. Nela, declaram - se abertas às inscrições das chapas e, assim, os assentados, que obedecerem aos seguintes requisitos: serem moradores da ilha, estarem associados na ASPANLI, estar em dias com o pagamento da mensalidade. Poderão inscrever - se ao pleito. O mandato é de dois anos, como já exposto anteriormente.

É válido ressaltar que a APANSLI foi criada a partir da necessidade da implantação do PAE Nossa Senhora do Livramento como já destacado anteriormente, ou seja, passou a existir a partir das exigências burocráticas para implantação do PAE. No entanto, para que essa função seja atribuída de maneira plausível com o objetivo do projeto, é necessário que haja uma apresentação entre a inter-relação do associativismo e a governança.

Apresentou-se a importância da Organização social na implantação e execução do Projeto, os princípios gerais e conceituais, mas deve-se realizar essa inter-relação com os princípios de governança, tendo como ponto principal o funcionamento dos princípios do PAE, diante disso deve-se destacar a importância da governança, no que tange aos objetivos da presença da Associação dos moradores da ilha Tabatinga e sua atuação na realidade do assentamento.

Diante disso, a governança está diretamente relacionada com questões de autossuficiência de um determinado lugar que irá variar de acordo com a escala a ser escolhida. Nesse caso, o trabalho está sendo desenvolvida a partir de uma perspectiva local, então essa governança está relacionada com a organização social responsável pela atuação do PAE, a instituição responsável pela ilha Tabatinga, nesse caso é a APANSLI que atua de modo burocrático, bem como social, visto que os membros dessa organização são moradores do PAE Nossa Senhora do Livramento.

Nesse sentido, conhecem de fato a realidade da ilha, desde características locais como cultura, religião, laços sociais, relações de parentesco, principais atividades desenvolvidas na ilha, a quantidade de pessoas e famílias que moram na comunidade, a situação econômica, até pessoas que têm contato direto com os órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão dos PAE's de modo geral que nesse caso os principais são o INCRA e SPU.

Vale ressaltar que cada um deles possui funções diferenciadas, o primeiro obedece a uma função relacionada com a aplicação das políticas, ou seja, a forma como estas serão implantadas nas ilhas, já a segunda faz parte de um viés voltado a uma as primeiras fases do PAE que é a regularização fundiário, como outrora, exposto.

A governança, então, pode ser considerada uma ação necessária para o sucesso local dessa intervenção do Estado na Comunidade. Diante disso, é de fundamental importância haver uma organização consistente que possibilite a atuação social em todas as ações voltadas para a comunidade, por isso a participação na organização social pelos beneficiados diretamente pelo projeto poderá implicar futuramente na criação de laços consistentes capazes de impulsionar em ações que apresente a real necessidade e expectativas dos beneficiados.

Esses “laços” partem do pressuposto de que todos apresentem discernimento do seu papel enquanto ser capaz de modificar a sua realidade, sem que haja forças exteriores à realidade deles. Tendo mais influência do que eles próprios que “serão” os responsáveis pelas ações existentes em sua comunidade, ou melhor, em seu local.

Nessa perspectiva é necessário esclarecer a partir de um viés conceitual a respeito dessas duas categorias. A palavra governança significa um processo contínuo para acomodar diferentes interesses e realizar ações cooperativas. Ela inclui tanto relações formais, de hierarquia, poder e obediência, como também, acordos informais, colaborativos em relações não hierárquicas. (STOPPER; HORISSON, 1991)

De acordo com Cassiolato e Lastres (2001), o conceito de governança está baseada em práticas democráticas de intervenção e participação de diferentes atores no processo decisório, incluindo empresas públicas, privadas, cidadãos e trabalhadores, consultores, centro de desenvolvimento tecnológico.

Quando relacionado com seu objetivo, a governança é definida por ações coletivas de diversos atores na busca do desenvolvimento. Esta definição pressupõe a necessidade de um processo de aprendizado e associa o termo governança ao desafio de incentivar ações e projetos coletivos entre empresas com a participação da população local e de instituições como forma de construir um ambiente favorável a busca contínua de vantagens competitivas.

Baseado em todos esses preceitos conceituais que a ASPANLI foi criada, sobretudo para representar juridicamente o PAE, essa atribuição apresenta uma importância fundamental para o funcionamento de todas as ações seja relacionada aos benefícios do PAE, bem como de outras ações necessárias para promover o elo responsável pela ação de atender diferentes interesses das pessoas envolvidas no projeto através da realização de ações cooperativas.

Essas ações serão responsáveis pela contribuição no desenvolvimento de atividades direcionadas a possibilidade de intervenção e participação, bem como a contribuição de todos, entende-se como poder público e comunidade, para a realização dos objetivos existente no Plano de Desenvolvimento do Assentamento e, por conseguinte o início do processo de

desenvolvimento local capaz de suprir as necessidades da presente realidade relacionadas a renda, saneamento, organização social, educação.

3. APARATO CONCEITUAL DA PESQUISA

3.1 DISCUSSÃO ACERCA DE DESENVOLVIMENTO

Na realização da presente pesquisa utilizar-se-á categorias e conceitos que possibilitarão responder as indagações propostas, através da problemática já identificada no campo da realidade a ser pesquisada. Nesse sentido, serão utilizados os seguintes conceitos: Território, Conhecimento Tradicional, Modo de vida ribeirinho, Desenvolvimento Local, na tentativa de buscar o delineamento necessário para a realização do presente trabalho. Para Buarque (1999) Desenvolvimento Local é

Um processo endógeno registrados em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999:9)

É importante destacar que os princípios de Desenvolvimento Local realizam-se a partir de um viés endógeno por partir da concepção de que as ações devam ser direcionadas de acordo com as necessidades e interesses das pessoas de uma determinada comunidade, por exemplo, isso não quer dizer que ações exógenas deixem de existir, ao contrário estas agem na comunidade, porém atuam de acordo com uma concepção de contribuição, mas não necessariamente como ponto de partida.

Essa contribuição se concretiza a partir da autonomia que deve existir nesse local e a noção de valorização do espaço deve partir e pertencer à população, então os agentes externos que participarão do processo, nada mais serão como colaboradores ao processo e não agentes principais.

Tal concepção se manifesta a partir do fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, as redes de cooperação, o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos. Objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micros empresários para que gerem empregos sustentáveis (ALBUQUERQUE, 1998, p.49).

Todos esses elementos destacados pelo autor demonstram que na verdade os princípios de desenvolvimento local são voltados para uma realidade que apresentam

características de reciprocidade e solidariedade para que essas ações coletivas tenham êxito, pois os pontos destacados pelo autor poderão ser caracterizados como viáveis se houver consistência nesses dois pontos. Assim, entende-se que o desenvolvimento local é um processo que tende a integração dos atores sociais, para que juntos passem a ter acesso aos benefícios que não tinham enquanto atuavam de forma isolada.

No que diz respeito a essa forma integrada de atuação que é possível destacar a presença do chamado capital social, responsável pelas ações de cooperação em que cada ator desempenha com suas devidas qualificações seu papel específico. E assim, contribuem com as ações coletivas, nos processos de desenvolvimento local.

Outro ponto a ser destacado é que o desenvolvimento local não pode em hipótese alguma está pautado essencialmente no caráter econômico de desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico não é suficiente, e sim ele necessita estar em conjunto com fatores sociais, culturais e políticos, para que em conjunto com o mesmo consiga complementar as necessidades de um determinado lugar de maneira a contribuir com o bem estar social.

Nesse sentido, Buarque (2002) apresenta os fatores que garantirão consistência e sustentabilidade para o desenvolvimento.

O desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais... Potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2002).

Tal consideração vem ratificar com a concepção apresentada anteriormente, pois considera a mobilização dos atores sociais como fator primordial no que diz respeito às possibilidades de se explorar os recursos naturais disponíveis na localidade de maneira a possibilitar a criação de empreendimentos endógenos, no entanto deve-se considerar que a forma de manejo desses recursos naturais precisa ser também respeitada de acordo com a maneira que a determinada comunidade utilizava esses recursos sem, contudo destruí-los.

Toda a ação voltada para essa concepção de desenvolvimento deve ser implementada respeitando as práticas tradicionalmente reproduzidas por esses atores, sobretudo para que esses processos não destruam as especificidades existentes em cada realidade, mantendo a heterogeneidade de cada realidade.

Diante disso, é necessário compreender a importância de outro fator importante para o processo de desenvolvimento que é a governança, também se acredita que esta, deve ser forte e estar bem organizada, para assim, ser possível orientar as políticas e os investimentos públicos locais. Para tanto, segundo Buarque (2008) devem existir três grandes pilares de um processo de desenvolvimento local.

- **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE** (formação de capital social local/capacidade de cooperação e organização da sociedade local)
- **AGREGAÇÃO DE VALOR DA CADEIA PRODUTIVA** (articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas/vantagens locais)
- **REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO LOCAL** (descentralização das decisões e eficiência da gestão pública local.)

De acordo com o autor acima, a organização da sociedade está relacionada com a formação de capital social e para a presente pesquisa ressalta-se que a própria comunidade pode ser considerada parte integrante desse capital social citado pelo autor, sobretudo por ser ela quem terá pleno domínio dos valores referente ao conhecimento necessário para o procedimento da realização das atividades direcionadas para a produção, por exemplo, de uma comunidade de lavradores e/ou pescadores.

Além disso, esse capital social terá que possuir uma organização que possibilite a formação da consciência cooperativista, por exemplo, para que possibilite ao grupo estratégias de fortificação necessária ao ponto de estabelecer diretrizes dessa organização coletiva para o melhoramento dos ganhos para a comunidade.

A agregação de valor da cadeia produtiva estará relacionada com a escolha do produto que melhor se adéqua a realidade onde estará ocorrendo a experiência de desenvolvimento local, essa agregação de valor está relacionada também com necessidade do produto que irá para o mercado passar por algum tipo de processamento possibilitando que esse produto receba mais ganhos em relação ao mercado, ou seja, que sejam criadas estratégias que estimulem os produtores a se organizarem através de uma cooperativa, por exemplo, e que criem discutam as condições necessárias para se criar um produto que entre no mercado em pé de igualdade com os demais produtos e que essa ação beneficie a coletividade local.

A reestruturação e modernização do setor público local, nesse ponto, é válido destacar que os projetos que visem desenvolvimento local seja implementado, e, consiga

estabelecer forças para iniciar o processo de reestruturação organizacional e social do local é necessário que o poder local ganhe força e se estruture para receber a responsabilidade de gestão, para ocorrer a tão almejada descentralização das decisões é necessário que o local obtenha uma organização social que consiga representá-los muito além de juridicamente.

Para conseguir alcançar essa representação além do jurídico é necessário que a instituição tenha força para se tornar uma gestão pública local e eficiente, sobretudo na realidade local que geralmente apresenta descasos do poder público convencional central e ninguém melhor do que essa organização social para suprir essa necessidade. É necessário destacar que os membros desse grupo sejam compostos por pessoas que participem e sejam membros atuantes do cotidiano das relações interpessoais desse local e por isso consigam identificar as reais necessidades do local.

Vale ressaltar que esses membros da organização social que será responsável por gerir as ações locais de modo de geral, devem estar preparados a lidar com o público, coletivo, com os conflitos sociais, visto que as atuações existentes com o público devem ser cautelosas, visando a compreensão das ideias opostas, contrárias que são normais quando se depara com situações onde serão discutidas situações que irão beneficiar ou não determinado grupo A ou B.

Segundo Brose (2000), aponta a eficiência pública como dimensão do desenvolvimento local. Ele afirma a necessidade de propor métodos de gestão apropriados, para que o desenvolvimento local seja efetivamente uma realidade e não que apenas reutilizem recursos disponíveis no mercado privado, visto que para o autor antes de propor ferramentas é necessário que se entenda bem o funcionamento deste setor.

3.2 MODO DE VIDA RIBEIRINHO

A relação homem-natureza sempre se manifestou de uma forma complexa, pode-se considerar que essa discussão se iniciou a partir da afirmação de um suposto determinismo geográfico, que apresenta a natureza como responsável pelo mesmo em relação ao homem. Esta concepção está relacionada ao alemão Friedrich Ratzel (MORAES, 1990; CORRÊA, 1987) esse autor formulou suas teorias sobre o meio ambiente e o homem, e afirmou ser o homem um determinado por condições naturais. Na sequência, Ratzel criou o conceito de espaço vital, no qual afirma que, determinada sociedade, necessita expandir seus territórios e seus modos de vida e assim possibilite a conquista de novos territórios.

No entanto, outro teórico confrontou seus ideais com os de Ratzel, o francês Paul Vidal de La Blache (MORAES, 1996), formula sua teoria defendendo a concepção do possibilismo geográfico (LA BLACHE, 1954; MOREIRA, 1994). Essa teoria afirma que na realidade o homem encontraria na natureza uma produtora de possibilidades, descartando a característica da natureza como ser um agente determinante, como proposto por Ratzel.

Nessa concepção, proposta por La Blache, o homem responderia às possibilidades oferecidas pela natureza, no entanto, ele próprio reage e se adapta ativamente a essas condições naturais e assim suas ações no espaço, podem estar relacionadas a uma ou várias possibilidades.

Dessa forma, Carl Sauer (1995) afirma o seguinte referente a La Blache.

[...] um modo de vida refere-se sempre a uma coletividade. Podemos defini-lo como o conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura sua existência; a pesca, a caça, a colheita de frutos, a agricultura sedentária e a vida pastoril, são tipos de modos de vida que se integram em esquemas de vida mais complexos (sic). (SAUER, 1995, p. 169)

É necessário esclarecer que a conceituação referente ao modo de vida não está sendo considerada no presente trabalho como sinônimo da conceituação de modo de produção, em virtude do modo de vida possuir relação de forma ampliada, por isso considerada uma categoria totalizante.

Já para Sorre (2002), o modo de vida e o gênero de vida podem ser interpretados de maneira similar, são considerados como conjuntos coordenados pelas atividades espirituais e materiais, concretizadas pela tradição, e através disso um grupo humano assegura sua permanência no seu meio caracterizando o território. É válido destacar que se por um acaso o grupo humano for excluído do seu território, mesmo assim o seu modo de vida, permanece junto a ele.

Nesse sentido, Sorre (1984), analisa que o gênero de vida, assim como o modo de vida podem ser considerado um conjunto de técnicas para melhor utilização dos recursos naturais.” [...] não é abuso considerar, ao menos inicialmente, um gênero de vida como uma combinação de técnicas (p.17) [...] Conjunto de técnicas, os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico” (p.22).

Na realidade da presente pesquisa, o desenvolvimento da atividade, tida como essenciais para sua sobrevivência (caça, pesca coleta de vegetais, açaí, miriti) caracterizada como conjuntos de técnicas até a forma como as pessoas se organizam através das práticas

relacionados ao cotidiano são características de como se manifesta o modo de vida na ilha pesquisada, então no caso de uma realidade ribeirinha essas características representam íntima relação com as dinâmicas socioespaciais desenvolvidas por e para esses ribeirinhos. Esse conjunto de técnicas e de adaptação ativa, desse grupo, ao meio geográfico está relacionado com o modo de vida ribeirinho. Que se manifesta dessa forma com suas peculiaridades, essencialmente na presente realidade.

Então de acordo com a efetivação dessa possibilidade de existir uma categoria tão abrangente como o modo de vida, de acordo com La Blache (1954) “os instrumentos que o homem põe ao serviço de uma concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida.” Diante disso, quando se trata de uma realidade que envolve os ribeirinhos de Abaetetuba-PA mais precisamente a ilha Tabatinga a realidade cotidiana desses ribeirinhos, o modo de vida se manifesta caracterizando a tradição, os costumes, a religiosidade, bem como a forma de estabelecimento de relações sociais. Tidas de maneira natural.

Dentre todas as acepções, o rio pode e deve ser considerado como elemento principal e primordial para o estabelecimento de tais relações, sobretudo em razão de todas dinâmicas socioespaciais estarem vinculadas diretamente a este elemento, bem como a temporalidade desse recurso natural, que na presente realidade além de ser um recurso natural também é o “palco” das ações estabelecidas, diretamente na presente realidade e a partir dele determinam o encaminhamento das práticas cotidianas, ou seja, a dinâmica das águas do rio apresenta possibilidades de regular ações e criando formas de viver de acordo com as diversas possibilidades, em sintonia com a natureza.

3.2.1 Caracterização do modo de vida ribeirinho na ilha tabatinga tendo a pesca como principal ponto de análise.

No que diz respeito à relação estabelecida cotidianamente no cenário a ser pesquisado observar-se-á uma espécie de tradição no desenvolvimento da atividade pesqueira tida pelos moradores da ilha como essencial para a manutenção da dinâmica socioespacial da ilha, em virtude de serem habitantes que moram às margens do rio e, por isso, apresentarem possibilidades de manifestarem uma forte relação com seus ribeirinhos. Porém, nem todas as comunidades que residem às margens do rio podem ser consideradas ribeirinhas, em virtude de ser necessário o estabelecimento de relações com esse recurso natural, para assim, estabelecer a devida relação necessária para o ser reconhecida como tal.

Nesse sentido, a partir da identificação das relações necessárias para se afirmar que o campo da pesquisa pode ser considerado ribeirinho, existe uma atividade desenvolvida na ilha relacionada ao rio que é a pesca. Essa atividade é atrelada a geração de renda, além disso, também é estruturante ao modo de vida ribeirinho caracterizado pelas relações desenvolvidas através desse ribeirinho pescador que habita e atua nessas áreas.

O modo de vida, nesse caso, possui uma estreita relação com a maneira estabelecida ao uso do rio enquanto recurso, diante disso, no caso dos moradores da presente comunidade ribeirinha, a pesca se destaca como atividade essencial no sentido de suprir as necessidades desses personagens que ora se estabelece de maneira material ora imaterial, no entanto em alguns períodos do ano essa atividade se manifesta de maneira com mais frequência as demais atividades em virtude do aumento da disponibilidade do peixe na região. Também, é válido destacar que em outros períodos esse recurso se torna escasso proporcionando dificuldades de realizar a atividade.

A respeito disso um dos assentados do PAE destaca o seguinte:

“aqui nós pesca sempre que a água tá para peixe, tem vezes que durante o ano agente consegue pescar tanto peixe que chega até a estragar o peixe fica barato cai bastante o preço e isso dificulta agente de vender, por que agente não tem opção de como armazenar esse peixe para agente vender quando ele estiver escasso e com o preço elevado” **(Entrevista concedida por um assentado do PAE Nossa Senhora do Livramento, em : 06/10/13).**

Corroborando com o entrevistado, essa atividade é realizada pelos ribeirinhos nos rios e igarapés, no entanto depende da maneira de manifestação dos movimentos cíclicos da natureza que se apresenta através das estações do ano, enchentes, vazantes. Além disso, apresenta um perfil relacionado com a pesca artesanal que é destinada para a subsistência, no entanto, é válido ressaltar que essa produção também apresenta uma destinação para fins comerciais como já explicitado anteriormente.

Tal atividade é desenvolvida de acordo com amplo conhecimento existente no desenvolvimento da pesca, nesse sentido para conseguir alcançar êxito é necessário que seja seguida estratégias de pesca que são repassadas de geração para geração em forma de conhecimento.

O conhecimento do ambiente em que vivem essas populações e a sua habilidade no manuseio dos recursos naturais, medida que são transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos. São interações advindas do contato íntimo com natureza, sejam pelas águas, florestas, terras, seja com o próprio homem. **(MORAES, 2007, p. 74).**

Essa atribuição enfatizada pelo autor está presente no que vem a ser o cotidiano ribeirinho das ilhas de Abaetetuba-PA e mais precisamente na comunidade pesquisada, em virtude de existir um tipo de conhecimento relacionado através da percepção da natureza capaz de inserir na realidade ribeirinha uma dinâmica voltada para perpetuar as estratégias e os modos de apropriações dos recursos que a natureza tem a oferecer. Essa apropriação varia de acordo com cada realidade.

Considerando que na ilha Tabatinga o ritmo de desenvolvimento da vida social está muito próximo da realidade da natureza Amazônica, destaca-se, então, a pesca como primordial. Não desconsiderando as demais atividades desenvolvidas, mas compreendendo que o modo de vida ribeirinho está fortemente relacionado com a pesca, até pela maneira como é estabelecida as relações tendo o rio como “meio” no que tange o desenvolvimento das atividades necessárias à reprodução da vida social. Com isso, a existência da diversidade de espécies existente na região, e, mais precisamente, no baixo Tocantins, propicia o favorecimento da prática pesqueira.

Outra observação deve ser feita no que tange a técnica de se pescar. De acordo com os dados empíricos, obtidos pela observação, bem como pela entrevista em campo, no caso da comunidade analisada, existem em alguns aspectos uma resistência na forma de utilização das novas técnicas de pesca e em alguns casos a insistência em se utilizar “técnicas anteriores” em que os mesmo estejam mais acostumados com as tradições perpetuadas por gerações. Contudo, observa-se que existe uma forte confiança nas técnicas desenvolvidas durante mais tempo, em detrimento de outras novas técnicas.

A nossa forma de pescar agente já usa a muito tempo, é um forma que meu pai ensinou para o meu avô que ensinou para mim e eu já estou ensinando para meus filhos Isso tem muito valor, por que eu jamais irei contrariar a sabedoria do meu até por que prefiro que nunca deixe de existir, acho que é pescando como ele me ensinou que posso ficar próximo dele e também já sou acostumado com essa forma de pescar, parece que se eu pescar de outra forma não vou conseguir ficar satisfeito. (Entrevista realizada com pescador da comunidade em 09/10/2013)

Essa necessidade de manutenção da técnica de pesca está relacionada com a preocupação da perpetuação dessa tradição, nesse sentido é necessário conhecer como essa atividade é realizada. Diante disso, a pesca realizada através de diversas técnicas, como por exemplo, a pesca de espinhel que se caracteriza por uma sequência de anzóis que possui a

função de fisgar os peixes. Esses anzóis ficam presos a fios, o posicionamento dos fios e embarcações varia de acordo com a localidade e da espécie de peixe a ser capturado Furtado apud Moraes (2007).

Na Amazônia, de acordo com Furtado (1993), as posições dos anzóis podem ser tanto em linha reta, o que é mais utilizado, como em posição transversal, para capturar os peixes que têm hábitos tanto em superfície quanto no fundo dos rios.

Já o caniço é uma técnica que é mais amplamente, utilizada nas práticas pesqueiras. Prepara-se um caniço fino com cerca de dois metros de comprimento utilizando-se galho de caniceira (*Duguetia SP.*, Anonaceae), uma árvore indicada por sua flexibilidade e resistência, prende-se uma linha com uma partícula de chumbo na ponta, aproximadamente 10 cm abaixo deste peso, o pescador amarra um pequeno anzol, número 8,9 ou 10, dessa forma, em poucos minutos o caniço está pronto. Ele é colocado de modo que o lado mais grosso fique perto do pescador, na canoa. Não se usam boias, anzóis múltiplos, anzóis com penas ou giratórios e nem carretéis e as principais iscas utilizadas na Amazônia são camarões (*Macrobrachiumamazonicum*, Palaemonidae) (MORAES, 2007, p 36-37).

As informações referentes às outras técnicas foram obtidas através da realização da seguinte entrevista:

“Aqui”, nós usa várias técnicas e varia conforme a nossa necessidade, as vezes agente pesca de linha mas tem que ter paciência por que é um peixe de cada vez que dá pra pegar. Agente usa uma linha de náilon e ai coloca um peso de chumbo pra ser mais fácil descer e ai tem ficar esperando algum movimento, quando agente sente o fio mexer quer dizer que o peixe já fisgou a isca ai agente puxa bem rápido pra conseguir pegar ele. Agente também pesca de rede, uma muito usada é a malhadeira nós pesca de malhadeira quando agente pesca onde tem muita correnteza onde tem maré. Agente também pesca com o puça que agente tem que pescar de dois, um serve só pra remar a canoa e o outro para segurar a rede de puça que é uma rede parecida com um saco de coá café, mas ai agente acaba pegando também tartarugas. (Entrevista concedida na comunidade em 06/10/2013).

Além disso, o entrevistado, também relatou a respeito de outras técnicas, por exemplo, a rede de tapagem, segundo ele, esse tipo de pesca é realizada geralmente em igarapés estreito e é colocado uma rede de uma margem a outra com intuito de bloquear a passagem dos peixes, mas segundo ele é necessário utilizar uma malha de tamanho grande para assim possibilitar que os peixes menores escapem possibilitando o seu desenvolvimento até alcançar o tamanho ideal para ser pescado.

Outra técnica também desenvolvida na comunidade é a rede de lanço, essa técnica também requer duas canoas que ficam as margens do rio esperando que os peixes pulem fora

da água, eles sabem qual espécie de peixe que irá pular, quando acontece isso as duas canoas tem cada ponta da rede e aí, as canoas, cercam o cardume identificado.

Alguns dos materiais utilizados para a confecção dos apetrechos são retirados da própria floresta, caracterizando assim uma atividade pertencente a categoria do extrativismo animal e vegetal. Essas foram algumas técnicas apresentadas pelos pescadores da comunidade, com intuito de possibilitar a compreensão acerca da importância da presente atividade na manifestação do modo de vida ribeirinho.

De acordo com a explanação acerca das técnicas de pesca é possível identificar que essa atividade é desenvolvida através do repasse de conhecimento a partir da oralidade e que faz parte de uma amplitude de conhecimentos que geram ações sobre esse lugar de vivência em uma escala local acerca da realidade ribeirinha, esse dinâmica tem muito haver com o acúmulo de saberes sob a presente realidade consistente capaz de manter e perdurar as formas de apreensão do mundo.

A partir desse modo de vida é possível identificar que a ilha Tabatinga possui uma dinâmica territorial própria que se caracteriza pela presença de relações sociais relacionadas com universo cultural através de uma viabilidade de conhecimentos específicos relacionados, nesse caso, com a pesca. Essa característica pode ser identificada pela presença de pescadores e pescadoras, sobretudo, artesanal e na construção e, ou (re) construção do modo de vida ribeirinho. Considerando também as outras atividades relacionadas ao cotidiano dos ribeirinhos, como a caça, o extrativismo do açaí, a calafetagem de embarcações, a produção de cachaça de maneira artesanal, a produção de telhas e tijolos (olaria), a criação de pequenos animais, enfim múltiplas atividades.

Nesse sentido, diante da prática dessas atividades o ribeirinho segundo Furtado (1993) pode ser identificado como polivalentes, pois desempenha um conjunto de atividades diferenciadas para garantir o suprimento de suas necessidades mais elementar possíveis, portanto sua sobrevivência depende:

[...] de uma multiplicidade de atividades, que configuram o que tenho chamado de pescadores polivalentes. Adaptaram-se as condições de sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo de juta e alguma caça.
(FURTADO, 1997, P. 340)

Esse desenvolvimento de outras atividades complementares a pesca, geralmente se manifestam no período caracterizado de defeso (período compreendido entre os meses de novembro a fevereiro, este sendo identificado como período de piracema) nesse momento os

ribeirinhos desenvolvem atividades diferenciadas, na tentativa de suprir algumas necessidades básicas que essa restrição intensifica, fortificando a ideia do caráter de pescadores polivalentes demonstrado por Furtado (1997).

Então essa unidade estruturada e organizada proposta por Heller (2000) pode ser identificada na ilha Tabatinga, durante o desenvolvimento das atividades cotidianamente realizadas no campo de estudo. A organização social na ilha se manifesta através dessa mobilização de grupos envolvidos com a atividade pesqueira que possui maior expressão na ilha, porém, como já foi destacado anteriormente não é a única atividade desenvolvida na ilha, mas é a que dispõe de maior relevância, no que tange ao modo de vida dessa ilha.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade. (HELLER, 2008, P. 31).

Corroborando com o trecho pode-se compreender melhor a realidade polivalente enfatizado nesse trabalho, pois de acordo com a realidade presente no campo da pesquisa, não é viável que qualquer ator envolvido na dinâmica Amazônica, “realidade” esta que apresentam limitações no que diz respeito à sustentabilidade econômica, consiga desenvolver o modo de vida responsável por sua existência, de maneira restrita a sua reprodução e dedicada integralmente a uma capacidade apenas. Mas, sim, dedicar-se ao mesmo tempo a diversas possibilidades, visando sua manutenção e sobrevivência.

Então é possível identificar a importância e a valorização atribuída a essa forma de apropriação da natureza sem perder de vista que a pesca artesanal possui maior expressão para a geração de renda presente nessa ilha, Furtado (1993) mostra que esse tipo de atividade, nesse caso a pesca, é vista como uma forma de identificação sociocultural, não somente pela sua contribuição econômica, mas também a manutenção de características simbólicas e culturais que a mesma representa para esse ator social.

Por isso Heller (2008) demonstra muito bem a relação entre a vida cotidiana e a atividade pesqueira visto que é uma atividade que faz parte do cotidiano dos ribeirinhos da

ilha Tabatinga, pois durante o desenvolvimento dessa atividade de forma artesanal eles colocam todas as suas capacidades intelectuais, sentimentos, ideologias em prática, pois essa atividade representa muito além da necessidade de alimentar-se mas sim da própria reprodução e sobrevivência de toda uma história que tem sido delineada por muito longos anos.

3.2.2 O conhecimento tradicional como variante pertencente ao modo de vida ribeirinho

Diante de todos os fatores envolvidos nas características da ilha relacionada ao modo de vida ribeirinho é válido ressaltar que essa categoria apresenta inteira relação com a concepção de todas as ações e relações cotidianas existente na presente realidade. Essas características ribeirinhas se manifestam de várias formas, dentre elas destaca-se como mais influente a atividade pesqueira mais precisamente a pesca artesanal, pois é a que mais contribui com a renda das pessoas.

O conhecimento denominado de tradicional está atrelado aos saberes existentes de um determinado povo, diante disso Chagas et. al. (2007) afirma que estudar os saberes populares dos povos locais sobre a natureza é extremamente importante para entender como esta população utiliza estes conhecimentos etnoecológicos para administrar os recursos naturais de forma correta.

A partir do conhecimento utilizado pelos povos locais é possível estabelecer iniciativas que possibilitarão a apreensão das soluções de determinadas necessidades, sejam elas de alguma patologia, bem como das próprias atividades relacionadas ao cotidiano dos mesmos. Então, o conhecimento tradicional provém das experiências vividas ao longo dos anos, pelo fato de estar atrelada ao conhecimento empírico que geralmente é repassado para gerações através da prática da oralidade presente na relação pai-filho.

Essa percepção pode ser identificada na realidade da pesquisa, quando as estratégias de pesca, utilizadas por eles, os ribeirinhos, são amplamente praticadas e os filhos, desde pequenos, participam das atividades desenvolvidas pelos pais. Dentre elas, manifestadas através da forma de coleta de frutos (açaí, miriti, cana-de-açúcar); as técnicas do desenvolvimento da atividade pesqueira, o manejo com a natureza (matas, rios), as noções de temporalidade e espacialidade.

Segundo Giddens apud Mendonça (2006), a tradição de um grupo está ligada à memória coletiva de acontecimentos ou estados passados que através da repetição – diferente

de lembranças ou costumes – confere continuidade à experiência do grupo, por isso a tradição possui a função de organizar a memória coletiva. O autor ainda enfatiza que ainda envolve a prática de ritual tendo suas conexões com a solidariedade social, a moral, a ética e emoção dos membros do grupo daí seu caráter vinculador.

Todo esse conhecimento pode ser retratado na ilha Tabatinga através da identificação do exercício da prática pesqueira, observa-se que os pescadores das mesmas possuem uma memória coletiva de experiências dos antepassados, bem como dos atuais pescadores e com isso possibilita a continuidade na tradição, Segundo Mendonça (2007) a pesca profissional artesanal, por exemplo, é considerada uma atividade tradicional.

Historicamente, os pescadores artesanais sempre tiveram e continuam tendo grande conhecimento sobre o meio ambiente. Esses atores locais detêm o conhecimento dos ambientes adequados a determinadas espécies de peixe, possuem conhecimento das formas de manejo dos instrumentos de pesca, além disso, têm aptidão de identificar os adequados pontos de pesca. (DIEGUES, 1994)

Nesse sentido, esse conjunto de características estabelecerá o elo fundamental para interpretação da concepção do que vem a ser o conhecimento tradicional relacionando a realidade do campo da pesquisa. Diante disso, algumas características mais gerais do que venha a ser o conhecimento tradicional.

É possível perceber algumas das características intrínsecas do conhecimento Tradicional, tais como: sua ancestralidade, sua dinamicidade, ou seja, ao contrário do que a palavra tradicional pode erroneamente sugerir, ele evolui com o tempo em um processo contínuo de acumulação e uso. Nota-se ainda que ele parte de uma visão holística de mundo, onde a natureza, as relações sociais e espirituais são vistas de modo interdependente: ainda dentro desse conjunto de características, pode-se acrescentar a questão da oralidade, já que a grande maioria das comunidades detentoras de conhecimento tradicional não possui uma tradição escrita de repasse desse saber. (DIEGUES, 1995)

Corroborando com o referido autor, a realidade a ser analisada na pesquisa manifesta essa característica, compreende-se que esse tipo de conhecimento não pode ser considerado como atrasado, antigo, ultrapassado, mas sim deve ser entendido como um processo de acumulação de conhecimentos que entrecruzam gerações e se adaptam de acordo com as realidades e com os interesses do grupo detentor do mesmo. Com isso, é fundamental considerar os elementos da realidade existentes no que vem a ser o lócus ribeirinho apreendido na presente pesquisa através da observação, bem como da participação dos

principais processos sociais desenvolvidos sejam eles fraternais, sociais, políticos, comunais, etc., em campo.

Na dinâmica dos processos de manejo [...] deve-se considerar a necessidade de que as intervenções sejam respeitadas para com a cultura local. Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações [...] precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento [...] que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado [...] ecossistema (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 05).

Corroborando com os autores, entende-se que o lócus de uma determinada realidade necessita ser compreendido, analisado e principalmente respeitado, pois os valores locais das populações pertencentes a determinadas dinâmicas territoriais que são consideradas primordiais por elas. Devem ser o ponto de partida para eventuais processos de manejo, ou seja, devem ser compreendidos como elementos estruturantes no que diz respeito às maneiras de projeto de desenvolvimento a ser implantado e/ou executado em uma localidade.

Contudo, em uma realidade que apresenta características voltadas para a pesca é necessário que seu direcionamento esteja voltado para este fim, sobretudo a maneira como este saber, conhecimento, bem como os valores que esse local manifesta devem ser sim esses pontos de partida para esses processos de desenvolvimento.

A importância do conhecimento produzido e transmitido oralmente pelos pescadores artesanais e seu papel no desenvolvimento das comunidades ribeirinhas que dependem e sobrevivem da pesca merecem consideração uma vez que é empírico e prático adquirido a partir da experiência fazendo da pesca, além de uma atividade econômica, mas a oportunidade para a perpetuação de ensinamentos e saberes repassados de geração a geração (ROCHA, 2010, p. 37).

A necessidade de repasse desse conhecimento para gerações futuras parte do pressuposto que é necessário resguardar esses costumes e conhecimentos para que nunca deixe de existir, pois se entende que esses conhecimentos foram e serão capazes de perpetuar ao longo da história da existência humana a forma de manejo que essas comunidades desenvolveram e foram responsáveis por manter por um longo período a floresta em pé.

Nesse sentido, o saber local possui ainda uma conexão com a concepção de que o ser humano além de um ser matéria é também um ser espiritual (Morin; Ciurana; Motta, 2003) e por isso suas vivências configuram experiências que estão além das ações, pois consideram a

influência do aspecto sentimental, das reflexões sobre as ações realizadas, das necessidades em virtude da maneira como se manifesta esse modo de vida.

Essa questão relacionada a valorização do saber local consequentemente influencia a fortificação dessa modalidade de conhecimento provindo das populações tradicionais possibilitando assim a sistematização desses saberes para fins de responder a indagações referente a questões materiais, quanto a questão do simbolismo e mitológica.

Ao lado do conhecimento científico, as populações rurais e tradicionais, ao longo de suas histórias, têm desenvolvido e sistematizado saberes diversos que lhes permitem responder a problemas de ordem material e utilitária tanto quanto tem construído um rico corpus da compreensão simbólica e mítica dos fenômenos do mundo. (ALMEIDA, 2010).

Entende-se então que esse conhecimento se manifesta nas populações rurais e tem conseguido desenvolver tanto em caráter material através dessa sistematização dos saberes que eles têm conseguido ser respeitados e reconhecidos pela sociedade que não os reconhecia, quanto em caráter imaterial que apresenta uma forte vinculação mitológica.

A interpretação, tida, então, é na verdade a coexistência de caráter material e imaterial e que ambos atuam nas realidades das comunidades tradicionais:

As pessoas vêem seus deuses, convivem com seus mitos, personificam suas ideias e as coisas que admiram. Procuram explicar o que não conhecem descobrindo o mundo pelo estranhamento, alimentando o desejo de conhecer e desvendar o sentido das coisas em redor.

(LÉVI-STRAUS et al., 1977apud FARIAS, 2006, p.45).

Face à situação, é possível destacar que a questão da mitologia é elementar no que diz respeito à explicação da atual realidade apreendida pelas pessoas que fazem parte de um determinado meio, visto que se manifesta de acordo com a cultura, bem como do modo de vida desenvolvido a partir do conhecimento tradicional existente em cada realidade.

Além disso, esse processo permanece através da tradição incorporado objetivando a transmissão desse conhecimento e através disso é possível à construção de novos conceitos e ideias que fazem parte da mesma herança, no entanto apresentando algumas adaptações ao mesmo tempo trazendo a essência do conhecimento. De acordo com Diegues (2004) a posse social do espaço implica não somente nas relações com o meio ambiente e com a sociedade, mas também em conexões simbólicas com o mundo não-material.

Diante do cerne, é possível identificar que esse tipo de relação da sociedade com o meio ambiente implica na definição e contorno do conjunto de manifestações materiais e

imateriais no espaço. E são as principais características responsáveis no que diz respeito à (re) produção da maneira de existir, sobreviver, bem como estabelecer a configuração de sua existência no sentido de garantir espaço de relações sócio espaciais de um modo geral na ilha Tabatinga.

Segundo Godelier (1981) O processo material do ambiente que sofre essas representações simbólicas são fundamentais, como parte material e imaterial de reprodução sociocultural, haja vista que ambas são essenciais no que tange a reprodução desse conhecimento tradicional vinculado ao próprio cotidiano podendo ser apreendido através dos saberes desenvolvidos a partir dos instrumentos materiais e intelectuais pertencente as sociedades denominadas de tradicionais.

Para D'ambrósio (2002, p. 22), o cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura a todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura.

É necessário, então, realizar uma análise totalizante em relação às práticas sociais manifestadas no objeto de estudo, pois o ambiente insular é, em si, não somente as dinâmicas estabelecidas "in loco", mas, também, pode ser caracterizado a partir dos ciclos existentes fora dessa realidade, sobretudo por um viés econômico que apresenta uma velocidade mais intensa, considerando as dinâmicas estabelecidas nos ciclos e nos continentes.

Diante disso, destaca-se no seguinte trecho essa realidade:

Com base nessa perspectiva, a ilha não é somente um espaço sagrado, ligado as várias mitologias do início dos tempos (de que se ocupa a análise junguiana), mas é também um espaço historicamente produzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas. É também um território produzido socialmente, dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente, ainda que frequentemente, a um ritmo menos rápido que no continente. "(p.108). (DIEGUES, 2004, P. 108)

De acordo com a afirmativa acima, é possível destacar que no espaço denominado de ilha várias características que são essenciais para se analisar em tal ambiente, em virtude de ser um espaço complexo detentor de uma história e produzido a partir de práticas simbólicas que são adquiridas ao longo de uma história, possui sua identidade de acordo com sua própria temporalidade, como por exemplo, a questão de ser um espaço que apresenta uma dinâmica lenta que na maioria das vezes se adéqua ao tempo da natureza e do rio, no entanto não deve

ser compreendida de maneira restrita a essa condição, mas sim considerar outras possibilidades de elementos que fazem parte de tal realidade.

3.3 LOCAL E GLOBAL PRINCIPAIS ASPECTOS

Na conjuntura social vigente, a discussão a respeito de desenvolvimento, é bastante popularizada, em vários contextos, devido haver um aumento em relação à preocupação na prosperidade econômica de continentes, países, regiões, estados e municípios. Essa preocupação está relacionada com a globalização, realidade esta que tem recebido bastante destaque na atualidade devido a capacidade de incorporação e inter-relação dos lugares estar cada vez mais acentuada, provocando o surgimento de dois processos simultaneamente: inclusão e exclusão, ou seja, produz oportunidades e ameaças ao mesmo tempo.

Segundo Buarque (2008) O desenvolvimento local, por via de regra depende das capacidades dos atores locais e das suas potencialidades, mas também deve ser levado em consideração que o desenvolvimento local está inserido em uma reatividade mais ampla e complexa que é a realidade global, estabelecendo uma relação direta com este, resultando ora em positivos ora em negativos. Nesse sentido, a globalização representa alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo relativa especialização nos segmentos em que apresenta vantagens competitivas.

Ainda de acordo com Buarque (2008) é possível identificar que o desenvolvimento local pode ser considerado o que melhor se adéqua com a discussão dessa nova tendência mundializada e articulada. Em que a economia mundial se encontra. Por isso, essa modalidade possibilitará uma análise mais adequada sobre a influência que o global exerce sobre o local e vice-versa. Portanto, o enfoque será o desenvolvimento de caráter local, visando, discutir as influências e a importância desse local, no contexto relacionado à globalização.

“O desenvolvimento local é resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território” (BUARQUE, 2008)

Ainda na visão de Buarque (2008), o desenvolvimento local depende diretamente da forma como os atores locais agem no território de acordo com a maneira em que estão habituados em agir com suas vocações, pelo fato dessas ações locais serem diretamente relacionadas com o forte conteúdo local construído por esses atores que estão inseridos em

um contexto global e agem tanto internamente, quanto externamente. Dessa maneira, participam dessa dupla relação. Milani (2003) faz a seguinte colocação

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural. (p. 1-2)

Diante do exposto acima, observa-se que o processo de desenvolvimento local abrange uma dualidade de aceitação e conflito, visto que dentro do contexto de construção de ideais que irão sustentar o processo de desenvolvimento local em uma determinada comunidade, é possível observar que esse processo provavelmente terá algumas resistências advindas de pessoas que apresentam restrição ao novo, sobretudo as pessoas que temem o resultado negativo e preferem manter a atual configuração da realidade. Mas também existem as pessoas que serão propulsoras desse novo e geralmente são essas pessoas que conseguem fazer com que determinado projeto de desenvolvimento obtenha êxito.

[...] cada vez mais o local está sendo intensamente influenciado e impactado por processos globais de mudanças econômica, tecnológica e institucional que determinam seu futuro, suas dificuldades, mas também suas oportunidades. Entretanto, globalização e desenvolvimento local não são alternativas opostas e excludentes. Na realidade, constituem dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial. Ao mesmo tempo que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem novas e crescentes iniciativas locais, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço. (p.34)

Esse processo de interação entre os pressupostos de desenvolvimento local juntamente ao processo de globalização possibilita a alternativa de união entre esses dois polos excludentes e opostos, ou seja, ao mesmo tempo em que essa tendência homogeneizante tem crescido novas tendências locais que buscam obter maior visibilidade também têm ganhado bastante força, e por isso essa nova tendência tem apresentado com maior frequência e em

alguns momentos elas se manifestam tanto de forma integrada internacionalmente, quanto de forma desintegrada ao global.

Nesse sentido (Buarque, 2008), demonstra essa capacidade de integração “Por isso, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o isolamento da localidade e seu distanciamento dos processos globais; do contrário, a abertura para os processos externos é um fator de propagação e estímulo à inovação local” (p.31).

É válido ressaltar que interpretamos a inovação na perspectiva local a partir do entendimento, desse ator pertencente ao local, dos processos globais que o mundo está inserido para que o mesmo tenha autonomia para escolher as tendências que se adéquam e as que não se adéquam a realidade, esse fator será bastante variável, em virtude da diversidade dos atores locais das ações que eles julgam ser necessárias.

Por isso, o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e as sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades especificidades. Dessa forma, o desenvolvimento de uma localidade-município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano- deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação às potencialidades locais (BOISIER, p.30,1996)

Diante disso, é possível compreender a prioridade atribuída ao local dependerá da capacidade de estruturação das sociedades locais para que elas possam defender seus interesses de acordo com interesses formados endogenamente.

“O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades próprias, de modo criar raízes efetivas na matriz sócio-econômica e cultural da localidade” (BUARQUE, 2008,p. 26)

A pesquisa centra-se no que diz respeito a discussão de desenvolvimento local e a principal concepção necessária para a compreensão dessa modalidade de desenvolvimento, que é o território com a sua respectiva territorialidade. Entende-se por local a forma de desenvolvimento que irá potencializar as características e peculiaridades locais de um determinado lugar, respeitando as características locais.

No entanto, muito antes dessa concepção ser tão promulgada como é hoje, a forma de desenvolvimento implantada na região Amazônica, por exemplo, era constituída de fora para dentro, a partir das políticas e intervenções por parte do estado e mercado terem sido

elaboradas e concebidas através de forças exógenas a realidade e a dinâmica existente na realidade da população amazônica.

Essas decisões sobre a região variavam de acordo com os interesses que na maioria dos casos eram essencialmente econômicos e que pouco se importava com a realidade existente em cada situação.

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança (não apenas legitimidade, expressa pela governabilidade, como também e principalmente, capacidade efetiva de execução e implementação de ações e investimentos) das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Por isso, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local, enclaves que não se traduzem em mudanças efetivas na organização social e econômica local, com seus desdobramentos na capacidade de investimentos endógenos (BUARQUE, 2008,p.27)

Na verdade, os projetos de desenvolvimento que existiram até hoje submeteram a ação do Estado aos interesses privados e predatórios de distintos setores das classes dominantes, cada um à sua época, imprimindo suas marcas na configuração da sociedade brasileira. Os governos locais foram – e continuam sendo, em sua avassaladora maioria instrumentos de apropriação privada do espaço público e de manutenção das oligarquias regionais e municipais no poder do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na orientação da ação do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Nesse sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais. O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização. (BAVA, p.58,1996)

Essa forma de atuação desenvolvimentista que valorizava essencialmente a questão econômica foi propagada durante muitos anos na região, no entanto atualmente está ocorrendo uma espécie de renovação que acarretará maior importância para escala local, visto que as forças locais atuam de maneira a impor sua importância nas dinâmicas sócio-espaciais. Navarro Yanéz (1998). Ao mesmo tempo em que as sociedades contemporâneas se percebem atravessadas por processos globais, também abrigam dinâmicas locais que se propõe a solucionar problemas gerados “dentro” e “fora” de limites.

Essas atribuições voltadas para essa concepção de desenvolvimento relacionada com esses dilemas relacionados ao local e global devem ser analisadas e consideradas quando se analisa a proposição de pensar em desenvolvimento vinculado a um caráter local, pois atualmente o mundo tem passado por um processo global que trás o dilema relacionado a

capacidade que cada localidade possui na tentativa de conseguir manter e resguardar suas dinâmicas locais mesmo com a presença da tendência homogeneizante proporcionada através do processo de globalização.

Dentre essas estratégias que são tomadas pelas comunidades com intuito de valorizar e até mesmo resistir a esse processo que tende à homogeneidade destaca-se, a exposta por Brito (2006) que demonstra algumas características de desenvolvimento local: a valorização dos produtos locais e iniciativas locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos; a apropriação dos eventos locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos; O exercício do processo de aprendizagem coletiva pela população local que aceita inscrever-se dentro de tal processo, reforçando a mobilização; a busca de um equilíbrio frágil entre uma promoção não seletiva de produtos locais, que encoraja a maioria dos atores locais (artesãos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, profissionais liberais).

Acredita-se que na verdade são esses aspectos locais que estão sendo buscados com intuito de valorizar o novo, o não igual, o diferente, pois essa tendência homogeneizante visa na verdade enfatizar a existência do diferente. “[...] de modo que a globalização opera num universo de diversidades, desigualdades, tensões, antagonismos, simultaneamente, às articulações globais: Ela integra e recria singularidades (Ianni, 1996,33). Essa perspectiva de recriar singularidades é um processo que têm ganhado força atualmente.

De acordo com a tendência de valorização das culturas diversas, apresenta-se Buarque (2008), com efeito, a contraface da globalização, não parece ser uniforme a padronização mundial dos estilos de desenvolvimento, mas, ao contrário, a valorização do local e da diversidade, como diferencial de qualidade e competitividade. Nesse sentido, essa valorização tem se estabelecido como um processo antagônico ao direcionamento esperado do processo de globalização. É como se tivesse passado por um processo de “auto-saturamento” e por esse motivo ele próprio busca novas estratégia para incluir o que ele próprio havia excluído.

3.3.1 A influência do local e global na realidade do modo de vida ribeirinho

Então é de fundamental importância levar em consideração a existência da relação local e global que cada pequena ilha estabelece com o mundo seja internamente e/ou externamente, haja vista que possuem relações tanto endógenas quanto exogenamente da

realidade local e a partir dessa apreensão compreender esses dois movimentos como possibilidades. Diegues apud Perón (1993) identifica que as pequenas ilhas, em razão dos limites existentes entre o interno e o externo, o seu tamanho reduzido, materializam, de alguma maneira, a oposição entre o local e o global. Corroborando assim com a questão desses dois ambientes.

Outro autor apresenta com mais ênfase na questão da diferença entre a ilha e o continente

O Estado é um conceito continental, e a ilha um conceito local. Para ele, a ilha é a continuidade e o continente, a sociedade (...) A ilha é diferente e vive sua vocação na procura das diferenças, afastando-se dos padrões tradicionais da relação população-espaço, e sua população vive num nicho ecológico particular. (DIEGUES, 2004, p. 110).

Essa perspectiva demonstra o aspecto particular da ilha relacionada com os aspectos particulares em que vive, relacionada com sua particularidade e especificidade, bem diferente das relações estabelecidas no continente, pois apresenta uma perspectiva relacionada com a temporalidade do rio. Atualmente, o rio não pode ser encarado como um empecilho para o estabelecimento de relações entre local e global, visto que essa relação já é concretizada a partir da existência do processo de globalização e, por conseguinte, se torna cada vez mais difícil, existir lugares que não dispunham de algum tipo de relação exterior a realidade.

Por esse prima, a ilha não está em um patamar de inferioridade, mas sim, deve ser considerada a partir de uma escala local, conectada. Ou seja, que desenvolve reações com uma escala global. Sem perder de vista as relações particulares estabelecidas entre seus si.

Quando se discute a globalização, volta a tona questão da oposição entre culturas locais, tradicionais, e a grande cultura universal, homogeneizadora. Essa questão é ainda mais essencial para os pequenos grupos sociais, habitantes de espaço reduzidos, aparentemente isolados. Para muitos pesquisadores, é no local e por ele que se manifesta a diversidade num mundo em que a cultura é cada vez mais homogeneizadora. Nesse sentido, o local é considerado como espaço de autonomia de práticas e estratégias simbólicas específicas.

Neste contexto as alternativas de desenvolvimento podem ser entendidas como abrangendo o conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de conhecimentos do “saber nativo”. Compreende experiências concretas de cooperação que tanto envolve manejo, quanto processamento de materiais primas. Tais experiências, sempre consideradas” artesanais, pré-industriais ou limitadas, não obstante sua eficácia, até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo dado que a Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista. (ALMEIDA 2010, p. 12)

O reconhecimento formal de povos e comunidades tradicionais e suas identidades coletivas foi um marco definidor para a legitimidade do conhecimento acumulado e repassado por esses. Não se trata de um conhecimento estático, mas dinâmico e atual, de acordo com reivindicações sobre direitos desses povos. Há de se considerar, pois, que a variedade de configurações nestes casos é grande, no caso dos mateiros, diferentes situações e relações de pesquisas podem ser estabelecidas. O caráter interdisciplinar implica em, quase que uma obrigação, a admissão de que os ecossistemas constituem estruturas complexas na sua estrutura e nas relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente, incluindo-se aí a cultura e a história de um povo. (ALMEIDA, 2008, p. 30)

Esse processo de defrontação entre o local e o mundial está presente na dinâmica territorial existente na realidade estudada, a partir do momento em que houve a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Considera-se que as atividades do cotidiano (pesca, calafetagem de embarcações, etc.), tendem a sofrer modificações a partir da presença do exógeno. No entanto, observa-se que na maioria das vezes manifestam posturas de resistência ao novo, o que vem de fora, por isso os ribeirinhos são os que possuem maior integração no seu habitat e por isso quem determina se irá ocorrer à integração ou a dissolução são eles próprios.

Essa dissolução da rede, bem como a integração discutida acima está relacionada com interesse que os ribeirinhos da ilha Tabatinga possuem em modificar ou não a dinâmica socioespacial, bem como da configuração territorial que a ilha Tabatinga apresenta. Essas ações exógenas podem ser incorporadas pelos ribeirinhos, no entanto dependerá da avaliação dos mesmos se essa rede é conveniente para seus interesses.

Diante disso, as relações estabelecidas são permanentemente recriadas quando os objetos conseguem se adaptar ao externo, já que a ordem espacial sempre está apta a ser recriada dependendo do interesse do ator que está inserido nela e que é responsável pelo desencadeamento dessa ordem. Outro elemento que deve ser destacado é a presença de uma lógica interna do lugar capaz direcionar as ações a partir do respeito das características locais, constituídos numa lógica interna detentora de autonomia.

Essas atribuições expostas acima são de suma importância para o entendimento da realidade da ilha em relação a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista, nesse caso irão subsidiar a pesquisa para o entendimento da existência da rede mista e a sua devida importância irá instrumentalizar a identificação desse processo contínuo.

Essas atribuições proporcionarão o pilar principal para o entendimento da importância de se avaliar a relatividade existente, no que tange ao externo e o interno, de como

determinadas ações globais podem ser materializadas em determinados lugares, no entanto em outros nem sempre pode ser possível.

O mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidade, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir uma produtividade maior a uma dada produção. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia. (SANTOS, 2005, p. 169)

Considerando que as condições locais, enfatizadas pelo autor, têm relação com a forma de aceitação dos atores locais perante a proposta atribuída pelo novo e essa aceitação ou rejeição dependerá dos critérios estipulados pelos mesmos. Com isso, a existência da reprodução do lugar dependerá da mediação das objetividades e subjetividades endógenas e exógenas que esse lugar é influenciado. Segundo Canto (2007), esse refazer constante das especificidades do lugar, e, conseqüentemente, de modo de vida e da sua própria geografia existem em um mundo globalizado, que se apresenta cada vez mais interligado.

Então essa interconexão do mundo pode ser compreendida como aspecto fundamental para análise da discussão referente ao desenvolvimento local na presente realidade ribeirinha, visto que as experiências locais não podem ser analisadas estritamente, mas sim devem alcançar um patamar que está além dessa discussão através da análise da co-evolução dos atores e dos sistemas na definição de seus papéis e no constante movimento de definição e redefinição de expectativas de seus respectivos interesses.

Em análise às redes relacionais é possível perceber que o homem estabelece uma relação com o solo e que é dele “o solo” que depende para suprir suas necessidades. Com isso, se cria condições para adaptá-lo ao meio, que irá, de acordo com seu interesse e necessidade. Diante disso, o modo de vida não pode ser considerado um elemento perene, estático, a partir do momento que entra em contato com outros modos de vida fica vulnerável a alterações naturais, sociais, econômicas do próprio meio e o mundo globalizado pode ser compreendido como intensificador dessas constantes modificações, mas essas modificações serão realizadas se o conjunto aceitar tal mudança.

Essas atribuições demonstram o homem como um ser ativo, responsável pela configuração territorial existente no meio de vivência, principalmente em se tratando da relação com a natureza que é construída e estabelecida com e pelo homem e essa é a explicação acerca da diversidade existente de costumes, técnicas, hábitos no espaço geográfico.

[...]Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidas pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre [...]. A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhes permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explica a diversidade dos gêneros de vida.”(MORAES, 2007, p.81)

Diante disso, o autor desenvolve a noção de que as atividades de grupos humanos, pois, dependem das técnicas utilizadas por esses grupos, combinadas e de acordo com as condições naturais do meio, como a vegetação, clima, topografia que se desenvolve, e evidencia o modo de vida específico a grupos humanos. O autor discute uma nova definição para o meio denominado de complexo geográfico, econômico e social. Essa atribuição parte do pressuposto de que o mundo moderno passou por um processo de intensa modificação ao ponto de não ser possível atribuir importância somente ao meio físico. Mas, também, a elementos relacionados à economia, bem como as relações sociais.

No entanto, ao se pesquisar uma dinâmica ribeirinha, nesse caso da ilha Tabatinga, é possível identificar que as condições e as formas de apropriação da natureza são moldadas sim por todos esses aspectos mencionados anteriormente (elementos sociais, econômicos), mas possui importante relevância da contribuição do meio na configuração das formas e técnicas desenvolvidas pelo ribeirinho para a apropriação da natureza.

Então, para compreender o modo de vida ribeirinha é necessário se interpretar a realidade do campo de pesquisa e as formas de manifestações das relações desenvolvidas entre a escala local e global. Entende-se, com isso, que nem sempre a variável meio físico, se manifestará como primordial para o entendimento do modo de vida, sendo importante identificar quais as variáveis que melhor explicam a realidade de um determinado campo de pesquisa, tendo em vista que cada caso dispõe de uma peculiaridade, por isso variam de acordo como as relações com o global são estabelecidas.

Como já apresentado anteriormente, o cenário da presente pesquisa possui uma tendência de valorização do meio físico para o desenvolvimento do modo de vida dessa ilha,

pois este meio influenciará no desenvolvimento das técnicas de apropriação da natureza. Esse fenômeno pode ser identificado quando, por exemplo, o ribeirinho que residi em um Furo necessita organizar as suas tarefas diárias a partir da temporalidade imposta pelos movimentos de enchente e vazante da “maré” (denominação atribuída pelos ribeirinhos).

FIGURA 07: Furo do boto, localizado na ilha Tabatinga



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora

Na ilha Tabatinga, existe um furo que reside 15 famílias, elas só podem se deslocar para outra localidade e comunidades através desse furo. Portanto, quando a maré está na fase vazante, a capacidade de locomoção encontra-se limitada e por isso, eles devem organizar as tarefas cotidianas de acordo com as possibilidades que a natureza dispõe, tendo em vista que as condições naturais contribuem de maneira significativa com as dinâmicas nessa realidade ribeirinha.

A respeito disso, Santos (2008) trabalha com a concepção de sistema de objetos e sistemas de ações, pois os elementos fixos ou fixados no lugar acarretam ações capazes de modificar o lugar através de fluxos novos, que nesse sentido, modificam todas as condições existentes no lugar como, por exemplo, a política, a cultura, o modo de vida, bem como as condições ambientais. Para tanto, a análise dos fixos juntamente com os fluxos são de fundamental importância no que tange o estudo geográfico na ilha Tabatinga, visto que será através da análise dos mesmos conjuntamente que propiciará a situação geográfica análise deste trabalho, tendo em vista que os fixos implementados na ilha pelos ribeirinhos dependerão do meio físico preexistente para assim promover os fluxos.

(...) Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitam ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam (...). Fixos e fluxos juntos interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a Geografia. “Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” (SANTOS, 2008. P. 61-62).

Nesse sentido, entende-se que a presença desses elementos fixados no espaço da ilha pelos ribeirinhos pode ser manifestada a partir da presença inicialmente da territorialidade ribeirinha manifestada através das relações sejam elas sociais culturais e religiosas desenvolvidas por esta categoria, o desenvolvimento do modo de vida ribeirinho presente na ilha Tabatinga pode ser considerado como a caracterização do fixo proposto por Santos (2008) e segundo esse mesmo autor, fixos esses responsáveis pela formação de um fluxo, a existência de um depende do outro.

Além desse tipo de fixo/fluxo anteriormente mencionado, destaca-se a presença também dos elementos exógenos que também são fixados no espaço, nesse caso se manifestam através da presença das políticas de estado vinculadas ao Projeto de Assentamento Agroextrativista desenvolvidas na presente comunidade. Então nesse caso, o conjunto desses fixos, sejam eles promovidos pelos ribeirinhos ou pelo estado, formam as bases físicas para o desenvolvimento dos fluxos na atual configuração territorial, e a presença de tipos diferenciados de fixos acarretará a presença de fluxos diversos, intensificando o caráter heterogêneo da realidade ribeirinha.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formadas por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas(...).Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação dos objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2008, p. 63).

A infraestrutura até então implantada na ilha pela da presença do estado através da implantação do PAE, nesse caso a concessão de uso gratuito da terra, a disponibilização das moradias, o fomento para os pescadores, podem ser entendidos como os objetos que foram implantados na ilha e conseqüentemente condicionam as ações na realidade estudada. Esses fixos possuem relação com as ações exógenas, ou seja, pensadas de cima para baixo, são as políticas públicas planejadas e executadas através das ações promovidas no campo da pesquisa que possui relação com o INCRA, bem como a Secretaria de Patrimônio da União, essas instituições serão responsáveis pela implantação dos fixos exógenos a realidade da pesquisa.

Mas, deve-se considerar a existência dos fixos promovidos pelos ribeirinhos, nesse caso este se encontra intimamente relacionado com a realidade do modo de vida ribeirinho que é moldado e (re) moldado diariamente por eles próprios. É necessário ressaltar que o modo de vida é um elemento na ilha Tabatinga que apresenta maior autonomia por parte dos ribeirinhos e por isso pode ser identificado como elemento de resistência ao exógeno, considerado como essencial para a manutenção dos costumes ribeirinhos.

Por isso, o espaço apresenta características contraditórias, mas também solidárias, pois as políticas propostas pelo estado juntamente com as já existentes na ilha, realizam-se conjuntamente, ou seja, simultaneamente firmando a configuração territorial presente atualmente na mesma por isso pode afirmar a coexistência das duas características. Diante disso é possível identificar a presença de duas propostas de territorialidades presentes na ilha que em alguns momentos são divergentes e em outros momentos são convergentes, essas características irão depender da forma com que serão encaminhadas as relações de poder referentes a esses dois modelos de apropriação do espaço geográfico, bem como com os interesses territoriais defendidos por cada uma dessas dimensões.

3.4 TERRITÓRIO

A discussão referente à territorialidade que é caracterizada através da relação estabelecida entre o indivíduo e a realidade ribeirinha como apresentado na presente pesquisa, também é caracterizado pelo sentimento de pertencimento que esse grupo, possui com o meio e com as práticas desenvolvidas neste. Essas características são as responsáveis pela configuração sócio-espacial, presente na realidade e, por conseguinte é através das relações de poder estabelecidas por esses sujeitos que ocorre o delineamento e a formação do modo de vida.

Além disso, é de fundamental importância se discutir a respeito da categoria território na tentativa de compreender a maneira como são estabelecidas as relações com e para o

espaço e conseqüentemente possibilitar a discussão acerca das políticas de desenvolvimento local, tendo em vista que para se compreender e explicar a presente realidade territorial é necessário usufruir a presente categoria.

Diante disso, Albuquerque (1998, p.48) justifica a importância e força do território para com ações voltadas para o desenvolvimento local.

O espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não como mero espaço funcional; a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos processos de transformação em curso, mas desenvolve iniciativas próprias a partir de suas peculiaridades territoriais nos planos culturais, sociais, econômicos e políticos; os poderes públicos locais e os agentes empresariais privados devem negociar a institucionalidade mais adequada para facilitar a recopilção sistemática das informações e promoção de espaços de intervenção e a existência de capacidade empresarial inovadora em nível local.

Tal consideração vem ratificar o que foi dito anteriormente, no que diz respeito, ao papel que cada sujeito do espaço, desempenha no processo de desenvolvimento local. Observa-se que a sociedade local, atribui e desenvolve suas próprias iniciativas em todos os aspectos da sociedade. São agentes que proporcionam transformações e têm suas próprias vontades e anseios. Fato que nos leva a corroborar com o autor. Quando o mesmo, diz ser necessário que qualquer esfera que esteja a parte dessa dinâmica sócio-espacial, pode e deve negociar juntamente com os sujeitos, a forma mais adequada para intervir na realidade, mesmo em se tratando de projetos que apresentem objetivos de potencializar a realidade local. Estabelecendo possibilidades de diálogos para o entendimento dessas necessidades particulares do local.

Diante disso, a dinâmica local existente em cada situação espacial específica pode ser compreendida através da apreensão de desenvolvimento por um viés territorial.

“O desenvolvimento territorial é marcado pela cultura do contexto em que se situa e é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, que interagem e se representam de formas conectadas. O território como um espaço construído faz parte do significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbito político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). Falar em desenvolvimento territorial requer pensar também que o território é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural, que interagem e se representam de formas conectadas. O território como um espaço construído faz parte do significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a

sociedade (âmbito político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). Falar em desenvolvimento territorial requer pensar também que o território é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural. (VASCONCELOS SOBRINHO, M. 203, 2008).

Diante da questão territorial, é necessário enfatizar que o território está pautado nas relações de poder que irão nortear toda a configuração sócio-espacial, ao mesmo tempo em que ele é solidário, é também contraditório, tendo em vista que se tratando de seres humanos, não existe unanimidade total, pois, em qualquer grupo social que possua uma particularidade e objetivo específico é possível identificar características heterogêneas, e será a partir dessas características que possibilitará pactuar a configuração territorial e as respectivas territorialidades existentes em uma determinada realidade, a relação estabelecida entre os indivíduos e o espaço.

A noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre as dimensões territorial e sociocultural. Territorialidade refere-se à relação entre indivíduos e grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressão um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial em toda a sua abrangência e em suas múltiplas dimensões- cultural, política, econômica e social. Ela se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico, engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses, ali presentes. A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por valores e normas sociais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para o outro. A territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio; ela é uma relação triangular entre os atores sociais, mediada pelo espaço. (ALBAGLI, 2004)

Entende-se que é de suma importância se compreender e levar em consideração a territorialidade existente em uma determinada realidade para que se torne possível planejar qualquer tipo de atuação, possibilitando assim que a mesma siga ao encontro da realidade pré-existente em uma determinada localidade, respeitando os limites dessas territorialidades específicas.

O conceito de territorialidade, caracterizada através da relação estabelecida entre o indivíduo e a realidade ribeirinha como apresentado na presente pesquisa, além disso, também é caracterizado pelo sentimento de pertencimento que esse grupo, identificado como ribeirinho, possui com o meio e com as práticas desenvolvidas neste.

O conceito de territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade, uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial, em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões-cultural, política, econômica e social. Ela desenvolve - se a partir da existência comum dos agentes exercendo-se sobre um mesmo espaço geográfico, engendrando uma solidariedade orgânica do conjunto, a despeito da diversidade de interesses dos agentes. A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro (ALBAGLI; BRITO; 2003) (P.51).

Corroborando com o autor a territorialidade pode ser compreendida a partir do vivido territorial em suas múltiplas dimensões, tanto econômica, cultural, política e social, possui atribuições relacionadas à questão cultural até as questões políticas, essas variáveis serão mais ou menos expressivas de acordo com cada realidade a ser analisada.

No que diz respeito à realidade analisada na presente pesquisa pode-se identificar que as características são contempladas, seja a partir da existência de relações mais voltadas para questão econômica que se dá através da necessidade de ampliação da renda, ou pela dimensão social caracterizada a partir da existência de relações de compadrio. Essa característica está vinculada ao alto grau de familiaridade existente na realidade pesquisada, pois são compostas por pessoas de uma ou no máximo duas famílias, por esse motivo é possível destacar as relações de solidariedade e reciprocidade entre as famílias nas ilhas de Abaetetuba-PA e mais precisamente na ilha em questão.

Nesse sentido, a territorialidade pode ser considerada como o elemento essencial do território, categoria esta que mais se adéqua à proposta lançada através da presente pesquisa em virtude de tratar da maneira em que as relações de poder são estabelecidas no espaço, que variam de acordo com os interesses de cada realidade. Então nada melhor do que apresentar algumas discussões a respeito deste:

O território é uma produção a partir do espaço. A noção de território está baseada no espaço, mas não consiste no espaço em si. A compreensão do conceito de território está ligada ao seu caráter político-administrativo, ou seja, um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; Um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. O território deve ser considerado como um espaço onde se projetou algum tipo de trabalho e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, P. 53).

Como destacado no fragmento acima, podemos compreender que território não é sinônimo de espaço, ao contrário são categorias geográficas que possuem diferenças, sobretudo do ponto de vista estrutural, haja vista que o território é fruto das relações estabelecidas no espaço. Segundo Raffestin (1993), existe uma concepção territorial voltada para questões político-administrativas estando relacionado a forma e interesses vinculados ao meio de demarcação que este território possui.

Sob este aspecto, o território se aproxima da noção de identidade geográfica, fundamental pelo trabalho realizado em determinado espaço, pelo local da residência, e pelas trocas materiais e espirituais. Neste sentido, Raffestin define território como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

O autor também apresenta uma relação tridimensional **sociedade- espaço- tempo**, que estabelecem relações entre si, garantindo a autonomia no espaço, mas deve ser levado em conta que existem autores que defendem uma concepção que consideram a existência de uma perspectiva que integra outros elementos.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do 'neotribalismo' contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT apud CANTO, 2012, p. 37).

Então, é possível compreender e analisar a categoria território a partir da presença de um caráter multidimensional que poderá ser entendidos através da inter-relação do ponto de vista econômico, político, jurídico, natural e cultural, esse caráter é considerado como integrador, pois integra as diferentes vertentes que coexistem no espaço.

De acordo com Haesbaert (2004) existem três vertentes para compreender de maneira básica, o território: O primeiro é o jurídico-político que parte do pressuposto que o território sempre está relacionado à lei, ou seja, através do poder político do Estado, a segunda noção de território está relacionada à concepção econômica que caracteriza o território a partir da noção

de apropriação do mesmo com o objetivo de fontes de recursos, já a terceira noção parte do pressuposto de uma concepção simbólico cultural que está relacionada a partir da valorização do espaço vivido, essa valorização é imaterial e subjetiva.

Ou seja, para o presente autor existe uma polissemia que compõe o território, que se manifesta a partir das várias formas de se compreender as relações dos grupos sociais com suas respectivas territorialidades. É nessa perspectiva que, Haesbaert, verifica as múltiplas concepções de território, realizada pelos grupos humanos, bem como pelos indivíduos, e essa perspectiva se manifesta, quando em um espaço múltiplas territorialidades se manifestam, podendo ter ou não conflitos entre si.

Corroborando com essa ideia, Santos (1996), considera o território a partir de suas especificidades que são produto do processo globalizante atualmente existente no mundo, essa tendência homogeneizadora que a globalização tende a percorrer, na verdade multiplica as possibilidades de territorialidade e por isso desenvolve uma maior variabilidade, ora então o movimento global é complementado pelas especificidades de cada realidade apresentado por cada território. Discussão referente às características locais de territórios específicos

Segundo Santos (1996) cada localidade deve ser considerada como um objeto social porque forma uma combinação de variáveis políticas e econômicas que se articulam aos arranjos globais. Desta forma, na medida em que o espaço se torna global, passa a ser também multifacetados, assim, os territórios considerados como subespaços, apresentam relações de poder específicas, valores, rotinas, regras, adequação à tecnológica e às mobilizações culturais. Tais especificidades complementam o global e onde se realizam as possibilidades deste último.

Então se observa que os territórios estão em transformação, se renovam e permanecem paradoxalmente à globalização, revelando vantagens competitivas a partir de suas potencialidades e desenvolvimento econômico e social.

Nessa perspectiva, os territórios, então, são “na verdade”, como forças resistentes ao processo de globalização que cada vez mais se adapta ao processo de maneira a apresentar suas peculiaridades como essencial para a existência do mesmo. Com isso, é possível apresentar a importância que o território possui e identificar, assim, as características que fazem o campo da pesquisa ser reconhecido a partir de suas particularidades e especificidades, configurando-se, assim, no território.

Quando se analisa a realidade da ilha Tabatinga considera-se que é um território constituído de particularidades e especificidades, como já explicitado anteriormente, e

apresenta todo um contexto social, ambiental, político, econômico constituído, que obedece às regras criadas pelos atores responsáveis por essa configuração. Esta por sua vez, está relacionada ao modo de vida e ao conhecimento tradicional, vinculado à pesca. São por essas e outras que mesmo frente ao processo de globalização, o território da ilha resiste e estabelece suas relações de acordo com sua realidade e necessidades.

A partir da realização desta análise é possível apreender que o processo da globalização manifesta o aparecimento da dualidade entre a escala global e a local, pois esse processo ao mesmo tempo em que unifica as relações existentes no espaço através da expansão de ideologias e modos de vida dominantes, também o fragmenta com as forças locais que cada território apresenta forças estas expressivas do ponto de vista das relações estabelecidas endogenamente.

“O processo de globalização ressalta esta dualidade entre o global e o local. A globalização simultaneamente unifica e fragmenta espaços, com forte impacto na reestruturação das escalas territoriais (Diniz, 2003) O território passa a ser considerado uma fonte importante de vantagens competitivas inserido nos sistemas globais de produção Storper (1997) considera que mesmo com a crescente intensidade trocas globais e dos investimentos internacionais, o processo de globalização trouxe uma tendência à especialidade, na forma de regionalização” (STORPER, 1994,p. 54)

“(…) os territórios estão em transformação, se renovam e permanecem, paradoxalmente à globalização, revelando vantagens competitivas e desenvolvimento econômico e social. São ações estratégicas que procuram responder tanto a uma nova estrutura de oportunidades resulta do processo de globalização como aquelas geradas no próprio contexto territorial. Enfim, as ações locais são relevantes porque as vantagens competitivas podem estar enraizadas em determinados territórios. As movimentações das forças sociais de um determinado lugar representam ações diretas que objetivam a realização dessas vantagens. Este movimento denomina-se nova localização (Paulillo, 2000). Nesse sentido, as características intrínsecas ao território podem ser o diferencial de desenvolvimentos desiguais. (STORPER, 1994,p.54)

Por isso, identificar-se-á que a realidade estudada na presente pesquisa pode ser considerada além de resistências, mas também como vantagens competitivas e possíveis potenciais para a promoção dos preceitos de desenvolvimento local, pois dispõe das potencialidades locais necessárias para a elaboração de planos que possuem aplicabilidade nessa escala, ou seja, as características que se adequam as expectativas da realidade estão enraizadas no território. É a partir das características do local “existente no território” que se tornará possível a elaboração de políticas públicas que de fato atendam às reais necessidades locais.

A compreensão do papel do território na promoção do desenvolvimento local é de fundamental importância em um ambiente caracterizado por várias mudanças tecnológicas, culturais, sociais e econômicas. Compreender a importância do desenvolvimento do território localizado é de fundamental importância, pois as diversas interdependências sociais, culturais e econômicas ocorrem simultaneamente neste espaço geográfico. O território localizado é um espaço primordial de interdependência intencionais e não-intencionais tangíveis e intangíveis; Comercializáveis e não-comercializáveis (STORPER, 1995). Para que estas interdependências possam gerar aprendizado coletivo, através da difusão do conhecimento tácito e codificado, é necessária a proximidade cognitiva e física. (p. 52)

Uma perspectiva do território usado conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (SANTOS apud CANTO, 2012, p. 104)

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostos (SANTOS apud CANTO, 2012, p. 256).

De acordo com autor, o território dispõe de uma complexidade e que apresentam funcionalidades diferentes que são o espaço de todos. Segundo Santos (1999), o espaço geográfico é onde estão estabelecidos os sistemas de objetos e sistemas de ações, caracterizado como um diálogo que existe de maneira permanente entre as práticas sociais e as formas identificadas nesse espaço é a partir desse espaço que será estabelecida as relações responsáveis pela constituição do território que pode ser considerado como produto histórico, possibilitando perceber o movimento das mudanças e permanências da realidade em relação ao passado, através desse caráter histórico.

Além disso, esse processo também se manifesta na paisagem que se configura de diferentes formas, caracterizando-se como materialidade resultante do processo histórico de formação desse território, essas atribuições estão presentes a partir da presença do território usado, este, sendo compreendido, tanto como base material para a realização das ações humanas, tendo como exemplo a própria realidade da comunidade ribeirinha, fisicamente falando, palco das relações de poder, quanto deve ser compreendido também como resultado de um processo histórico que tem relação com a maneira que foi delineada a história da produção espacial daquela realidade ribeirinha.

Nessa perspectiva relacionando o conceito de território com a realidade do objeto da pesquisa é necessário que seja levado em consideração que o ribeirinho possui relações

diversas com o ambiente e se manifestam de acordo com a territorialidade estabelecida por cada grupo presente, responsáveis pela constituição especificamente de determinados territórios.

Assim sendo, não pode haver ribeirão sem relação interativa entre humano e ambiente. Seja por meio do uso da água para abastecimento, transporte, pesca e lazer, de modo racional e sustentável, seja por meio do uso destrutivo do ambiente herdado. É necessário aprofundar os conhecimentos, por meio das pesquisas, para que se possa contribuir em direção às definições mais precisas dessa categoria social. As comunidades ribeirinhas das amazônias apresentam diferenciações marcadas, entre outros aspectos, pelos ambientes em que vivem e pelas formas de seu uso. Desse modo, pode-se dizer que as comunidades ribeirinhas apresentam múltiplos territórios, uma vez que os agrupamentos humanos se expressam nos lugares por meio de uma maneira peculiar de uso, devido a uma capacidade própria de se relacionar entre si e com o ambiente, (re)produzindo indefinidamente o seu território. Assim sendo, parte-se do princípio de que o território em foco é um constructo social, um híbrido resultante da relação humanos-ambientes. (CANTO, 2012, p. 40)

Então, esses múltiplos territórios da Amazônia, denominados, conforme o autor de “Amazônias”, “... são a prova das especificidades construídas e (re) construídas pelos/por atores neles envolvidos é uma construção que obedece a uma concepção histórica...”. É uma construção que decorreu e decorre, num certo tempo, e se manifesta no espaço através de suas materialidades, que podem ser a forma à qual os indivíduos constroem suas políticas, sociais, ambientais, culturais. Varia desde a forma como uma determinada comunidade se organiza com as suas organizações sociais até as tradições utilizadas por eles. Esses múltiplos territórios apresentados pelo autor fazem parte de uma complexa realidade fruto dessa constante construção.

Para apresentar analisar essa multiplicidade de relações e construções territoriais paralelas dentro de um mesmo estado e até mesmo de um mesmo município, se faz necessário discutir a relação entre espaço-tempo e a espaço-território, diferenciando de maneira ontológica as categorias espaço e território, essa diferenciação pode estar atribuída, através das relações de poder identificadas no espaço e a partir de uma compreensão multidimensional (material e imaterial), da construção histórica e relacional de identidades e os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A compreensão desses elementos é de fundamental importância no que diz respeito ao entendimento das categorias espaço-tempo-território, visto que os mesmos não estão separados, mas sim estão interligados tendo o primeiro como indispensável para a

apropriação, dominação e produção do território e o tempo como elemento epistemológico fundamental para se analisar o movimento processual da realidade configurada e/ou a ser configurada no espaço.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse momento, serão apresentados os resultados obtidos através da fundamentação teórica, da definição da metodologia, bem como da coleta de dados que serão analisados para assim possibilitar o estabelecimento da interpretação mais coerente com a realidade. Os resultados serão analisados de acordo com a interpretação do conjunto: moradores beneficiados pelo PAE, Agentes do INCRA responsável pelas ações do PAE no Estado do Pará, os responsáveis pela ASPANLI, para assim, estabelecer - se um parâmetro compatível, com o conjunto de atores, envolvido no processo de implantação e execução das atividades do Projeto.

4.1 APARATO GERAL DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

4.1.1 Renda

São caracterizados como ganhos financeiros todos os benefícios recebidos pela comunidade que podem ser caracterizados tanto pelos benefícios disponibilizados pelas políticas de governo, quanto pela geração de emprego e renda. Essa geração tem que estar relacionada com as atividades desenvolvidas em uma determinada comunidade, garantindo o bem estar econômico. Uma crítica a ser enfatizada por esse indicador é que apesar de seus objetivos estarem associados à evolução do bem-estar e do desenvolvimento humano, eles ainda contam com variáveis relacionadas ao desempenho econômico bruto.

Diante dessa realidade relacionada aos investimentos concretizados na presente pesquisa, é necessário, destacar esses benefícios disponibilizados pelo governo atuante no presente PAE. Uma vez, caracterizado esses benefícios podem ser relacionados à renda.

- Bolsa família

O programa Bolsa família é um programa condicionado à transferência de renda. O programa visa combater a pobreza e a desigualdade de renda. Ela pressupõe que a transferência de renda é uma forma de “alívio” imediato de pobreza e ainda, acaba com o ciclo da pobreza entre as gerações, através da garantia de direitos básicos como saúde e educação (SANTOS, *el al.*, 2009). Existe uma exigência no que diz respeito à frequência

escolar, visto que esse quesito é considerado como pré-requisito para o recebimento do benefício, essa frequência é de no mínimo 85% para crianças e adolescente de 6 a 15 anos e de 75% para adolescente de 16 a 17 anos.

Esse acompanhamento de frequência é de inteira responsabilidade da escola em que o aluno estiver matriculado. Também existe a exigência no que diz respeito ao acompanhamento da saúde. Deve ser realizado o acompanhamento vacinal, bem como do crescimento e desenvolvimento das crianças com idade menor de 7 anos. Há, ainda, o acompanhamento do pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutricionais, na faixa etária de 14 a 44 anos.

- Bolsa verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, foi lançado em setembro de 2011. Esse benefício concede, a cada trimestre, uma bolsa no valor de R\$ 300,00 destinados às famílias em situação considerada de extrema pobreza e vivem em áreas consideradas prioritárias à conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, havendo possibilidade ser renovado. Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a “fixação” do homem do campo no seu espaço de origem.

Esse novo benefício faz parte do Programa Brasil Sem Miséria que é destinado às pessoas que praticam atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, podem ser inclusos no Programa, além de outras áreas rurais, definidas por ato do Poder Executivo. O Programa representa um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade.

O Bolsa Verde - instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572 , de 28 de setembro de 2011 – possui como objetivos:

- 1) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável),
- 2) promover a cidadania e melhoria das condições de vida,
- 3) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e
- 4) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

- Fome zero

O “**Fome zero**” é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. Uma forma do governo dar cidadania às populações vulneráveis à fome. No Brasil, existem mais de 10 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que significa que nem o acesso à alimentação é saudável. Assim como no Fome Zero, outros planos de erradicação da fome foram implementados pelo Governo Federal:

No acesso à alimentação:

- Bolsa Família;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos;
- Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudável;
- Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesam;
- Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan;
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan;
- Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância;
- Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro.

- Seguro defeso

Nesse momento, será descrito e explicado como se encontra estabelecido o presente benefício, para que assim, possibilite a compreensão do funcionamento burocrático e os encaminhamentos desenvolvidos para a execução da proposta dos ideais do presente benefício.

Sabe-se que existe um período do ano em que se faz necessário a paralisação temporária da atividade pesqueira, haja vista que naturalmente, há a necessidade de reprodução das espécies. Assim como qualquer ser vivo, no entanto, é válido ressaltar que esse período é considerado de fundamental importância para a manutenção da vida! Sobretudo no caso dos seres aquáticos. Pois, se não for respeitado, poderá acarretar uma catástrofe ambiental, possibilitando o desaparecimento de algumas espécies. Como já vem a acontecer.

Compreende-se- que o defeso é o período em que as atividades relacionadas à pesca, necessitam ser paralisadas, visando o não comprometimento da preservação das espécies. o pescador artesanal que tem como profissão a atividade pesqueira, deverá receber, neste período de paralisação das atividades da pesca, necessário para garantir à reprodução das espécies, um benefício denominado de seguro desemprego, equivalente a um salário mínimo mensal, como forma de manutenção familiar.

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. §1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. §2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique. Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos: I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária; III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente 87 e pensão por morte; e IV – atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiada, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove: a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei; b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício. Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito: I – a demissão do cargo que ocupa, se servidor público; II – a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional. Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses: I – início de atividade remunerada; II – início de percepção de outra renda; III – morte do beneficiário; IV – desrespeito ao período de defeso; ou V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício (BRASIL, 2003, p.1-2).

Como demonstrado acima, esse benefício acompanha uma série de encaminhamentos com uma fundamentação legal, isso é essencial para garantir esse direito a todos pescadores, principalmente o artesanal.

Entende-se como pescador artesanal

“... a artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (...)” (BRASIL, 2009, p. 5).

Esse ator é compreendido e interpretado através de suas práticas rudimentares e geralmente é realizada por pessoas de uma mesma família, além disso, também utilizam embarcações de pequeno porte.

- PRONAF:

É um programa caracterizado pela disponibilização de uma linha de crédito, destinada para agricultores e agricultoras que estejam interessados em investir em sua produção, bem como no melhoramento da mão-de-obra familiar. Visa, essencialmente, o fortalecimento da agricultura familiar a partir da possibilidade de geração de emprego e renda no campo brasileiro. As atividades a serem desenvolvidas poderão estar vinculadas tanto às atividades agropecuárias quanto não agropecuárias e que possam ser desenvolvidas em estabelecimentos rurais.

Vale ressaltar que os assentados dos PAE's são contemplados pelo presente programa em virtude de ser pertencente ao Plano Nacional de Reforma Agrária, ou seja, foram assentados através desse Plano.

Os interessados não podem obter renda no decorrer de dozes meses igual ou superior a R\$ 20.000, 00. Além disso, não poderá ocorrer contratos de trabalho, assalariado, permanente, sobretudo, por serem categorizados, como familiar.

4.1.2 Organização social

No que diz respeito ao indicador organização social, está diretamente relacionada com a necessidade que um plano de desenvolvimento apresenta, sobretudo, diante dos preceitos estipulados pelas diversas tentativas governamentais em criar planos e projetos na expectativa de criar possibilidades de desenvolvimento. Esse indicador é essencial no que tange a possibilidade de autogestão que uma determinada comunidade poderá, apresentar, como está estabelecida no PAE Nossa Senhora do Livramento, através da APANSLI.

Essa organização foi criada como pré-requisito para que fosse possível ser implantado o presente assentamento, mas também se espera que de acordo com o II PNRA, seja possível, que a presente organização crie possibilidades de autogestão a partir do fortalecimento das relações endógenas sem perder de vista também as relações exógenas da realidade local, que possibilitarão a fortalecendo dos laços dentro e fora da realidade do PAE. Esses anseios deverão partir da realidade e anseios locais, visando o fortalecimento desse indicador.

A visão governamental está de acordo com a valorização da autonomia que as organizações sociais precisam ter para criar incentivo à participação de diferentes atores nos procedimentos decisórios, bem como no incentivo de ações coletivas de diversos atores, sejam eles da esfera pública e/ou privada, esses procedimentos devem sempre visar à busca do estabelecimento de parcerias entre os presentes entes com intuito de aumentar as possibilidades para concretização das demandas visando o desenvolvimento local.

4.1.3 Produção

Quando referir-se-á à questão da produção, esse indicador está particularmente relacionado a atual configuração dos aspectos produtivos da comunidade, relacionando a maneira como se manifestam. Esse indicador está vinculado ao modo de vida ribeirinho, visto que na presente realidade o modo de vida aparece como elemento central na constituição e organização da vida.

No campo da pesquisa é possível identificar que esse indicador está explícito nas práticas consideradas cotidianas tendo em vista que o principal objetivo dessa comunidade está além da maximização do lucro. Essas práticas abrangem uma série de atividades: caça, coleta de frutas, pesca, criação de pequenos animais, calafetagem de embarcações, no entanto destaca-se como atividade principal. De acordo com os dados obtidos na realização da pesquisa, a atividade pesqueira, então, que esse indicador pode ter como atividade principal a pesca. Mas, vale ressaltar que outras atividades também se manifestam. Até por que a comunidade é considerada como polivalentes em virtude dessa coexistência.

4.1.4 Educação

O presente indicador está relacionado com o nível de escolaridade dos moradores da ilha que receberam os benefícios do PAE Nossa Senhora do Livramento, pois de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento criado pelos técnicos do INCRA, juntamente,

com os representantes da comunidade esse indicador é uma prioridade na ilha em virtude de historicamente os ribeirinhos não receberam significativos investimentos, no que diz respeito à educação.

4.1.5 Relação com as esferas Municipal, Estadual e Federal

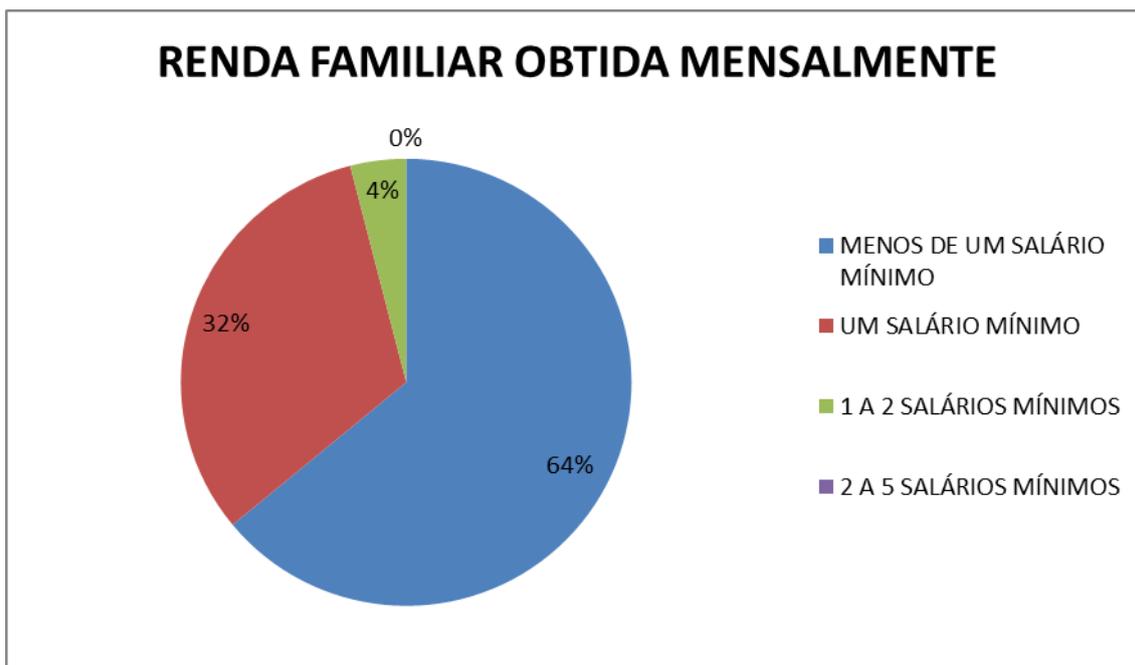
Esse indicador possibilitará a relação estabelecida pela comunidade representada juridicamente pela ASPANLI, a existência da criação e/ou fortificação das parcerias, bem como do diálogo necessário para que as ações sejam bem sucedidas na comunidade, sobretudo no que tange a efetivação das ações que dependem dessas instituições para o benefício dos moradores do PAE. Nesse sentido, é de fundamental importância analisar a existência do estabelecimento dessas parcerias entre as esferas responsáveis na execução das ações governamentais.

5. A RELAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA COM A CARACTERIZAÇÃO ATUAL DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO.

5.1 RENDA A PARTIR DO PAE

Esse aspecto encontra-se como essencial no que diz respeito a presente análise. Visto que esse indicador é o que mais se tem expectativa que tenha apresentado melhoria. Na realidade Amazônica, praticamente, todos os projetos criados e executados para a Região, apresentam uma expectativa no que diz respeito à melhoria da renda da população daqueles que estejam recebendo o benefício. Nesse intuito, interpreta-se que a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tende a melhorar. Se houver o aumento da geração de renda das pessoas envolvidas na análise, ou seja, são consideradas grandeza diretamente ,proporcionais.

FIGURA 08: Percentual referente a renda obtida mensalmente



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013

Quando se analisa a renda de uma realidade, deve-se levar em consideração a média dos valores brutos recebidos pela população, ou seja, uma análise vinculada a valores.

A realidade da ilha Tabatinga após a atuação de dez anos das ações do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento é que ainda existe uma considerável porção de pessoas que apresentam renda menor que um salário mínimo, 64% das pessoas entrevistadas. Analisa-se que são mais da metade das pessoas que apresentam essa renda considerada baixa, se levarem em consideração que essa, já era uma realidade rotineira, na ilha, antes da implantação do PAE.

Esse resultado muito tem haver com a figura do “marreteiro” ou “atravessador” caracterizado por ser o intermediador de venda e compra do produto, esse personagem é muito comum na realidade Amazônia e sua atuação dificulta os ganhos por parte do responsável pela produção, com isso eles recebem o produto a preços baixos dos pescadores e repassam a preços elevados encarecendo o produto para o consumidor. Corroborando com esse resultado o pescador da comunidade afirma o seguinte:

Infelizmente, agente depende do marreteiro para vender nosso peixe, ele recebe o peixe muito barato e isso diminui muito nosso ganho, por que se agente não vender pra ele, agente fica no prejuízo, o peixe pode estragar por que ele já tem os acordos dele e agente não tem como chegar na frente dele com os caras que compram o peixe. (Entrevista concedida em trabalho de campo realizado em 09/10/2013)

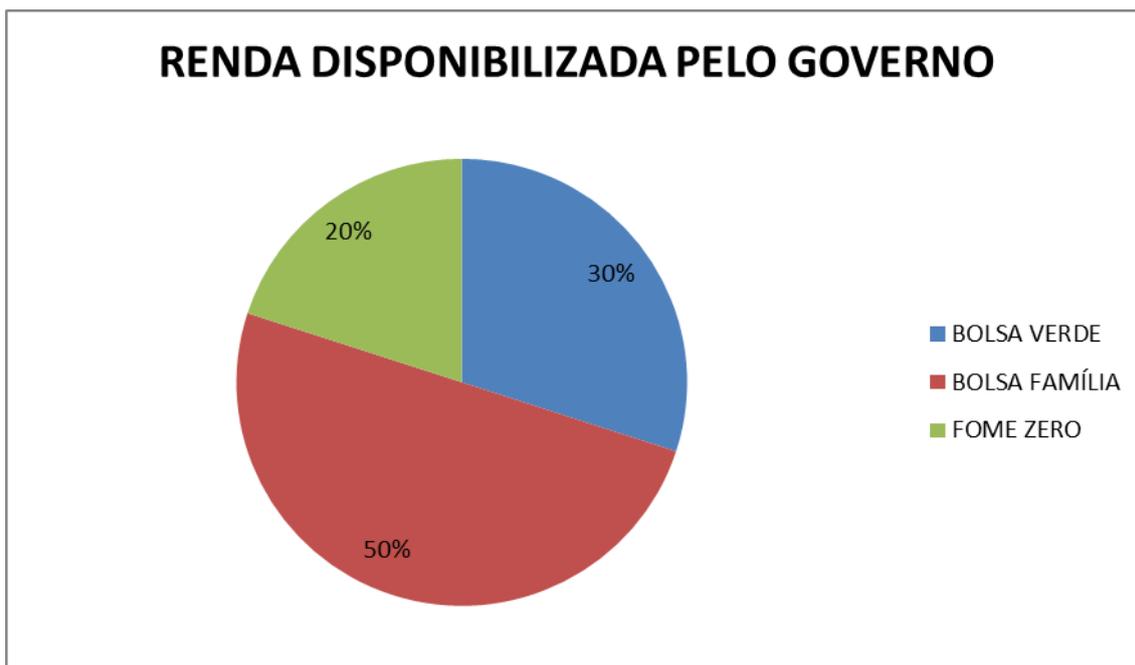
No entanto, também apresentou outros resultados como, por exemplo, 32% dos entrevistados apresentaram renda igual a um salário mínimo, esse resultado também demonstra que um número considerável de pessoas já tem conseguido alcançar a renda de um salário mínimo.

Os entrevistados que possuem a renda entre um a dois salários mínimos foram 4%, isso demonstra que já se torna um pouco mais difícil encontrar pessoas com uma renda mais elevada. Esse resultado está relacionado às pessoas que são funcionários públicos ou que possuem pequenos e médios empreendimentos, por isso conseguem obter uma renda mais elevada.

Já a renda compreendida entre dois a cinco salários mínimos é inexistente, indivíduos desse PAE que apresentem esse tipo de renda, ou seja, nenhum dos entrevistados. Mas, é necessário esclarecer que essa renda é adquirida por vários meios, que não essencialmente o da pesca. Os benefícios governamentais também são considerados como responsáveis pela renda da população entrevistada da ilha.

Nesse sentido, também foi realizada a pesquisa, sobretudo da renda disponibilizada através de benefício pelo Governo Federal.

FIGURA 09: Percentual referente a renda obtida mensalmente



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013

O resultado apresentado, anteriormente, na figura nº 01, deve ser interpretado em conjunto com este. Pois a renda obtida pela população estudada na presente pesquisa apresenta influência dos recursos públicos destinados a esta população. Observa-se que 50 % dos entrevistados possuem o benefício bolsa família, ou seja, metade dos entrevistados recebem mensalmente, esse benefício.

Já o benefício bolsa verde foi constatado 30 % dos entrevistados, mas estima-se que haja um aumento do número de pessoas beneficiados por este benefício, haja vista que não existe um pré-requisito, semelhante ao bolsa família, para possuir a renda. O pré-requisito para obtenção do “bolsa verde” é morar em áreas consideradas de extrema pobreza, bem como áreas que necessitem de uma conservação ambiental.

No programa fome zero 20%, afirmaram participar desse programa. Vale ressaltar que alguns entrevistados afirmaram possuir também dois ou mais benefícios.

5.1.1A renda em relação ao modo de vida ribeirinho

De acordo com o que foi constatado durante a realização da pesquisa, pode-se considerar que houve um significativo aumento de possibilidades de alternativas de renda no assentamento em virtude de ter sido efetivado uma variabilidade de investimentos, no que tange aos benefícios federais, existente, na política de governo. Como já demonstrado acima,

a ilha recebe o bolsa família, bolsa verde, fome zero, PRONAF. Além de ter recebido os benefícios em espécie pertencentes aos preceitos do PAE, que foram em valores R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para aquisição de instrumentos de pesca. E, recebimento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para compra de materiais para construção ou benefício da moradia. É direcionado para os assentados com perfil socioeconômico de acordo para o recebimento, pois, nem todos os assentados foram contemplados.

No que diz respeito ao modo de vida ribeirinho, esses benefícios contribuíram de alguma forma com a ascensão da qualidade de vida dos ribeirinhos/assentados/pescadores, sobretudo na possibilidade de adquirir instrumentos necessários para o desenvolvimentos das atividades cotidianas que estão relacionadas com o conhecimento tradicional e que foram e continuam sendo perpetuadas ao longo da história desse povo.

É válido destacar que todos os benefícios recebidos pelos assentados não era necessário haver o ressarcimento para a União, ou para algum tipo de banco seja privado ou público, exceto o PRONAF que é um benefício que poucos assentados aderiram em virtude de funcionar como uma espécie de empréstimo vinculado a um banco, no entanto difere dos demais em virtude da necessidade de ressarcimento para instituição que emprestou o valor.

No discurso abaixo relatado pelo Sr. Manoel morador e assentado da ilha é possível identificar essa característica.

“Nós recebemos muitos benefícios do governo, recebemos bolsa escola, bolsa família, agora, o bolsa verde, seguro defeso, fome zero e nenhum de nós, temos que prestar conta com alguém, agora esse PRONAF é diferente, agente tem que devolver o dinheiro depois, ai, assim fica difícil para nós, por que depois se não der certo o investimento, como é que agente vai pagar? Então agente tem um certo medo de se endividar e depois ficar a vida toda endividado”.

No discurso acima é possível analisá-lo e identificar que um dos principais problemas no assentamento relacionado com a questão da renda é que os assentados já estão habituados com a realidade de sempre receberem os benefícios sem que seja exigida prestação de contas dos valores recebidos. Além disso, ainda não conseguem obter a organização necessária para enfrentar algumas situações mais complexas. Principalmente, quando se torna necessário que haja uma organização capaz de gerir um investimento necessário e capaz de ser ressarcido, sobretudo, quando esses valores são elevados.

5.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE

Nesta sub-secção serão apresentados os resultados referente a questão da organização social, esse indicador foi escolhido para compor a pesquisa em virtude de ser um pré-requisito para participação do assentamento, além de ser um ponto em destaque no Plano de Desenvolvimento do Assentamento no que diz respeito as ações a serem desenvolvidas de maneira autônoma.

A ASPANLI é a associação que representa juridicamente o assentamento, e por isso foi através dela que se realizou a aplicação de recursos disponibilizados para o Projeto.

No primeiro momento, através dessa instituição, foram repassados todos os valores brutos relacionados aos benefícios do Projeto, após a decretação do presente PAE, foi repassado diretamente do Setor INCRA para as conta bancária da ASPANLI e esta, por conseguinte, era responsável pelo repasse dos valores revestidos em benefícios aos assentados que apresentaram o perfil para o recebimento do mesmo.

Essa atribuição pode ser apresentada a partir da fala do atual vice-presidente da Associação.

De primeiro o INCRA passava pra associação um cheque em branco, pra associação administrar e o que agente tem percebido que esse dinheiro não tava sendo aplicado corretamente, ai o rombo foi só aumentado, o INCRA investiu muito dinheiro no estado do Pará, eu não culpo o INCRA não tenha nada contra esse setor, eu acho que quem pegou esse recurso não soube cuidar desse dinheiro. Ai então o INCRA deixou de repassar o recurso diretamente para as associações.

Corroborando com a entrevista acima, os investimentos realizados, no que diz respeito da maneira como foi efetivada a distribuição da renda para PAE Nossa Senhora do Livramento, esse repasse foi realizado sem com que os assentados beneficiados pela política tivessem preparados ou tivessem desenvolvido maturidade para manusear esses recursos disponibilizados de forma direta tanto para a associação, quanto para os assentados.



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013.

Outro elemento que pode ser destacado é a presença da participação dos ribeirinhos em organizações sociais. Essa característica está relacionada com a necessidade que os mesmos possuem em participar das diversas organizações sociais, existentes no município. Destaca-se um elevado índice no que diz respeito ao vínculo com a colônia de pescadores. Esse elevado percentual está diretamente relacionado com a necessidade que os pescadores têm em receber o seguro defeso. Benefício este que é repassado mediante a efetivação do presente vínculo, ou seja, para os pescadores de maneira geral é de fundamental importância estar vinculado à colônia de pescadores para assim, receberem o seguro defeso.

Por isso, como demonstrado no gráfico acima, 70 % dos entrevistados, participam da colônia de pescadores da ilha é um número considerado elevado e, por conseguinte, representa a maioria. Os que participam da Associação representam 14 % dos entrevistados, mas vale ressaltar que são praticamente 100%, em virtude dos demais, participarem de duas ou mais organizações.

Essa amostra retrata claramente a necessidade dos indivíduos estarem vinculados principalmente na ASPANLI para que o PAE Nossa Senhora do Livramento passasse a fazer parte dessa estatística. Os resultados dos que participam do Sindicato dos Trabalhadores rurais e do MORIVA são respectivamente 12 % e 4 %. Diante disso, é possível demonstrar que as organizações sociais não necessariamente vinculadas a algum benefício do estado, deixam de

ter a devida importância se comparada as Instituições que são pré-requisitos, no que tange a contemplação de algum benefício do Estado.

5.2.1 A relação entre a organização social e os princípios de governança com as esferas municipal, estadual e federal.

Durante a realização da pesquisa esse foi um dos indicadores que mais se esperou que tivesse alcançado êxito, em virtude de haver uma dependência em relação a essa parceria entre essas três esferas. Entende-se que para as ações de desenvolvimento local tivessem sido consideradas bem sucedidas é necessário que haja uma relação consistente entre essas esferas. E que a comunidade esteja em um nível de organização capaz de dialogar com os órgãos dessas esferas responsáveis pelo desenvolvimento e execução das atividades voltadas com intuito de desenvolver atividades que possibilitem a existência de ações direcionadas para o melhoramento da qualidade de vida.

Para que haja o direcionamento das ações do PAE é necessário que os aspectos relacionados à governança, estejam de acordo com as possibilidades de interação, necessárias para orientação das políticas e investimentos públicos locais.

De acordo com Buarque (2008) para que uma organização esteja de acordo com a possibilidade de garantir a consistência dessa organização, é necessário que três pilares sejam influentes, é a organização da sociedade relacionada com a formação do capital social local e esse capital relacionado com as pessoas que atuam na ASPANLI e que moram no assentamento, além disso, também está relacionado com a capacidade de cooperação e organização da sociedade local.

No que diz respeito à capacidade de cooperação, observa-se que ainda se manifesta de maneira incipiente em virtude da Associação criada no assentamento, por exemplo, ter sido criada com o intuito de representar juridicamente o PAE, no entanto é necessário destacar que outras ações relacionadas a cooperação ainda se apresenta d maneira pontual, sem ainda ter sido criado estratégias que visassem a criação de uma cooperativa de pescadores por exemplo. Essa situação pode ser identificada através do seguinte relato:

Eu tenho um grande sonho que acho que nem vai ser realizado, não sei, mas ficaria muito feliz se um dia agente conseguisse formar nossa cooperativa de pescadores, isso iria nos ajudar bastante, por que ai agente iria ter possibilidade de armazenar o nosso peixe pescado durante o tempo dele, e quando ele estivesse escasso, principalmente quando há o bloqueio da pesca, agente já teria o nosso peixe congelado, pronto para o comércio, isso ia ate nos ajudar para agente tentar furar o

marreteiro, tendo ir vender diretamente para o consumidor, isso seria uma boa, por que agente e o consumidor já ia ganhar melhor, por que agente ia vender a um preço melhor do que se agente fosse vender pro marreteiro e o consumidor ia ganhar também quando agente conseguisse vender a um preço baixo para eles.

Na fala do vice-presidente da Associação que também é pescador, é possível considerar que há anseios e vontades por parte dos pescadores em criar uma cooperativa de pescadores, mas, observa-se que não houve ações por parte do INCRA, através do IDATAM voltadas para este fim, destinadas à organização dos pescadores e para assim, possibilitar o melhoramento da produção. Esse melhoramento está relacionado com a concepção de Buarque (2008), onde a agregação de valor está relacionada com a articulação necessária com as atividades econômicas para assim, gerar as vantagens locais, capazes de dinamizar a renda a partir das atividades relacionadas às características de produção local, que nesse caso é a pesca, podendo também estar relacionado com outras atividades.

Além disso, o autor demonstra também, a devida importância, relacionada à reestruturação e modernização do setor público local. Este possui relação com a descentralização das decisões e eficiência da gestão pública local. Último aspecto apresentado pelo autor se manifestou de maneira incipiente, em virtude da ASPANLI, ainda, ser uma instituição de caráter representativo e que ainda está em processo de autonomia da gestão pública local. Pois, ainda dependem diretamente dos “apadrinhamentos” políticos para que as ações sejam efetivadas de fato.

Para nós conseguir alguma coisa a mais para ilha, agente precisa ter muita paciência, tem que tomar muito chá de banco na porta dos gabinetes dos vereadores e deputados, isso quando eles querem nos receber, quando não querem, sempre mandam a secretária deles mandar dizer que não estão. Mas se for ano político, aí as coisas mudam eles vem mesmo atrás da gente, o negócio é que todo mundo precisa no final das contas de algum favor desses políticos e ele só ajuda quando precisam do nosso voto. Agente observa também que depois que o PT chegou no poder, os movimentos sociais se desmobilizaram, se desacostumaram de fazer briga como era antes. Antes agente se juntava com o MST e fazia o quebra-quebra e agente sempre conseguia alguma coisa, já agora as coisas mudaram, parece que todo mundo está satisfeito. (Entrevista realizada com o vice-presidente da Associação, realizada em 09/10/2014)

FIGURA 11: Entrevista realizada com o atual vice-presidente da ASPANLI



FONTE: Trabalho de campo realizado pela autora, 2013.

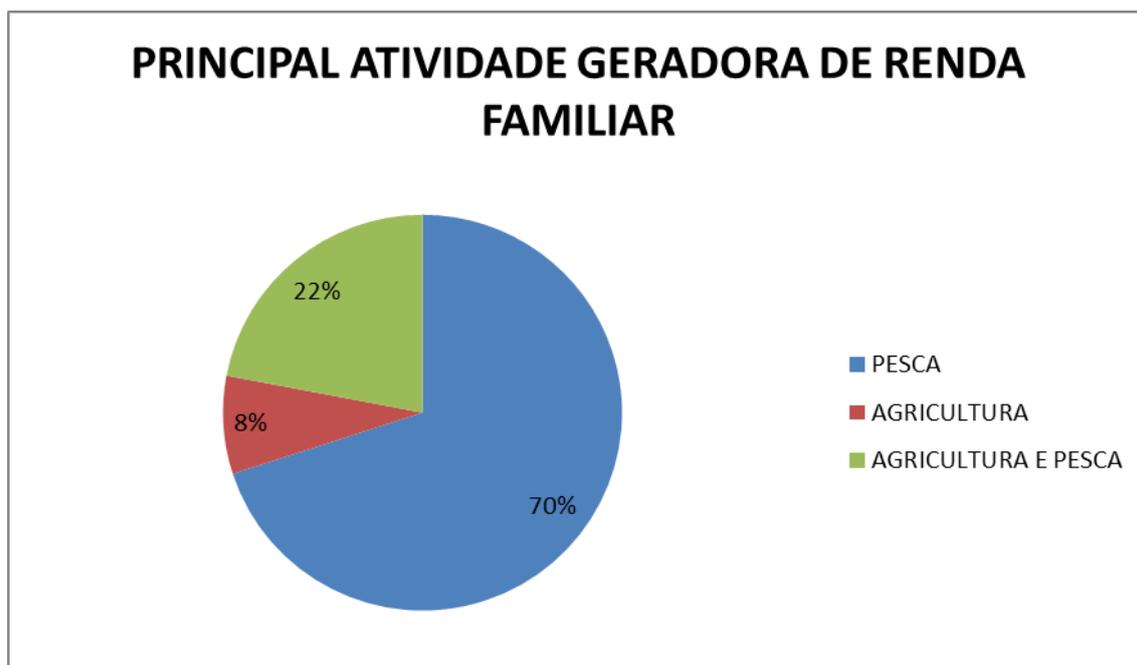
De acordo com o relato acima, esse aspecto ainda é muito frequente na presente realidade, e tem se tornado um empecilho para o desencadeamento das ações necessárias para que sejam criadas possibilidades, para a instituição que os representa juridicamente ter autonomia na tomada de decisões e consiga descentralizar as ações criando parcerias entre as diferentes esferas públicas e privadas.

No entanto, a efetivação dessas parcerias entre essas esferas, observou-se que também tem se manifestado com pouca consistência, sobretudo na articulação entre as outras comunidades que também foram contempladas pelo PAE, pode-se identificar que na verdade existem muitos conflitos entre o mesmo, desencadeando em inúmeras divisões entre as instituições que historicamente eram as principais responsáveis em impulsionar as ações na região das ilhas de Abaetetuba, esse aspecto também pode ser considerado como um empecilho para o avanço nas ações relacionadas à descentralização entre as diferentes esferas.

5.3 PRODUÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE

No que diz respeito a produção a partir das ações do PAE, nota-se que houve um esforço por parte da comunidade em acatar as proposições por parte dos técnicos da empresa contratada para desenvolver as atividades na comunidade.

FIGURA 12: Percentual referente a atividade geradora de renda



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013

De acordo com a figura 12, é possível compreender que a comunidade dispõe de vocações econômicas relacionadas com a produção e que estão relacionadas com a pesca e a agricultura. A partir do resultado desse indicador é possível compreender que a atividade pesqueira é considerada de maior importância, na presente realidade 70% dos entrevistados afirmam ter a pesca como atividade principal que garante a reprodução tanto social da população envolvida na atividade, quanto econômica, em virtude da produção obtida mensalmente, garantir a obtenção dos rendimentos necessários para suprir as necessidades consideradas vitais para os seres humanos.

Considera-se também que a produção não está tão e somente, vinculada a pesca, a agricultura. Ela está presente nas atividades cotidianas, ou melhor, no modo de vida ribeirinho. Tendo o ribeirinho da presente pesquisa como polivalente e que desenvolvem outras atividades, além da pesca, a fim de garantir a manutenção da vida do ribeirinho.

Essa explicação está relacionada com os 22% dos entrevistados que mostraram desenvolver agricultura e a pesca simultaneamente. A atividade do extrativismo do açaí pode e deve ser considerada como primordial, no que tange o desenvolvimento da agricultura no município de Abaetetuba-PA.

De um modo geral, em virtude dessa atividade ser considerada como primordial principalmente na região das ilhas desse município. É nesse sentido que as ilhas de Abaetetuba, quase que integralmente, possuem um potencial relacionado a produção de renda voltada à prática do açaí. Por conseguinte 8% dos entrevistados afirmam ter como atividade geradora de renda a agricultura. Entende-se que esse resultado também tem fundamentos na produção do açaí.

5.3.1 A produção em relação ao modo de vida ribeirinho

A ilha Tabatinga apresenta um perfil voltado para práticas cotidianas relacionado a uma perspectiva polivalente. Isso demonstra que são desenvolvidas atividades diversas e variam de acordo com as condições naturais que o meio ambiente dispõe. Dentre as atividades desenvolvidas é possível identificar que a pesca é a que mais contribui com a dinâmica socioespacial da ilha. Até pelo potencial ictiológico existente na rede hidrográfica que o município se encontra. Apresenta condições naturais favoráveis para o desenvolvimento da mesma.

Quando houve a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista na comunidade, junto vieram expectativas de melhoria na qualidade de vida do ribeirinho. Isso demonstra que essas expectativas estão relacionadas com as atividades responsáveis em produzir e organizar o espaço de acordo com seu modo de reprodução configurado além da pesca também por outros elementos como o açaí por exemplo.

Diante disso as atribuições relacionadas ao desencadeamento das atividades pertencentes ao Projeto foram pautadas com o objetivo de potencializar as atividades relacionadas à produção levando em consideração a maneira como é desenvolvida a atividade, para assim criar estratégias para o fortalecimento de tais atividades e possibilitar avanços no aspecto relacionado à produção.

No entanto, as ações desenvolvidas com intuito de melhorar a produção, foram realizadas através, principalmente, do repasse dos benefícios. No entanto, as oficinas realizadas pelo IDATAM, órgão contratado pelo INCRA para realizar a elaboração do PDA do Assentamento Agroextrativista, bem como para realização de oficinas com objetivo de

capacitar para o melhoramento da produção. Na realidade foram direcionadas para a apicultura. A respeito disso a moradora Cecília, relatou o seguinte:

“O IDATAM veio fazer uma oficina aqui na comunidade de criação de abelhas, foi até legal a oficina por que o mercado é bom para os produtos de mel de abelha, mas nós sentimos a necessidade de saber mais sobre a pesca. Eu gostaria muito que fosse realizada essa atividade com a criação de peixes em cativeiro, pra gente ter mais opção de praticar a pesca e aumentar nossa renda”. **(Entrevista realizada durante o trabalho de campo realizado em 09/10/2013).**

Diante da análise do relato acima, observa-se que as iniciativas efetivadas pelo INCRA através do IDATAM foram efetivas de forma a não contribuir de maneira satisfatória com a real necessidade dos moradores da ilha, tendo em vista que a apicultura não era uma atividade pertencente ao uso do espaço que esses sujeitos através do seu modo de vida praticam.

Diante disso, o posicionamento por parte do INCRA corrobora com essa atribuição.

As políticas direcionadas para os PAE'S, no Estado do Pará, sob jurisprudência do INCRA, são todas avaliadas pelos técnicos que são devidamente capacitados para o desenvolvimento das atividades nesses PAE's. No caso da ilha em questão, nós contratamos o IDATAM para realizar as atividades, e essa empresa dispõe de profissionais devidamente qualificados. Esses profissionais desenvolveram oficinas com o objetivo de qualificar os assentados e eles sempre trazem novas propostas de como desenvolver as atividades relacionadas a agricultura que possam contribuir com melhoramento da produção. (Entrevista realizada com o Superintendente do INCRA responsável pelos PAE's, no Estado do Pará)

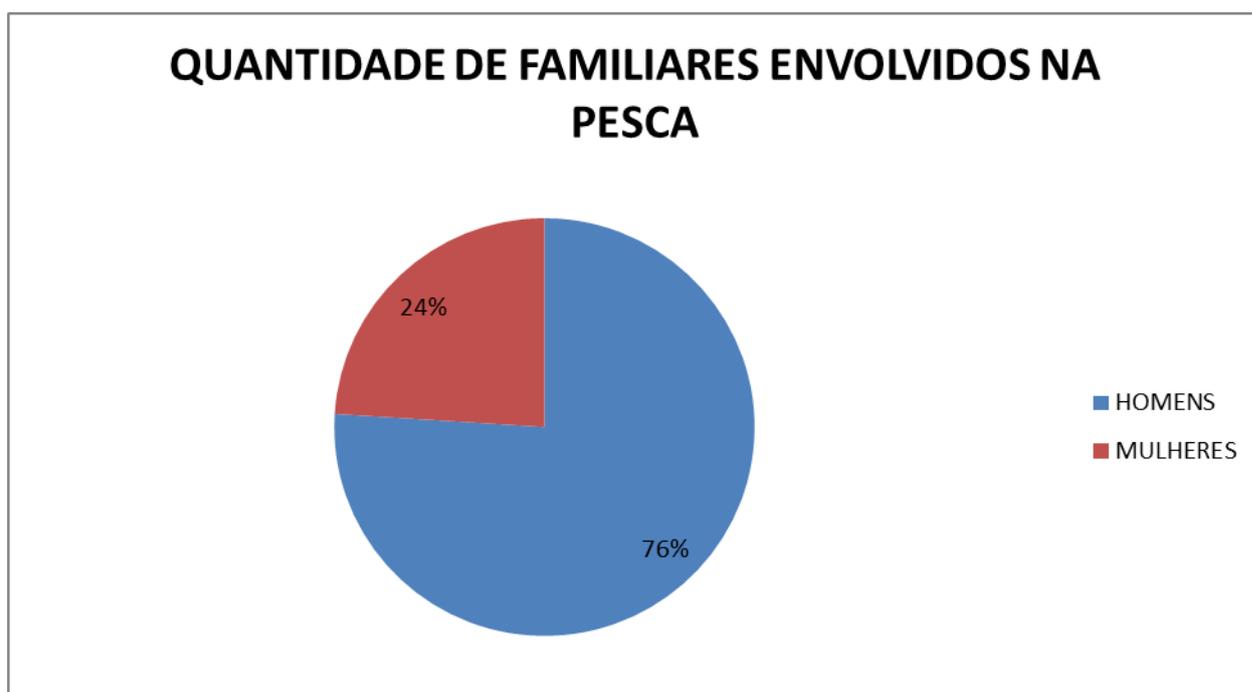
Essas atividades intervencionistas devem estar de acordo com as estratégias de sobrevivência criadas pelos ribeirinhos da comunidade com intuito de possibilitar os passos para o desenvolvimento local, tendo em vista que os princípios dessa categoria de desenvolvimento possuem um caráter endógeno, as ações devem partir das necessidades dos sujeitos atuantes nas dinâmicas socioespaciais.

Essas contribuições devem ter um caráter não só, econômico. Mas, também, ações com intuito de assegurar e garantir a conservação ambiental. Tendo em vista que este aspecto contribui para o melhoramento da qualidade de vida da população local, em virtude da conservação do meio ambiente ser primordial para a perpetuação dos desencadeamentos das atividades, voltadas para o modo de uso, desses recursos naturais, que estão diretamente relacionados com os saberes tradicionais concebidos no âmbito do modo de vida, refletindo essa peculiaridade na dinâmica de reprodução socioespacial envolvendo estes sujeitos.

Isso concretiza os preceitos relacionados entre a produção e o modo de vida ribeirinho, contribuindo na valorização de uma série de recursos naturais diferentes, proporcionando a população local condições de subsistência condizente com suas peculiaridades. Nesse sentido as ações por parte dos preceitos do PAE Nossa Senhora do Livramento obtiveram alguns avanços estabelecidos através da disponibilização dos investimentos financeiros com intuito de incentivar a execução de ações voltadas à produção, por exemplo.

No entanto, no direcionamento das ações, alguns aspectos ficaram a desejar e não foram integralmente desenvolvidas a partir dessas características, relacionadas a esse modo de vida. Mas, sim, as ações relacionadas à produção, se deram em sua maioria a partir de modelos pré-estabelecidos pelos técnicos do IDATAM, é como se houvesse a tentativa de contribuir com a realidade desfigurando as relações já concretizadas naquele espaço.

FIGURA 13: Percentual referente aos familiares envolvidos na pesca.



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013

Além disso, também na realização da pesquisa foi averiguada a quantidade de familiares envolvidos na pesca e observou-se que a atividade pesqueira, ainda, pode ser considerada como predominantemente masculina na ilha, sobretudo a partir do resultado de 76% dos entrevistados que desenvolvem a pesca serem do sexo masculino e 24% feminino.

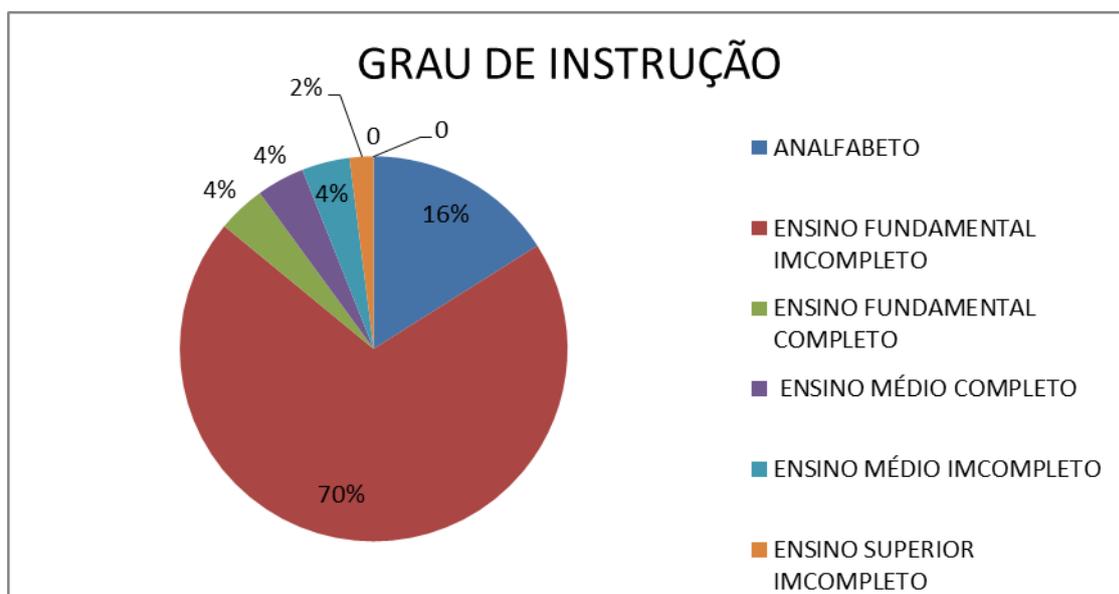
Esse resultado está relacionado com a vocação por parte dos pescadores das ilhas de Abaetetuba em ser (re) conhecido pela característica em se deslocar para desenvolver a atividade para lugares muito distante. Eles chegam a ficar cerca de três meses longe de casa e durante esse período, a mulher assume as atividades da família. Mantendo assim, todas as responsabilidades sozinhas. Tem a relação com a tradição cultural, existente na Amazônia e relacionada a figura do boto, tendo em vista que este personagem da região, seria o responsável por azarar a pescaria e acredita-se que a mulher no período menstrual o atraía. Nesse sentido, essas viagens longas são realizadas pela figura masculina.

Meu marido está pro norte desde o mês passado, e eu fico sozinha aqui, assumindo a casa e meus filhos, tenho que me virar para nós não passar fome aqui, ele até que deixa um dinheiro e algumas coisas para nós mas, aí o tempo vai passando e agente vai só ficando usando o dinheiro e as coisas. Ai eu coloco o matapi pra pegar o camarão, às vezes vou pescar por aqui vou para cidade receber o dinheiro do bolsa, compro as coisas, cuido dos meninos e vou levando até ele voltar. (Entrevista concedida pela moradora da ilha em 09/10/2013)

Na entrevista realizada com a moradora da ilha é possível identificar a existência de um comportamento autônomo por parte das mulheres, na ausência de seus companheiros. E mesmo que a pesca não seja uma prática tradicionalmente feminina, em situações de necessidade, elas desenvolvem a prática na tentativa de garantir a subsistência familiar.

5.4 EDUCAÇÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PAE

FIGURA 14: Percentual referente ao grau de instrução



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013.

Nesse caso, as expectativas criadas a partir da implantação do PAE era que houvesse um avanço considerável no que tange o aspecto educacional. Pois a partir da implementação do PAE, uma das propostas era a implantação do Ensino Fundamental e Médio na ilha, através do PRONERA, um ponto bastante enfatizado no II PNRA. Esse programa tem o objetivo de promover a educação no campo e com isso, diminuir os índices de analfabetismo no país.

Isso seria possível através da criação e execução de políticas voltadas para o fortalecimento da educação no e para o campo. Os dados obtidos durante a realização da pesquisa nos mostram a perpetuação dessa debilidade no que se referi ao indicador “grau de instrução”, pois, mesmo depois da implantação do PAE, ainda sim, 16 % da população entrevistada, ainda não foram devidamente alfabetizados, ou seja, ainda não sabem ler nem escrever.

Esse índice é considerado muito alto ao analisarmos a questão de que essa ilha é a mais próxima da sede de Abaetetuba. Além disso, foi a primeira que recebeu os benefícios referentes ao PAE. No caso dos entrevistados que possuem o Ensino Fundamental incompleto no total dos entrevistados 70 % possuem esse nível de escolaridade. São aqueles indivíduos que sabem somente ler e escrever, ou seja, iniciaram sem, contudo concluir esse nível de ensino.

Já os demais níveis de escolaridade apresentam resultados pouco significativos por apresentarem um nível inferior se comparado com o nível de Ensino Fundamental completo, Ensino médio incompleto, Ensino médio completo, Ensino superior completo e incompleto apresentando um baixo percentual entre 2% a 4%.

Logo, de acordo com o presente indicador “anseios” esperados a partir da implementação do Projeto, se manifestaram de maneira pontual, visto que o resultado da pesquisa demonstra que as políticas voltadas para educação se manifestaram de forma incipiente e por isso que atualmente, ainda há elevados índices de analfabetismo, e, por conseguinte baixos índices de aquisição de um nível de instrução um pouco mais elevado. É válido destacar que a quantidade de escolas permaneceram as mesmas, não havendo durante esse período, dez anos, a construção de outros prédios, nem tão pouco a implantação de parcerias para o melhoramento desta.

Considera-se que o presente indicador ainda não atingiu o nível considerado satisfatório para a execução das ações de maneira plausível com os preceitos de

desenvolvimento local, considerando este indicador como essencial para considerarmos o desencadeamento do desenvolvimento local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa observou-se que o desenvolvimento local é um processo de implementação complexo, por isso é necessário o desencadeamento de vários direcionamentos.

Os princípios de implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista apresentam um conteúdo interessante, sobretudo na possibilidade de regularizar as terras de marinha. Mais precisamente, na região das ilhas do município de Abaetetuba, através da concessão de uso gratuito, concedida pela Secretaria de Patrimônio da União.

Outro benefício bastante interessante foi à concessão da moradia para os já assentados, com intuito de garantir a moradia para os mesmos. Além do investimento concedido pelo INCRA, destinado para a aquisição de apetrechos para o desenvolvimento da pesca, no caso da presente realidade, a disponibilização desses instrumentos, objetivaram o incentivo à produção. Outros recursos também foram aplicados na comunidade beneficiada pelo PAE destinados para o incentivo produtivo.

Esses investimentos foram destinados para as localidades receptoras das políticas do PAE, com intuito de fortificar os preceitos do II PNRA. Com isso, visando o aumento das perspectivas relacionadas ao melhoramento dos índices de reforma agrária do País, essas ações e investimento estão sendo desenvolvidas em todo território brasileiro desde 2003, ano em que o plano foi lançado.

É válido ressaltar que existem algumas controvérsias relacionadas à maneira como foi implementada a constituição do PAE, uma delas é a forma como criado esses assentamentos, tendo em vista que assentaram pessoas que já desenvolviam suas práticas cotidianas, relacionadas com sua própria dinâmica socioespacial, há décadas e, contudo, já apresentavam uma relação de pertencimento com este lugar, através do desencadeamento de suas práticas peculiares relacionadas com seu próprio modo de ser e viver ribeirinho. É nessa perspectiva que existem algumas polêmicas no entorno da efetivação desse tipo de assentamento.

Antes da efetivação do assentamento as atividades na ilha Tabatinga estabelecia uma dinâmica fortemente relacionada à renda gerada a partir da pesca e do extrativismo do açai. Não dispunha de energia elétrica, e o único benefício que existia pontualmente, era o “bolsa família”. Os ribeirinhos viviam uma dinâmica fortemente relacionada com a subsistência.

Quando o PAE foi cogitado em ser implantado na ilha, muitos moradores não acreditaram que seria possível uma ação governamental, disponibilizar tantos recursos para a ilha. Quando se iniciou os procedimentos relacionados ao assentamento houve muito interesse por parte dos moradores da ilha, já que eram considerados como o seguimento mais esquecidos pelas políticas de governo e essa, seria a chance de ganhar visibilidade e conseguir se inserir na sociedade e no mercado, de maneira organizada e capaz de responder as suas necessidades.

No entanto, a presente pesquisa demonstrou que houve consideráveis avanços nos aspectos acima demonstrados. Mas, mesmo assim, são considerados incipientes, pois, não foram alcançados os objetivos propostos pelo Projeto. Considera-se que vários são os obstáculos existentes na presente realidade, o primeiro é a forma como os recursos públicos são manipulados.

Infelizmente, a realidade brasileira e mais precisamente amazônica, ainda, apresenta uma forte tradição de manipulação de recursos públicos de maneira insatisfatória. Tendo os atos de corrupção como principais objetivos. No que tange ao público, essa situação se manifestou quando os recursos eram repassados diretamente para as Associações e estas por ventura, responsáveis em manipular e gerir estes recursos, visando o cumprimento das atribuições referentes ao assentamento, manifestou sérias debilidades na gestão dos mesmos.

Outro ponto a ser destacado, foi à maneira como foram disponibilizados os benefícios, principalmente os financeiros, em virtude de eles terem sido distribuídos para os beneficiários sem nenhum tipo de orientação para a administração e aplicação dos mesmos. Ora, se a comunidade não tinha tradição em “lidar” com valores elevados, no mínimo, deveriam ser destinadas orientações financeiras por parte do INCRA, visando o correto manejo dos recursos.

Na questão da organização social, também foram estabelecidos encaminhamentos voltados para a preocupação de se ter uma instituição que os representassem juridicamente, para assim, possibilitar a contemplação do benefício. Porém, não houveram direcionamentos relacionados à outras maneiras, principalmente, relacionadas aos princípios de governança. Princípio, este, fundamental, no gerir das deliberações.

A importância para o estabelecimento da autonomia necessária para o direcionamento das atividades fundamentais aos princípios do desenvolvimento local, que tem o fortalecimento das relações de autonomia da realidade endógena como fundamentais, vinculadas principalmente ao conhecimento tradicional pertencente ao modo de vida

ribeirinho. As ações estabelecidas na realidade da pesquisa se deram com intuito de encaminhar os preceitos de desenvolvimento local, observa-se que a maneira como deve ser estabelecido os procedimentos relacionados a essa categoria de desenvolvimento foram atingidas de maneira bastante pontual, tendo um início sem, contudo, concluir o fechamento de cada ciclo, ou seja, sem a finalização esperada. Pois, mesmo com a presença de tantos investimentos, observa-se que a administração, bem como os direcionamentos desses investimentos, ainda, consideram-se pouco consolidado para o verdadeiro fim que o Projeto previa.

A proposição realizada através do presente trabalho se dá a partir do investimento nas ações relacionadas à governança, aproveitando o potencial de mobilização social que há na realidade estabelecida, através da Associação, pois, acredita-se que as ações devam partir dessa perspectiva. Considerando-a como essencial para que os investimentos sejam aproveitados de maneira satisfatória.

Logo, a organização de uma cooperativa de pescadores seria a maneira, avaliada como eficiente para consolidar esses investimentos realizados através das ações governamentais. Acredita-se que essa cooperativa pode ser o ponto inicial para os encaminhamentos das ações direcionadas ao desenvolvimento local na ilha Tabatinga. Pois a partir do desenvolvimento dos direcionamentos da cooperativa, paralelamente, incentivaria a organização, mobilização, autonomia, gestão pública e consequente a agregação de valor na cadeia produtiva da pesca.

Além disso, as ações cooperativistas possibilitarão a ampliação das possibilidades de gestão financeira, para assim futuramente os próximos investimentos destinados para este assentamento seja aplicados com mais maturidade, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa ainda não dispunham da maturidade necessária para o recebimento de tanto recursos e aplicação no presente espaço.

Posto isso, as discussões e execuções de projetos acerca de desenvolvimento local principalmente, relacionados à realidade Amazônica, devem ser encaminhados criteriosamente! Sempre tentando compreender a especificidade, para então, tentar entrar em acordo com os sujeitos. E com isso, planejar as ações em conjunto, tentando abolir principalmente as ações relacionadas aos apadrinhamentos políticos, também identificados como um empecilho para os encaminhamentos.

Essas atitudes de mudanças de concepções são árduas, mas este trabalho é a prova de que é possível criar possibilidades para o andamento do desenvolvimento local e o ponto de

partida é o reconhecimento da importância que cada característica peculiar a cada realidade representa para o planejamento de qualquer ação, destinada para uma escala local, se os projetos iniciarem partindo dessa concepção. Só assim, as possibilidades serão ampliadas.

Conclui-se que o conhecimento tradicional, alicerçado à pesca, apresenta considerável importância para o desencadeamento das ações relacionadas ao uso e aproveitamento da água por meio da pesca responsável. Além da necessidade de se considerar esse aspecto na consolidação e ações voltadas para o desenvolvimento local, também será preciso estabelecer estratégias direcionadas à compreensão dos preceitos de organização social de maneira consistente. Tendo em vista a junção tanto da valorização do modo de vida ribeirinho quanto da construção da autonomia por parte do coletivo, pertencente à realidade ribeirinha, para que os mesmos se tornem os agentes do desenvolvimento.

7 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITTO, J. (2003). Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Relatório da fase piloto. In: **Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE**. Instituto de Economia, UFRJ

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. Publicado em 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>. Acesso : 14 Abril de 2013.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols.28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ALMEIDA, A.W.B. de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. 1.vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas. (Documentos de bolso, n.4). 190p. 2008.

ALMEIDA, M. da C. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo, Editora Livraria da Física, 2010.

ÁVILA, Vicente Fidelesde. **Municipalização do Desenvolvimento**. Campo Grande, MS: UFMS/PREG. Campo Grande, 1993.

ÁVILA, Vicente Fidelesde. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. In: Interações, **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, MS: v.1, n.1, set.2000.

ÁVILA, Vicente Fidelesde; CAMPOS, Izaura Maria Laura; ROSA, Maria Vilma Casanova; FERRO, Regina de Fátima F.C.; PAULITSCH, Robinson Jorge. **Formação Educacional em**

Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Coordenação e responsabilidade Técnica Vicente Fideles Ávila. Campo Grande: Ed UCDB, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa Participante.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. LEI Nº 10.406, de 10/01/2002. Código Civil

BAVA. Silvio Caccia (Org.). **Desenvolvimento Local.** São Paulo: Polis, 1996 (Publicação Polis, 25).

Brasil. Lei Nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 22. Jun.2013.

Brasil. Lei nº 7.803 de 18 de Julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7803.htm#art4>. Acesso em: 22.jun.2013.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BOISIER, S. **Em busca do equívoco desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político.** Planejamento e Políticas Públicas. nº 13. jun de 1996

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho.** Santa cruz do sul : EDNISC, 2000.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.679-84, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 19 junho 2014.

CASSIOLATOS, J.E.; LASTRES, H.M.M. **Aglomerados, cadeias e sistemas produtivos e de inovação.** Brasília: IEL, 2001. Disponível em: <<HTTP:WWW.ie.ufrj.br/gei/gil>>. Acesso em 4 de mar. 2014.

CHAGAS, E.C. de O; SALGADO, S. S; MOTA, M.C. da S.; MONTENEGRO, S.C.S. Conhecimento popular sobre crustáceos de importância econômica e nutricional em comunidades tradicionais lagunares – Coqueiro Seco, AL, Brasil. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu. **Anais do VII Congresso de Ecologia do Brasil.** Caxambu: CEB, 2007. p 1-2.

Código de águas. Disponível em: www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91582/codigo-de-aguas-decreto-24643-34#art-13> Acesso em : 10.ago.2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática 1987. (Série Princípios)

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável.** In: Anais do I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1996. 163 p.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro.9.ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

D'Ambrósio, B. (2002) Conversas Matemáticas: metodologia de pesquisa ou prática professoral? *Anais do VI EBRAPEM – VI Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática*, 8, 9 de novembro de 2002, Campinas, p. 18-20.

FARIAS, C. A. **Alfabeto da alma**: história da tradição na escola. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. 135 p.

FRANÇA, José Antoniode. Et al In: MPCEIS – MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2003

FURTADO, L.F.G. **Pescadores do Rio Amazonas**: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: CNPQ:MPEG, 1993. 486p.

FURTADO, L.F.G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: _____. **Amazônia**: desenvolvimento, sócioeconômico, sócio-diversidade e qualidade de vida. Belém. UFPA/UNMA. 1997. P. 146-165.

GIDDENS, ANTHONY. **A Constituição da Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009

GODELIER, M. – **Antropologia**. São Paulo, Editora Ática. 208p.1981

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.**” Do fim dos territórios à multiterritorialidade” . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HÉBETTE, J. Grandes Projetos e Transformação da fronteira, *in*: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. 3, Belém: EDUFPA, 2004. p. 61-72).

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 121 p.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IOCSHPE. Evelyn Berg (et al). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LA BLACHE, V. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmus, 1954.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução; Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l' espace. 4ª Ed. Paris: EditionsAnthrops, 2000. Primeira versão: início Fev. 2006.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. (Coord) **Pólos oleiro-cerâmico de Abaetetuba. Expansão e crise**. Belém: UFPA/NUMA/POEMA/IDESP. 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. et al. **Atualidade do Mito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977 apud FARIAS, C. A. **Alfabeto da Alma: história da tradição na escola**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. p. 45.

LOPES, Luis Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re) organização territorial: mineradora ALCOA comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil**. 2012, 269 f -Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Rural)Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco**. 2006 .369folhas.Tese (Doutorado) –USP, São Carlos, 2006.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007. 178 p.

MOARES. A.C.R. (org). Ratzel, Friedrich. Geografia. São Paulo: Ática. 1990.

_____. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos n°48)

MORIN, E; CIURANA, E. R; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo pelo erro e incerteza humana**. Tradução: Sandra TrabuccoValenzuela, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades - **Cadernos de pesquisas em administração** – vols. 1n° 3 - 2° sem. São Paulo, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria CecíliaFrança. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, N.S.A. **A pesca feminina na comunidade segredinho: Município de Capanema-Pa** – Belém-Pa. 119f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente. Belém. 2011.

SANTOS, Milton. **A natuteza do espaço : técnica e tempo, razão e emoção**. Hucitec. SP – 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Nobel. São Paulo – SP- 1987

SAUER, C. A noção de modo de vida : exposição e crítica. In: SAUER, Carl. Os pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1995. P. 169-201.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo : Companhia de Letras, 2000.

SPINK,P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pósconstrutivista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2001 apud GÓES, L.O. **Os usos da nomeação mulher pescadoranocotidianode homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. 219 f.Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia,Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SORRE, Max. **Geografia**. (Tradução Januário, F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984.

STORPER, Michael. Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: ODesafio dos Países em Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e Santos Júnior, Orlando Alves dos (orgs.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. Rio de Janeiro: Ed, Civilização Brasileira, 1994, 432 p

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. ; ROCHA, Gilberto de Miranda ; VASCONCELLOS, A. M. A. . Comunidades Rurais, Capital Social e Desenvolvimento Territorial. In: Gilberto de Miranda Rocha. (Org.). Município e Território: do ordenamento político - administrativo à gestão dos espaços locais. 1ed. Belém: Núcleo de Meio Ambiente NUMA - UFPA, 2011, v. 1, p. 203-226.